ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 – Série VII – N.º 397
20 de Agosto de 1981

Preço: 15$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Mais cedo do que tarde, a convocação de novas eleições legislativas acabará por impor-se como solução democrática necessária para a crise política.

Ler Editorial na pág. 2 e Nota da SIP do PCP na pág. 3

O estilo pode não ser o melhor. Mas com estilo ou sem ele, o trabalho avança em bom ritmo na Ajuda, tudo se preparando para que na sexta-feira, dia 4 de Setembro, tudo esteja a postos. No passado fim-de-semana deu-se um bom avanço — mas é preciso que assim continue a ser nos próximos dias.

Alto da Ajuda: dias decisivos

Pág. 6/7

O que vai ser e como vai ser a Festa

Os artistas da Festa do «Avante!»

5.º

Pág. 12

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

SEMANA Nacional

12 Quarta-feira

Demissão aceite

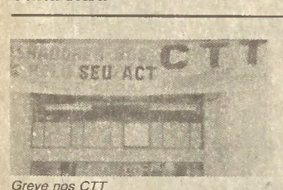
O Presidente da República, general Ramalho Eanes, aceita o pedido de demissão de Pinto Balsemão do cargo de Primeiro-Ministro e iniciará, na próxima segunda-feira, as diligências necessárias à constituição de novo Governo.■ Os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica, em consequência da luta e da ligação estreita entre os organismos de classe e os trabalhadores, obtêm uma importante vitória acordando pelo primeira vez com o patronato, em negociação directa, aumentos salariais de 24% e o clausulado geral do CCTV do sector.■ «Há que perguntar até que ponto o Poder não é conivente com a onda de incêndios que está a destruir cerca de 400 mil contos de floresta por ano», afirma um engenheiro sivicultor durante um encontro de técnicos florestais com jornalistas, patrocinado pela Associação Portuguesa de Economistas.

13 Quinta-feira

Incendiários presos

Em comunicado, a Associação de Armadores do Guadiana volta a acusar o secretário de Estado das Pescas, Gonçalves Viana, de impedir a realização de um acordo fronteiriço com os armadores espanhóis, altamente vantajoso para a economia nacional.■ A Polícia Judiciária anuncia haver prendido seis indivíduos suspeitos da autoria de sete fogos postos nas zonas de Cascais e Sintra.■ A empresa pública da Quimigal revela que assinou no Maputo, com a República Popular de Moçambique, cinco contratos de assistência no valor global de 200 000 contos.■ Entra no segundo dia a greve dos CTT, com aumentos de adesões por parte dos trabalhadores, e enquanto a administração dos CTT e o Governo continuam sem contactar os sindicatos do sector, ascende a mais de 10 milhões o número e volumes postais acumulados nas estações dos Correios, rondando a dezena de milhar o número de avarias telefónicas.

14 Sexta-feira



Greve nos CTT

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços afirma que, com a demissão do Governo Balsemão, perde toda a validade a autorização legislativa que lhe fora concedida pela Assembleia da República para alterar o regime de comercialização de cereais.■ Termina a greve dos CTT enquanto a Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT) anuncia que vai processar a administração dos CTT por violação da lei da greve, visto ter substituído trabalhadores em greve por contratados a prazo e elementos de outras secções da empresa, o que contraria o disposto legal.■ Inicia-se no meio de grande agitação interna, nova reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD que, em princípio, indigitará a personalidade a propor ao Presidente da República para Primeiro-Ministro.■ A União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP-IN) afirma em comunicado que «um novo Governo AD, com ou sem Balsemão, não servirá nem resolverá os graves problemas que afligem os trabalhadores e a população e que afectam o País, antes os agravará».

15 Sábado

É anunciado o aumento dos transportes colectivos na área do Grande Porto a partir de 1 de Setembro, um aumento que oscila entre os 16% para os passes sociais e mais de 28% para os bilhetes simples.■ A CGTP-IN exige a revogação imediata do despacho normativo n.º 180/81 «representativo, no próprio Ano Internacional do Deficiente, do desprezo do Governo AD pela resolução dos problemas dos deficientes».

16 Domingo

Termina de madrugada a reunião do Conselho Nacional do PSD/PPD, reunido em Lisboa desde a noite de sexta-feira, o qual decidiu pedir a Pinto Balsemão que seja o sucessor de si mesmo no cargo de Primeiro-Ministro; não surgiram outras alternativas, e enquanto Cavaco e Silva e Eurico de Melo abandonavam os trabalhos, Helena Roseta e Santana Lopes, que horas antes se opunham «ferverosamente» A Balsemão, deram uma pirueta completa passando a apoiá-lo.■ Os 300 controladores aéreos portugueses iniciam um boicote de 48 horas ao tráfego aéreo norte-americano nos nossos aeroportos, em apoio dos 12 000 colegas dos EUA despedidos pela administração Reagan na sequência de uma greve por reivindicações salariais.

17 Segunda-feira

Na sequência da demissão do Governo «AD»/Balsemão, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe em Belém delegações de todos os partidos com assento parlamentar; entretanto Freitas do Amaral, uma semana após ter feito um «elogio fúnebre» a Pinto Balsemão, afirma, em nítido recúo, que «nada tem a opor» a que Balsemão suceda a si própria na chefia do desacreditado Governo da «AD».■ A SIP do PCP sublinha em comunicado que os mais recentes episódios da crise da «AD» e designadamente a decisão do Conselho Nacional do PSD de indicar para Primeiro-Ministro a mesma figura — Pinto Balsemão — que se havia demitido há uma semana, põem em evidência que os partidos da coligação governamental não hesitam em sujeitar as instituições democráticas e o País a degradantes manobras pessoais e partidárias.■ Um documento da CNA afirma que «os protestos da lavoura prosseguirão, independentemente de quem esteja no Governo, até que a voz dos agricultores seja ouvida, atendida e respeitada e as suas principais reclamações resolvidas».

18 Terça-feira

Em conferência de Imprensa realizada em Lisboa os presidentes de 28 Câmaras Municipais dos distritos de Portalegre, Évora e Beja responsabilizam o Governo «AD» pela situação de autêntica catástrofe que se vive no Alentejo, provocada pela seca, tendo aquelas Câmaras já gasto 500 mil contos em várias medidas de emergência, pelo que exigem que o Governo as subsidie, tal como a Lei das Finanças Locais prevê para situações de «calamidade pública».■ A Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT) decide ir propor aos sindicatos representativos dos trabalhadores dos CTT o endurecimento das formas de luta a adoptar até à resolução do conflito laboral que decorre há várias semanas na empresa.■ Em comunicado, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora anuncia várias acções de protesto e esclarecimento público dos trabalhadores agrícolas desempregados do distrito.

Efeméride da semana — A 16 de Agosto de 1729, no reinado de D. João V, inicia-se a construção do Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, monumental obra que na época custou 5500 contos, lançando-se para tal um imposto público, o «real de água»; foram principais obreiros Flândrio Gorgel do Amaral, Manuel da Maia, Custódio Vieira e Silva Pais.

Editorial

Nem Balsemão nem Freitas do Amaral — AD fora do Governo!

A crise política a nível das forças governantes, atingiu um ponto de saturação de tal intensidade que a coloca em limites próximos do estado de rotura.

De rotura entre a AD e as realidades sociais, económicas e políticas do País, os problemas nacionais e as aspirações mais sentidas do Povo português.

De rotura entre a auto-imposição do Governo AD — de Balsemão ou de quaisquer outros — e a recusa da maioria do Povo português a aceitar um tal governo.

De rotura entre o abominável «projecto político AD» e o 25 de Abril, entre o plano subversivo da AD e a democracia.

De rotura generalizada, finalmente, entre os principais partidos componentes da AD e entre «falcões», «andorinhas», e «pombas» de cada partido da AD.

Mas a deterioração da crise política e a degradação consequente da situação nacional, para além dos gravosos custos que implica para o Povo português, deve alertar-nos para certas características comuns de situações diferentes, produzidas ao longo da História e na vida dos povos, designadamente do nosso próprio povo, quando os regimes democráticos sossobraram e em seu lugar o fascismo se alcandorou no Poder.

OS regimes fascistas, as ditaduras reaccionárias, sempre germinaram e se alimentaram no caldo de cultura da deterioração, do enfraquecimento e da paralisia das instituições democráticas.

No nosso País o processo é conhecido mas não significa, necessariamente, que a História se repita.

Por detrás da crise portuguesa actual — larvada, curtida e agravada pelos executores da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista no aparelho de Estado desde 1976 — o fascismo projecta a sua sombra, as forças do 24 de Abril levantam cabeça e sonham com uma nova escalada do Poder. Os saudosistas do passado trabalham activamente para uma nova supressão da liberdade em Portugal.

Mas no Portugal democrático de 1981 esta é uma causa vencida; o plano subversivo da AD choca-se frontalmente com a vontade irredutível do Povo português; a reacção não tem força, nem credibilidade política, nem base social de apoio para levar avante os seus projectos. E este é um traço distintivo entre as condições do assalto vitorioso ao Poder do fascismo em 1926 e as tentativas de retorno do fascismo em 1981 sob a égide da AD, irrevogavelmente condenadas à derrota.

NA encenação burlesca da demissão e da provável readmissão de Balsemão como primeiro-ministro (R), para além dos seus aspectos de ópera cómica e das emanações pestilenciais da crise interna da AD, há uma ameaça real contra o regime democrático e um perigo de retorno do fascismo que não pode ser substimado.

Mas há também uma possibilidade real de conjurar tais ameaças e perigos e existem condições extremamente favoráveis para afastar definitivamente da área do Poder a reacção personificada na AD e para operar uma viragem democrática na política nacional.

Os meandros da demissão de Balsemão ainda não são suficientemente conhecidos do grande público. No plano interno da AD sabe-se como o CDS, detentor no Governo Balsemão das pastas de maior importância política, minava a hegemonia do PSD como primeiro partido da AD e como pretendia impor a sua própria hegemonia.

Sabe-se também como Freitas do Amaral ambicionava e conspirava pessoalmente para se assenhorear da direcção da AD e da máquina do Governo.

Na crise que levou à demissão de Balsemão e nas acidentadas reuniões do Conselho Nacional do PSD viu-se como as intrigas de Freitas do Amaral, em estreita aliança com os mais ultras do partido do primeiro-ministro demissionário, influiram decisivamente nas discussões e nos resultados.

FREITAS do Amaral nunca engoliu a «afronta» de não ter substituído Sá Carneiro na chefia do Governo. Nunca aceitou ser segundo.

Procurou basear a sua não participação no Governo Balsemão em razões de coerência política por ter afirmado não querer ser governo em caso de vitória do general Ramalho Eanes.

Uma das suas investidas contra Balsemão era o «fraco antieanismo» do primeiro-ministro demissionário, nas suas intrigas durante a demissão do Governo Balsemão propôs-se ocupar a presidência da AR — uma possibilidade «constitucional» de ocupar a Presidência da República em caso de «impedimento» do general Ramalho Eanes...

Freitas do Amaral prepara-se activamente para se guindar à Presidência da República seja de que maneira for.

É sintomático que na imprensa fascista e fascizante afecta à AD se procure agora adoçar a pílula de um possível regresso ao governo de Freitas do Amaral, mesmo com Ramalho Eanes em Presidente da República, com base numa situação pretensamente nova.

Pelas mãos de Balsemão, muito «solicitado» e sob a encenação de um «ultimato», Freitas do Amaral prepara-se para já para assumir o controlo directo ou indirecto do governo em estreita coordenação com os ultras do PSD, Eurico de Melo, Cavaco e Silva, Amândio de Azevedo, Roseta, Barreto, Santana Lopes e outros.

Nas vésperas da demissão de Balsemão, Freitas do Amaral fez na sua comunicação à TV o «requiem» do primeiro-ministro demissionário. Balsemão será um morto-vivo se aceitar regressar ao cargo de que por rábula saloia se demitiu.

Balsemão, o «primeiro», ficará irremediavelmente o «segundo» sob o comando efectivo de Freitas do Amaral arcando com as custas principais do processo, da antipatia e do inevitável fracasso da AD.

Moura Guedes, o chefe do grupo parlamentar do PSD, naturalmente dentro da jogada e nos meandros da intriga, disse significativamente que no Conselho Nacional do PSD a cabeça que deveria ter «rolado» era a de Freitas do Amaral:

Entre os barões da AD ainda não se sabe bem que cabeças vão «rolar».

A de Freitas do Amaral, desejada por Moura Guedes, parece que ainda não vai desta. O ambicioso presidente do CDS prepara-se para ser ele — e não Mário Soares — o candidato da AD às eleições presidenciais de 1985.

O dr. Mário Soares veio de novo a terreiro em nome do PS, reivindicar para a AD as responsabilidades na solução da crise e a sua continuação no governo.

Os parceiros do PS na FRS (a UEDS e a ASDI) que Mário Soares quer manifestamente sacrificar ao chamado «bloco central» — está claro, apenas prematuro, como ele diz — solidarizaram-se com aquela insólita posição do secretário-geral do PS.

O dr. Mário Soares, que sempre tem mostrado um soberano e profundo desconhecimento da problemática nacional e dos perigos que ameaçam a democracia portuguesa, joga visivelmente no apodrecimento e no desgaste totais da AD no Poder, para surgir depois como o «redentor» que traz nas mãos salvadoras a receita milagrosa para curar o País da política de descalabro nacional da AD.

O dr. Mário Soares, tem feito constar, segundo os seus amigos, que se propõe candidatar-se à Presidência da República em 1985.

Não se percebe bem onde o dr. Mário Soares irá buscar a base eleitoral necessária que lhe garanta a eleição para o ambicionado cargo que tem em mira, o seu tal soberano e profundo desconhecimento das realidades veda-lhe a visão clara das coisas e pode atirar ao charco as suas ambições.

O dr. Mário Soares quer amarrar o PS a um suicídio político caucionando a continuação da AD no governo, fazendo-lhe o jogo mesmo à custa dos sofrimentos, da miséria e da ruína do Povo português, e agitando a alternativa PS como a única possível ao governo e à política da AD.

O dr. Mário Soares continua a alardear o seu incorrigível anticomunismo e a cobrir de insultos o PCP. É a si próprio que se prejudica afinal o secretário-geral do PS.

No momento actual, perante a greve desestabilização política de exclusiva responsabilidade e iniciativa da reacção coligada na AD, perante a desavergonhada exibição pública das tricas, ambições e rivalidades no seio da coligação reaccionária, que ameaça paralisar as instituições do País, o dr. Mário Soares não hesitou em proferir uma grave calúnia contra os comunistas portugueses dizendo que «é o PCP que desestabiliza a situação política portuguesa». (!!!)

Vê-se que não é a convergência, o entendimento, o estabelecimento de um clima de diálogo construtivo entre os democratas o que norteia as atitudes políticas do dr. Mário Soares, mas precisamente o contrário.

MESMO não encontrando a concordância do PS para as suas propostas, o PCP continua apesar disso a defender a convergência, o entendimento e a criação de um clima de diálogo entre as forças democráticas, nomeadamente entre comunistas e socialistas, para uma saída democrática para a crise actual.

A AD tem hoje, ainda mais que ontem, falta de legitimidade não só para governar mais 4 anos como para governar mais 1 dia.

Quando o PCP propõe a todas as forças democráticas e patrióticas uma troca de impressões sem condições prévias sobre a situação actual, as suas «leituras» e desenvolvimentos, parte do pressuposto da existência de condições extremamente favoráveis para correr em definitivo com a reacção do Poder e para opor uma alternativa democrática viável à AD e ao seu Governo.

O PCP cinge-se estritamente ao quadro constitucional quando preconiza a formação de um governo de gestão, a dissolução da actual Assembleia da República e a realização de novas eleições legislativas.

Nas consultas com o PR para a formação de um novo governo, nas conversações eventuais com outros partidos e organizações democráticas, no necessário debate entre as massas populares o PCP defenderá uma saída para a crise assente numa alternativa democrática que colha o decisivo apoio e adesão maioritário do Povo português e responda aos interesses e aspirações fundamentais das massas populares.

Não há uma alternativa PCP nem uma alternativa FRS ou PS para opor vitoriosamente ao Governo e à política da AD. Uma alternativa de qualquer força democrática isolada conduziria à derrota inevitável uma causa que é potencialmente e poderá vir a ser de maneira efectiva amplamente vitoriosa.

A AD deve ir para a rua com Balsemão ou Freitas do Amaral ou com os dois; com as «pombas» ou os «falcões» ou quaisquer outros.

A continuação da AD à frente do Governo pode conduzir o País a um verdadeiro desastre nacional e constituiria uma ameaça permanente ao regime democrático.

PCP

Madalena (Gaia) Acampamento da JCP encerra dia 25

Encerra no início da próxima semana o acampamento organizado pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) na Madalena, em **Vila Nova de Gaia**, no qual convivem cerca de 200 jovens, estudantes e trabalhadores.

Após diversos "fogos de campo", em que se realizaram, entre outras, sessões sobre o 60.º Aniversário do PCP e sobre a Reforma Agrária, está marcada para dia 25 (terça-feira) a jornada de encerramento com as seguintes iniciativas:

- Concurso subordinado ao tema "O campista é o maior";
- Noite de Fado (com Benedito Pereira e Fernando Teixeira);
- Encerramento das provas desportivas dinamizadas no decurso do acampamento;
- Intervenção de **J. Pina Moura**, dirigente da JCP e membro do Comité Central do PCP, que abordará temas como a situação política, problemas e tarefas da juventude.

Esplanada da Amizade em Messines (Algarve)

● *Fundos para o CT*

Os camaradas de Messines, na região do Algarve, prosseguem com entusiasmo uma campanha de recolha de fundos para a construção de um Centro de Trabalho na vila.

A campanha decorre sob o lema «No centro do Algarve um novo CT do PCP» e é dinamizada pela Comissão de Freguesia do Partido, com o apoio de simpatizantes e amigos do PCP.

No âmbito da importante iniciativa, os comunistas de Messines instalaram em meados de Julho uma esplanada onde se realizam iniciativas públicas em todos os fins-de-semana, sempre com a participação de centenas de pessoas, da comunidade local e também turistas.

No convívio ali realizado no último sábado esteve presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que falou sobre o actual momento político.

Amanhã, haverá uma sessão-festa com actuações de Samuel, Rancho Folclórico da Quinta da Laranjeira (Odelouca) e dois acordeonistas locais.

No **domingo**, a Juventude Comunista de Messines organiza, em conjunto com a Comissão de Freguesia do PCP, uma jornada de convívio juvenil,cujo programa inclui, nomeadamente, jantar de confraternização e baile.

Festa da Unidade em Aljustrel

Amanhã, os camaradas de **Aljustrel** promovem, à noite, a Festa da Unidade, iniciativa de convívio popular integrada na divulgação da «Festa do «Avante!».

Participam os artistas José Viana Dora Leal. O baile da Festa será animado pelo conjunto de Jorge Nascimento. No serviço de bar não faltarão bons petiscos.

A Festa da Unidade inicia-se às 22 horas, no Parque Municipal.

Festas em Canidelo S. Pedro da Cova e Lousada

Por iniciativa dos militantes comunistas, estão marcadas para o próximo fim-de-semana, na região do Porto, as seguintes festas populares, de convívio e unidade, ambos com início no sábado e prolongamento no domingo:

Canidelo (Vila Nova de Gaia) — junto ao Parque de Salgueiros, música, baile, actividades infantis, intervenção política da camarada Helena Medina, do Comité Central;

Lousada (Meinedo) — música, baile popular, «comes-e-bebes», intervenção política do camarada Edgar Correia, membro do CC.

Entretanto, na zona de **S. Pedro da Cova,** estão previstas outras iniciativas no sábado à noite no lugar de Ramalho (exibição de um filme) e no domingo em Rio Ferreira (manhã infantil, espectáculo musical, tiro ao alvo, jogo da malha e serviço de bar).

Festa das Colheitas

Com um diversificado programa artístico e recreativo, realiza-se no próximo fim-de-semana a II Festa das Colheitas, na vila alentejana de Avis.

A iniciativa pertence à Comissão Concelhia do Partido e do seu programa destaca-se, por exemplo, uma exposição sobre o 60.º aniversário do PCP, outra com máquinas agrícolas, baile, serviço de bar, ranchos folclóricos, etc.

A Festa realiza-se sábado e domingo, no Largo do Convento.

Camaradas falecidos

Cândida Abrantes Ferreira

Com 78 anos, faleceu no passado dia 28 de Julho a velha militante comunista Cândida Abrantes Ferreira, antiga operária da Fábrica dos Discos e da Manutenção Militar, na zona oriental de Lisboa.

Mulher combativa, ligada ao Partido há muitos anos, Cândida Ferreira foi presa pela polícia política do fascismo — a PIDE — em 1963 quando esta pretendia localizar o seu filho (o camarada Domingos Abrantes, actualmente membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido), que então se evadira da prisão de Caxias.

A camarada Cândida Abrantes foi um exemplo de valorosa mulher comunista nos duros anos do regime fascista.

Mário Bento

Com 31 anos, faleceu no passado dia 15, o militante comunista Mário da Silva Bento. O nosso camarada era pequeno comerciante em Xabregas e militava no organização do Beato (Lisboa).

José Santos

Natural de Colares — Sintra, faleceu recentemente, com 45 anos, o camarada José Domingos Carvalho dos Santos (Zé Puto), trabalhador exemplar e militante muito activo.

Referindo-se ao Partido era frequente ouvi-lo dizer que foi «a lanterna que lhe indicou o caminho».

José Nogueira

Faleceu recentemente, com 49 anos de idade, o camarada José Maria Nogueira, maquinista do Metropolitano de Lisboa. Membro do Partido há vários anos, o nosso camarada sempre se destacou pela sua dedicação na defesa dos interesses dos trabalhadores, das liberdade e da democracia.

A participação maciça dos colegas de trabalho e dos camaradas no cortejo fúnebre testemunham, só por si, a simpatia e o carinho que lhe dedicavam.

●

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» dirige aos familiares dos camaradas desaparecidos as mais sentidas condolências.

LEIA
ASSINE
E DIVULGUE
REVISTA INTERNACIONAL

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.
Tiragem média do mês de Julho: 56 360

Política nacional

A «AD» sujeita o país a degradantes manobras pessoais e partidárias

Conhecida a decisão do PSD de voltar a indicar Pinto Balsemão para Primeiro-Ministro, a SIP do PCP divulgou, na passada segunda-feira, a seguinte nota:

1. Os mais recentes episódios da crise da «AD» e, designadamente, a decisão do Conselho Nacional do PSD de indicar para Primeiro-Ministro a mesma figura – Pinto Balsemão – que de Primeiro-Ministro se havia demitido há uma semana, põem em evidência que os partidos da coligação governamental não hesitam em sujeitar as instituições democráticas e o País a degradantes manobras pessoais e partidárias.

2. O comportamento dos partidos da «AD» e dos seus dirigentes no decurso da presente crise política revela com extrema clareza, não apenas o seu completo divórcio dos problemas reais do povo e do País, mas também um arrogante desprezo pela dignidade do Estado, pelo prestígio das instituições e pelo próprio respeito devido aos cidadãos.

3. Confirma-se assim inteiramente que, como o PCP tem acentuado, o afastamento da «AD» do Governo, além de constituir uma condição essencial para poupar o povo e o País aos agravados sacrifícios e prejuízos que a continuação da política da «AD» significaria, é também uma exigência fundamental para impedir o desgaste das instituições e a degradação da vida política nacional provocadas pelas desesperadas tentativas da «AD» para adiar o seu colapso final.

4. A opinião pública nacional não pode deixar de reter que, depois de a «AD» ter conduzido o País para uma gravíssima situação económica e social, o que os partidos da «AD» estão afinal discutindo é sobretudo quem deve assumir o comando do prosseguimento da mesma política ruinosa e desastrosa. Neste sentido, torna-se evidente que arranjos, mais ou menos provisórios, dentro dos partidos da «AD» não poderão dar resposta aos vivos anseios do povo português de ver melhoradas as suas condições de vida e de ver assegurado um caminho de bem-estar, progresso, justiça social e desenvolvimento.

5. Tanto pela sua nefasta política como pelos métodos e manobras a que estão recorrendo, os partidos da «AD» testemunham perante o País que a sua permanência no Governo seria altamente gravosa para os interesses populares e nacionais e muito perigosa para a estabilidade do regime democrático. Mais cedo do que tarde, a convocação de novas eleições legislativas acabará por impor-se como a solução democrática necessária para a crise política.

Os incêndios e os seguros

● Que papel deverá ter o Instituto Nacional dos Seguros?

O problema dos incêndios analisado na perspectiva da actividade seguradora, nomeadamente no que se refere ao papel que esta não desempenha e devia desempenhar, é o tema de um comunicado recente da autoria do Organismo de Direcção dos Seguros de Lisboa do PCP.

O comunicado recorda que "existem motivos que levam ao recurso a incêndios, como por exemplo o crescimento mais lento dos pinheiros e o seu valor comercial mais baixo; madeireiros e industriais que passam a comprar as madeiras a preços mais baixos; a efectivação de seguros em condições irregulares que **garantem** a rentabilidade da venda, sem mais trabalho".

Mais adiante: "Numa fase inicial, o governo mandou anunciar que iria tomar o controlo sobre a comercialização das madeiras. Depois, certamente influenciado pelos madeireiros e comerciantes de madeiras, acabou por desistir de tal projecto. Não deixa de ser curioso notar que a grande vaga de incêndios ocorre precisamente onde existe um maior caciquismo por parte de apoiantes da 'AD' e que os incendiários sejam postos em liberdade rapidamente".

Afirma-se ainda no comunicado:

"O Instituto Nacional de Seguros, que se saiba, não tem tomado medidas de controlo dos sinistros verificados, nomeadamente quem são os recebedores de avultadas indemnizações e se em anos anteriores os mesmos madeireiros, negociantes e industriais também tiveram incêndios".

"Reconhece-se que ao INS cabem importantes tarefas moralizadoras na actividade seguradora, pelo que não deverá manter-se numa atitude passiva perante o que está ocorrendo".

"A Organização de Seguros de Lisboa do Partido Comunista Português está em condições de afirmar que, no próprio Sector Nacionalizado se aceitam seguros que deveriam ir ao Acordo Agrícola e que entram nas carteiras de incêndios e outros ramos".

"O Instituto Nacional de Seguros deverá – sob pena de se tornar cúmplice – exigir às Seguradoras que fazem parte do Acordo Agrícola, uma prática de gestão eticamente correcta, tecnicamente aprovável, sendo fornecidos todos os elementos que permitam ter uma visão correcta da sinistralidade efectivamente verificada".

"Não faz sentido que – sem o conhecimento do INS e seu Acordo Agrícola – se paguem milhares de contos de indemnizações, sem qualquer rasto de controlo sobre os beneficiários. Não é admissível que, no Sector Nacionalizado, se aceitem seguros de matas sem a proporcionalidade do risco a cargo dos segurados, sem o cumprimento de prazos para início dos seguros. **Esta prática de gestão é ostensivamente virada para os incendiários!".**

"O Instituto Nacional de Seguros também deve actuar na defesa do prestígio dos Seguros".

Sabotagem e corrupção na banca denunciadas no Porto

Nos últimos dias e em duas diferentes situações, os bancários comunistas da cidade do Porto tomaram posição pública sobre os desmandos que a «AD» vem praticando na banca nacionalidada. Porque a banca é utilizada nas mais diversas manobras de favorecimento obscuro dos interesses de reconstituição de grandes grupos monopolistas. Porque a banca é sabotada na sua missão de motor financeiro da economia nacional. Porque a banca é assaltada e desgovernada pelo arrivismo e compadrio de uma clientela política incompetente mas voraz.

A célula do PCP na União de Bancos Portugueses/Porto toma posição contra a falência da empresa têxtil «Corfam's Confecções», onde a UBP assume a posição de maior credor, sendo de estranhar que nenhuma medida seja tentada no sentido de tornar viável a sobrevivência da empresa, possuidora de um moderno parque de máquinas que lhe garante condições de rentabilidade do ponto de vista tecnológico.

Joga-se assim com 600 postos de trabalho e com os próprios interesses da banca nacionalizada, já que a UBP dificilmente recuperará os cerca de 150 mil contos da dívida da «Corfam's».

Quem irá assim beneficiar com esta falência? À falência e à cessação dos contratos de trabalho não irá suceder a venda da «Corfam's», por «tuta e meia», a algum grupo monopolista em reconstrução?

Por sua vez o secretariado da célula do BESCL e a célula do BNU do PCP denunciam a vaga de admissões, transferências, promoções e nomeações para funções de chefia que se sucedem a ritmo acelerado no seio da banca nacionalizada, com total desprezo dos critérios normais de competência e grau de aptidões dos candidatos. São as relações de família e de partido que verdadeiramente contam. Casos há de postos inexistentes no organigrama e no CCTV, criados exclusivamente para promover figuras gradas à «AD» esgotadas as outras possibilidades de promoção. Exemplo disto foi a criação «a martelo» da figura do «agrupamento» no BESCL, para promover o dirigente dos bancários do PPD no Porto, Rato Alves, de chefe de serviços na UBP para subdirector no BESCL.

Mais recentemente, prossegue o comunicado dos bancários comunistas, no BESCL e no BNU, «espectacular promoção teve desta vez por beneficiário o sr. Sousa Pereira, hoje chefe do serviço nacional de pessoal do BESCL, lugar vago há cerca de três anos, dado que o C. de Gestão «não via ninguém no banco com qualidades para a função».

Mas foi no BNU, finalmente, que o C. de Gestão acabaria por descobrir uma competência na pessoa, justamente, de Sousa Pereira. E quem é ele? O «sindicalista» que em 1978 «negociou» o mal-fadado CCTV então publicado. A sua actuação por essa altura deve ter impressionado muito e merecia um prémio...

Quem apresentou e defendeu na Assembleia da República o escandaloso estatuto do deputado aprovado pela «AD» e com abstenção do PS?

Pois foi o deputado PPD, Manuel António Araújo dos Santos, presidente eleito da Mesa da Assembleia Geral do sindicato.

O que tem feito a direita desde que está no Sindicato?

1. Admite a família... política para o seu quadro de funcionários.

2. Malbarata o dinheiro dos trabalhadores em jantaradas, aquisição de prédios, etc.

3. No seio das comissões sindicais e de trabalhadores, os elementos da «AD» fazem quase todos contra-vapor para as tornar inoperantes.

Os bancários, afirma-se na parte final do comunicado, enganados com a demagogia da «AD», não mais se deixarão iludir e saberão escolher de futuro para os defender os seus companheiros de trabalho que não se servem da passagem pelas estruturas representativas dos trabalhadores como trampolim para uma carreira mais fácil, ou de cargo no Sindicato para se favorecerem. E entre esses estão, todos o reconhecem, os comunistas.

JCP salienta necessidade duma política democrática

«Dois governos da "AD" chegaram para demonstrar que com qualquer outro governo "AD" os problemas nacionais, em vez de se resolverem, serão agravados, e a vida e o futuro da juventude portuguesa serão cada vez mais difíceis», salienta, a dado passo, o documento divulgado há dias pela Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, Juventude Comunista Portuguesa, que anteriormente se reunira em Lisboa.

Analisando o actual momento político, aquele organismo dirigente da JCP sublinha que a actual crise, da aliança dos partidos reaccionários tem a ver directamente com a falência de uma política que,também para os sectores juvenis, é marcada «por uma brutal degradação das condições económicas, sociais e culturais».

Acrescenta a Comissão Executiva da CC dos jovens comunistas que «a crise da 'AD' é o resultado da sua derrota a 7 de Dezembro e da luta popular contra uma política inconstitucional e subversiva, de agravamento da situação económica e financeira, da subida brutal dos preços dos bens essenciais, do aumento do desemprego e da insegurança do trabalho, chocando com os interesses do Povo, da Juventude e do País, que levou à rápida redução do seu apoio social e ao fracasso da 'AD' e do seu projecto».

No caso concreto da juventude, a política da «AD» não resolveu e piorou ainda problemas como o **desemprego** e a **habitação**, os **contratos a prazo**, o **12.º ano**, a **degradação das condições de ensino**, a **limitação do acesso aos cursos universitários**, as **dificuldades e ataques à autonomia universitária**, problemas que têm mobilizado milhares de jovens numa luta dinâmica, de unidade e firmeza em torno de soluções e propostas objectivas.

«A realização de novas eleições legislativas precedidas da dissolução da Assembleia e a formação de um governo de gestão constituem», salienta a JCP, «a solução para a saída da perigosa crise e instabilidade em que a 'AD' mergulhou o País e o regime democrático».

Ao referir a necessidade de um governo com uma política democrática «baseada no respeito e na defesa das conquistas do 25 de Abril», capaz de resolver os grandes problemas e de dar concretização aos justos direitos da jovem geração, a JCP declara que «tal Governo é possível com o entendimento das forças democráticas e em particular entre socialistas e comunistas».

● Apelo

O documento da Comissão Executiva dá Comissão Central da JCP contém um apelo «a todos os socialistas, aos jovens de sectores católicos, a toda a juventude, para que, nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas localidades, se unam na luta pela satisfação das suas reivindicações e interesses imediatos, enfrentando com combatividade e determinação a política antijuvenil da 'AD', exigindo a formação de um governo democrático que com uma política democrática contribua para a resolução dos problemas da juventude e do País».

Mais uma do Telejornal

A SIP do PCP divulgou anteontem a seguinte nota:

Tendo o Telejornal da RTP/1 noticiado ontem, de forma nada esclarecedora, que o dirigente do PCP Carlos Costa, à saída de uma audiência de uma delegação do PCP com o Presidente da República, se tinha recusado a responder a perguntas dos jornalistas, a SIP do PCP está autorizada a esclarecer:

1. Aquele dirigente do PCP anunciou aos jornalistas que faria uma declaração sintetizando a posição do PCP, sobre a crise política que havia sido transmitida ao Presidente da República. Uma vez concluida a referida declaração, feita aliás sob constantes interrupções, Carlos Costa informou com efeito que não responderia **naquela ocasião** a perguntas dos jornalistas, tendo no entanto reafirmado de forma clara a total disponibilidade do PCP para, noutro local e em qualquer momento, dar resposta a todas as questões que os profissionais de informação desejassem colocar ao PCP.

2. Esta posição explica-se pela preocupação de evitar que, como lamentavelmente tem sucedido noutras ocasiões, os mais influentes meios de comunicação social, designadamente a Televisão e Rádio, escamoteiem, mutilem ou desvalorizem as declarações que o PCP considera essenciais numa determinada conjuntura, sacrificando-as em favor de respostas a perguntas que, do ponto de vista do PCP, são manifestamente laterais ou acessórias.

O facto de ainda ontem o Telejornal ter mutilado várias passagens da declaração de Carlos Costa, apesar da sua notória brevidade, mostra que as preocupações do PCP têm todo o fundamento.

3. O PCP considera inteiramente natural e legítimo que os profissionais de informação procurem aproveitar determinadas circunstâncias, e concretamente a realização de encontros de delegações de partidos com o Presidente da República para obterem declarações ou definições de posições que julguem necessárias ao esclarecimento da opinião pública.

4. Entretanto, sendo conhecido que frequentemente dirigentes de outros partidos se têm recusado a responder a perguntas dos jornalistas sem que tal facto tenha sido destacado pela RTP ou motivado qualquer estranheza, é de esperar que seja pacificamente aceite o direito que assiste aos dirigentes do PCP de, em circunstâncias e em momentos por si determinados, limitarem as suas declarações ao que considerem essencial ou circunscreverem o âmbito das questões a abordar com os órgãos de informação nessas oportunidades.

Sábado, na Voz do Operário

Dias Lourenço analisou a situação política

No decorrer da sessão realizada sábado passado na Voz do Operário, em que se procedeu ao 2.º Sorteio da EP, o camarada Dias Lourenço fez uma intervenção sobre a situação política, tendo afirmado:

Camaradas:

As palavras têm o seu valor — os comunistas dão às palavras o seu sentido exacto. Na crise política actual há palavras que devem ser ditas.

A AD está podre e cheira mal; a crise política deteriora-se numa escala sem precedentes e com aspectos de opereta — mas por detrás da crise o fascismo arreganha os dentes.

Antes o povo exigiu nas ruas: «Mota Pinto para a rua!» e o Mota Pinto foi para a rua; «Sá Carneiro para a rua!» e Sá Carneiro foi para a rua. De maneira inesperada, é certo, num trágico acidente, mas a morte física antecedeu a morte política. Antes de morrer fisicamente Sá Carneiro dizia que se perdesse iria para casa. Perdeu. Depois dele o Povo português escaldado com as experiências do Governo AD/Balsemão exigiu «AD/Balsemão para a rua!» Balsemão foi para a rua ou foi à rua e já volta? Isso mostra de maneira palmar que quem deve ir para a rua não é Balsemão apenas mas a AD no seu conjunto.

Porque está então podre a AD? Será só porque está cheia de larvas, será porque é uma crosta cheia de pus que está a estalar? Será porque é um saco de gatos não a fazer rom-rom mas assanhados?

É por isso tudo, sim, mas é principalmente porque o famigerado projecto AD se choca com as realidades do Portugal de Abril, porque o seu plano subversivo tem por objectivo a destruição do regime democrático e a restauração do poder económico e político do grande capital, porque esta política antipopular, antidemocrática e antipatriótica põe contra a AD cada vez mais a luta firme, organizada e unida do Povo português.

O Povo português, com os trabalhadores como sua força mais combativa mostra-se cada vez mais decidido a defender as suas conquistas democráticas, a salvaguardar o património libertador de Abril, a travar a ofensiva da reacção.

Nestes dias de aguda crise ficámos a saber melhor do que antes, pela boca dos que se reivindicam fiéis herdeiros de Sá Carneiro, que o projecto AD é um celerado projecto contra o 25 de Abril, contra a democracia, contra a Pátria. Toda a política da AD no governo tem sido um empenhamento raivoso contra o 25 de Abril.

Podemos perguntar, camaradas, e responder com verdade e à vontade:

Agravar as condições de vida do povo trabalhador, promover a baixa do salário real, aumentar o desemprego principalmente dos jovens e das mulheres, aumentar a insegurança no trabalho, provocar a escalada dos preços através da injusta política dos pacotes, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

Provocar a ruína e a miséria dos pequenos e médios agricultores, negar-lhes a justa paga do seu produto e do seu trabalho, agravar-lhes o custo dos factores de produção, recusar-lhes o crédito, encarecer-lhes o dinheiro com juros leoninos numa escala inacessível, favorecer os ricos proprietários, será isto o 25 de Abril?

Não camaradas, isto é o 24 de Abril!

Destruir as nacionalizações, entregar os sectores básicos da economia nacional ao capital privado, vender de mão-beijada aos antigos monopolistas empresas nacionalizadas, impedir a posse dos gestores eleitos pelos trabalhadores como manda a Constituição, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

Desmantelar a Reforma Agrária, devolver aos latifúndios as terras expropriadas, levar aos campos do Alentejo e do Ribatejo a violência, o esbulho, a fome, o desemprego e por vezes a morte, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

Rasgar a Constituição democrática da República Portuguesa, tentar aniquilar nela os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, fornecer uma base jurídica ao retorno do poder económico e político do grande capital, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

Promover a guerrilha institucional contra o PR e o CR, pôr órgãos de soberania contra órgãos de soberania, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

Abrir caminho e cobrir escuras negociatas, fomentar e proteger a corrupção como nos casos da EPAC/AGA e do roubo de terras das UCPs, praticar a imoralidade na atribuição dos dinheiros do Estado, como se viu no caso do Estatuto dos Deputados, será isto o 25 de Abril?

Não, camaradas, isto é o 24 de Abril!

E isto é o famigerado projecto AD.

E é contra este sinistro projecto que se ergue a luta cada vez mais determinada e firme da classe operária portuguesa, dos camponeses, da juventude, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, numa luta que já pôs na rua milhões de portugueses e que tem assumido amplitude e firmeza jamais atingidas. As greves, manifestações e concentrações populares, a crescente expressão política da poderosa luta conduzida pelos sindicatos, pelas comissões de trabalhadores, pelos órgãos de poder local democráticos, todas essas grandiosas lutas e acções muitas delas dirigidas ou inspiradas pelos comunistas são a artilharia pesada do povo trabalhador e dos democratas que têm desbaratado os intentos da reacção no poder, que têm feito recuar os «barões» da AD, desorientado e minado as fileiras da reacção, que têm reduzido de maneira drástica a base eleitoral, social e política da AD.

São lutas, algumas de grande dureza mas cheias de heroicidade. Devemos saudar daqui, como um símbolo da combatividade da classe operária portuguesa os valentes mineiros da Panasqueira pela greve de 14 semanas que terminou vitoriosamente — uma corajosa luta que é um exemplo de unidade e vontade para todos os trabalhadores do nosso País.

É o poderoso movimento de massas em conjugação com a iniciativa política das forças democráticas, com notável destaque do PCP, que está fundamentalmente na origem do apodrecimento e da falência do projecto político da AD e não as suas tricas internas.

Camaradas:

Neste momento, o principal partido da AD, o partido do Primeiro-Ministro demissionário, debate, num pandemónio digno das forças e interesses que representa, se Balsemão fica ou vai, se as «pombas» vencem os «falcões» ou se os «falcões» se transformam em «pombas».

Balsemão, despeitado com a guerra interna dos seus parceiros, aludiu mesmo à possibilidade de entregar o governo aos mais ultras que o contestam e são uma minoria no seu próprio partido.

Quer dizer que o governo minoritário da AD que recolheu menos de metade dos votos dos portugueses em Outubro e Dezembro do ano passado está em transe de cair nas mãos de uma minoria da minoria.

A ilegitimidade da AD para continuar desgovernando o País torna-se visivelmente mais ilegítima.

Mas nesta hipotética mudança o Povo português e os órgãos de soberania como a AR, o PR e o CR têm uma palavra a dizer. Uma palavra decisiva.

Não basta que Balsemão vá para a rua — é necessário, inadiável e essencial que, com Balsemão, vá para a rua a AD no seu conjunto.

A AD para a rua é uma exigência nacional. Isto é tanto mais necessário quando nos bastidores da AD se chega a falar num governo com Freitas do Amaral, Cavaco e Silva, Eurico de Melo, Soares Carneiro, Roseta e toda a fina flor dos ultras. Quem sabe, talvez, se vem a falar-se ainda no sr. Adriano Moreira para ministro das «colónias» e no sr. Franco Nogueira para ministro sem pasta.

Não há fumo sem fogo. Por detrás desta gente é o fascismo que estende as garras e arreganha os dentes.

O nosso povo que tem defendido com tanta determinação as conquistas de Abril tem forças suficientes para impedir um tal passo; no quadro das instituições democráticas uma saída para a crise é possível desde que assim o queiram as forças democráticas, patrióticas e antifascistas portuguesas.

Camaradas:

Como se sabe o nosso Partido tem-se pronunciado desde a primeira hora pela saída da AD do governo e, no escaldar da crise, tem insistido com força numa saída democrática para a situação actual. Propostas concretas foram feitas a todos os partidos, organizações e individualidades democráticas.

Perante a incapacidade, a incompetência, a ilegitimidade da AD como força de governo impõe-se uma alternativa democrática que arranque Portugal da crise, que assegure a defesa e a continuidade da Revolução de Abril, que trave o caminho para o abismo, que restabeleça a legalidade democrática, que promova a melhoria das condições de vida do Povo português.

As nossas propostas encontraram um profundo eco no seio das massas populares. Infelizmente entre as forças democráticas, em particular de alguns círculos dirigentes do PS, nenhum gesto se verificou no sentido da aceitação da nossa iniciativa aglutinadora da luta dos democratas.

Mesmo uma proposta tão simples e descomprometida como o exame sem condições prévias da situação actual foi recusada pela Comissão Permanente do PS e pelo seu secretário-geral, Mário Soares. Achais, camaradas, que esta era uma proposta desrazoável?

Não podemos deixar de registar que certos cantos de sereia da AD em relação aos socialistas não encontraram da parte de Mário Soares a mesma atitude de repulsa que manifestou em relação às propostas do PCP.

O dr. Mário Soares está virado para a possível formação de um chamado «bloco central» que pretenderia liderar, mas o que daí resultaria nada teria a ver com a defesa da democracia mas sim com a defesa da reacção moribunda. O «bloco central» outra coisa não seria senão uma tábua de salvação para a barca arrombada da AD que uma vez com os rombos consertados à custa do PS e de Mário Soares retomaria o seu curso de destruição do regime democrático e com outro timoneiro que não o secretário-geral do PS. É para um bloco das forças democráticas e não para salvação da AD através do tal «bloco central» que é imperioso centrar as nossas atenções comuns.

O dr. Mário Soares e certos outros democratas de vistas curtas afirmam que o PCP faz do PS o alvo principal dos seus ataques.

Isto é completamente falso. O PCP sempre virou contra as forças reaccionárias a sua intransigente oposição. A reacção é o verdadeiro inimigo da democracia que é preciso afastar do poder.

O que os comunistas não podem é aceitar sem resposta os insultos, calúnias e falsificações da sua acção proferidos pelos secretário-geral do PS.

Camaradas:

Os comunistas estão firmemente determinados a encontrar com todos os democratas, principalmente com o PS, um vínculo comum de acção contra as forças que ameaçam a Revolução de Abril.

Mas pensamos que o necessário esforço para o diálogo, a negociação, o entendimento, a convergência com as outras forças democráticas, em particular com o PS, não é incompatível, antes pelo contrário, com a necessidade da crítica democrática às posições lesivas da democracia e do 25 de Abril entre companheiros de luta que se propõem defender as conquistas democráticas do nosso povo.

Nesse sentido continuaremos a proceder para que as nossas eventuais críticas às outras forças democráticas e naturalmente ao PS se caracterizem pela verdade e pela objectividade.

No momento actual a busca de uma alternativa democrática implica a discussão, o diálogo, a negociação, entre todos o que estão interessados em defender a democracia, porque nenhuma força democrática isolada tem no momento actual possibilidades de oferecer e fazer vingar uma tal alternativa válida ao governo e à política antidemocrática da AD.

A AD deve ir para a rua! Um governo democrático de gestão deve ser formado. A dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições legislativas representam a saída mais justa no quadro das instituições democráticas.

Dias Lourenço terminou o seu discurso renovando as propostas do PCP, insistindo na necessária convergência e unidade entre as forças democráticas, salientando o papel dos comunistas e do PCP como partido dos trabalhadores na superação da crise actual, na defesa e consolidação do regime democrático, no definitivo afastamento da AD da área do poder, na unidade das forças democráticas e patrióticas do nosso País para uma alternativa democrática ao governo e à política da AD.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Nacional

Falta água em todo o Alentejo

Gado vendido ao desbarato

Governo «AD» não encara a gravidade da situação

O País sofre uma prolongada seca a que se seguiu um período de calor intenso. Em certas regiões, pode dizer-se que não há água. A situação é de calamidade. Já por várias vezes que os órgãos autárquicos do Alentejo alertam para o problema e sugerem soluções que possam minorar a falta de água. E, até agora, o que tem feito este Governo «AD».?

Até hoje nada fez. Embrenhado nas suas questiúnculas partidárias e jogos de interesses — sai Balsemão, entra Balsemão — o Governo está muito ocupado para poder prestar atenção a esses problemas comezinhos como seja a falta de água.

E, no entanto, este é que é o verdadeiro problema do «país real», para utilizar uma expressão tão ao gosto dos políticos da «AD». Nas zonas afectadas as pessoas querem lá saber do Cavaco ou do Eurico. Ignoram a Roseta e do Balsemão pouco se importam que ele siga os exemplos de Sá Carneiro — sai agora, mas volta depois.

Com o que as populações se preocupam neste momento é com a assustadora falta de água e o não menos assustador desprezo que o poder central manifesta quanto à resolução do problema. E não se pode desculpar com o facto de nada lhe ter sido comunicado. Várias iniciativas têm vindo a ser tomadas pelos órgãos autárquicos para que o problema se resolva.

Aliás, só para darmos uma panorâmica do problema, vale a pena referir que uma freguesia do concelho do Crato — Gáfete — se encontra sem abastecimento de água desde Maio. Já passaram mais de três meses.

As tentativas do poder local

No decorrer de uma conferência de Imprensa dada por diversas câmaras municipais dos três distritos do Alentejo no intuito de alertarem para a situação dramática que se vive naquela região do País, foram recordadas as iniciativas levadas a cabo pelos órgãos autárquicos há largo tempo visando a melhor solução do grave problema.

Destacando que o Governo «AD» não pode **alegar desconhecimento da situação**, referem logo a seguir que **em sucessivas ocasiões os órgãos autárquicos da região chamaram a atenção do Governo para a gravidade da situação a que se poderia chegar.**

Por exemplo — acrescenta o documento — **já em 30 de Março, há quase cinco meses, a Assembleia Distrital de Évora alertava para o facto e exigia a tomada de medidas concretas.**

Durante os meses seguintes — prossegue ainda o documento para que o Governo não possa argumentar com o desconhecimento da vastidão do problema — **muitas foram as Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias Distritais que alertaram o Governo e a opinião pública para a gravidade do que se passava.**

Finalmente, a 30 de Junho, **há quase dois meses, diversas Câmaras Municipais da Região foram recebidas pelo Secretário de Estado da Administração Regional e Local, insistindo na gravidade do problema e na urgência de medidas concretas,** depois de terem contactado com o comandante da Região Militar do Sul.

Faz que anda mas não anda

Os representantes das Câmaras Municipais presentes na referida conferência de Imprensa não deixaram contudo de assinalar que o secretário de Estado **mostrou o maior interesse e a melhor aceitação para as propostas que lhe foram feitas.**

E na semana seguinte este membro do Governo comunicava às Câmaras **ter colocado o problema ao Governo, para a tomada de medidas imediatas.**

Medidas que entretanto ainda não surgiram, já lá vai mais de mês e meio. Mas não estamos a falar verdade. Houve realmente uma medida que o Governo tomou, revelando que está em «cima» do problema e que tudo faz para o resolver.

Assim, o Governo «AD», na semana passada, num gesto de alta governação enviou **um ofício para as Câmaras, comunicando ter sido nomeado um coordenador por parte do Governo para as questões relacionadas com a situação, voltando a solicitar um levantamento de há muito já elaborado pelas Assembleias Distritais e Câmaras Municipais.**

É o que se chama estar a gozar com a desgraça das populações. Numa situação de autêntica catástrofe o Governo «AD» leva meses para nomear um responsável e depois dá-se ao luxo de não aproveitar o trabalho já realizado pelos órgãos autárquicos, obrigando a repetir todo um levantamento. Maior incompetência é difícil de encontrar. Até parece que o Governo «AD» está à espera que chova... para resolver a questão da seca.

As medidas do poder local

Como foi referido durante o encontro com os jornalistas as Câmaras Municipais da região têm tomado medidas para evitar uma situação ainda mais grave. E dentro do que está ao seu alcance tudo tem sido feito, desde os novos furos para captação de águas subterrâneas, novas condutas, estações de tratamento de águas e ainda a compra de depósitos e autotanques.

Mas os recursos das autarquias são fracos face ao corte que a Lei das Finanças Locais tem sofrido desde o Governo PS, que aprovou a Lei, até aos Governo «AD». Para se ter uma ideia de como as Câmaras têm sido espoliadas nos seus recursos financeiros basta dizer que aos municípios dos distritos de Beja, Évora e Portalegre foram este ano subtraídos mais de três milhões e setecentos mil contos. Para onde foram é que ninguém vê.

Esta situação leva os órgãos autárquicos a paralisar obras importantes para acudirem ao problema do abastecimento de água, enquanto outras, como as verbas são dispendidas na captação de água, nem chegam sequer a começar.

Como destaca o documento apresentado **avalia-se neste momento em cerca de 500 mil contos o valor dos investimentos inesperados que as Câmaras já fizeram ou que têm em curso, ficando comprometidas muitas outras obras e actividades previstas.**

Mas não é desta alteração de projectos que as Câmaras se queixam. Com efeito, face à situação de calamidade pública que o País e em particular a região do Alentejo atravessam os órgãos autárquicos não se poupam a esforços.

Simplesmente — e é disso que se queixam — constatam que os seus esforços são diminutos para a amplitude da crise e não vêem por parte do Governo interesse em intervir.

Como salienta o comunicado subscrito por 28 Câmaras da região, apesar dos esforços dispendidos pelos órgãos autárquicos **das 120 povoações com problemas de abastecimento no início de Julho, passou-se já para 160 localidades em que a água só aparece de quando em quando nas torneiras, ou graças ao esforço dos abnegados Corpos de Bombeiros, que não têm regateado esforços onde têm sido chamados a transportar água.**

Ineficácia da EDP

Com a seca, proliferaram os chamados «vedores». Utilizando maquinaria apropriada furam a torto e a direito, levando uma determinada quantia por cada metro perfurado. Impacientes e sedentos de água os pequenos proprietários avançam nestas soluções. Pagam o que podem e não podem para conseguirem um pouco do precioso líquido.

Mas nem todos conseguem água. E isso reflecte-se na agricultura e na pecuária. Em relação à agricultura, não há nada a fazer. É o prejuízo é total.

Com o gado já as coisas se passam de modo diferente. Evitando que o gado morra à sede e à forme e evitando também o prejuízo maior, os pequenos agricultores — são sempre estes os mais afectados — vendem indiscriminadamente as reses, para salvar algum (pouco dinheiro).

Face a esta situação que até agora o MAP não procurou resolver, os presidentes das Câmaras Municipais presentes no encontro com os jornalistas manifestaram o receio de um abate indiscriminado do gado face à venda ao desbarato que se começa a verificar. Também aqui, quem lucra é o intermediário, que mais uma vez compra barato para depois vender caro. Preços de intervenção por parte do Governo ou não existem ou então quando existem pouco ou nada diferem das ofertas dos intermediários.

Mas falava-se dos furos, feitos à toa, para consumo particular e que não ficam inventariados. Também as Câmaras fazem furos em busca de água. Os preceitos legais são seguidos, mas muitas vezes o facto de encontrar água não significa que esta venha a ser utilizada mesmo que as análises feitas posteriormente reconheçam a sua pureza.

Mas aqui passa-se um fenómeno diferente, que se chama EDP — Electricidade de Portugal. Com efeito, para que se faça a captação de água torna-se necessário o fornecimento de energia que por vezes a EDP protela indefinidamente. Por vezes, para estender um ramal eléctrico de duzentos metros está-se meses à espera. Nesse caso, a água encontrada não serve de nada.

O representante da Câmara de Ponte de Sôr referiu um caso de duas bombas colocadas em Julho e que continuam à espera do lançamento de um ramal eléctrico de duzentos metros. Outras vezes, face à inoperância da EDP, as autarquias optam por soluções mais onerosas mas que têm a vantagem de serem soluções. É o caso que se passa na Foz do Arrão, também em Ponte de Sôr, onde a autarquia se viu obrigada a colocar um grupo gerador para poder fazer funcionar a bomba de água.

Ainda relacionado com a EDP foi apontado no encontro uma deficiência que há largos anos se faz sentir em toda a zona leste alentejana — a baixa tensão da corrente eléctrica. Até agora isso nunca fora solucionado. Simplesmente, neste período crítico faz-se sentir com maior agudeza, nomeadamente quando os motores das bombas se queimam ou não disparam automaticamente e obrigam à presença constante de um funcionário para os pôr a trabalhar.

Esta falta de água e os cortes constantes que se verificam nas redes de abastecimento provocam outros problemas, também de demorada solução.

É o caso do ar que entra nas tubagens, muitas delas já velhas. Quando o fornecimento de água é restabelecido, por vezes as tubagens rebentam, o que obriga a abrir valas, remendar tudos e voltar novamente a fechar as valas. Isto é uma sobrecarga de trabalho para o pessoal camarário, que devido à situação de seca está necessariamente ocupado noutras tarefas.

Outros prejuízos

Por enquanto e apesar da grande falta de água não são conhecidos surtos epidémicos. Infelizmente, é uma possibilidade que é preciso ter em conta.

Se isto suceder como poderão responder as unidades hospitalares da região, se ainda no mês passado o hospital de Portalegre não pôde fazer o serviço de esterilização em virtude da água não chegar ao andar em que se situam aqueles serviços e doentes houve que tiveram de ser transferidos para outras unidades?

Mas também a falta de água afecta enormemente a pequena economia doméstica. No Alentejo, as pequenas hortas individuais ou os quintais constituem uma fonte de subsistência muito importante. A falta de água tem afectado igualmente este tipo de explorações agrícolas.

Mas a situação é mesmo dramática no Alentejo. Castro Verde apenas tem água nas torneiras das 7 às 9 da manhã. Em Mértola, as povoações que se abasteciam do Guadiana estão em risco de não o poderem fazer face à poluição das águas do rio. Em Tolosa e Alpalhão, no concelho de Nisa a água chega uma vez por semana apenas durante uma hora e mesmo assim não chega aos pontos mais altos das referidas localidades.

Diversas povoações há já bastante tempo que estão a ser abastecidas pelos autotanques dos bombeiros, das Câmaras ou ainda das unidades militares. Contudo estas unidades militares também não dispõem de grandes meios e a sua ajuda embora preciosa não contribui grandemente para a resolução do problema.

O Alqueva e o futuro

Alqueva, a grande barragem de Alqueva continua parada. Depois deste Governo (?) ter declarado que avançava apenas no aproveitamento eléctrico, nem isso foi feito. O secretário de Estado das Obras Públicas declarou recentemente aos órgãos autárquicos alentejanos interessados na obra que a barragem ainda não avançara devido a não terem sido estabelecidos os acordos com a vizinha Espanha no respeitante à parte da albufeira que fica localizada naquele país. Contudo, parece estranho que uma obra projectada há cerca de dez anos esteja ainda «emperrada» por este motivo.

Mas Alqueva não interessa apenas como solução hidro-eléctrica. O maior lago artifical da Europa poderia fornecer água a todo o Alentejo e ainda ao Algarve. Esteja o Governo interessado e isso concretizar-se-á com pouco dispêndio para além da utilização hidro-eléctrica.

Mas não é só Alqueva. É preciso definir uma política de aproveitamento dos recursos hídricos de superfície. Aproveitando as existentes, criando novas barragens. E não como está a suceder em que barragens em áreas de reservas entregues são esvaziadas pelos latifundiários que as esbulharam. Outras ainda, permanecem cheias mas sem qualquer utilização.

O que exigem os municípios alentejanos

Prevendo o que se iria passar, os municípios alentejanos não alteram hoje as reivindicações que já há meses faziam perante a surdez do Governo. Que são as seguintes:

— que sejam accionados os mecanismos previstos no n.º 2 do Artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, que prevê que em situações de calamidade pública como a presente, as Câmaras sejam subsidiadas pelo Governo para as iniciativas a empreender e que orçam para já, perto de 500 mil contos;

— que sejam mobilizados os meios militares disponíveis, em particular autotanques, depósitos portáteis e fixos e maquinaria para abertura de valas, furos e construção de pequenas barragens;

— que seja fornecida a assistência técnica pluridisciplinar que permita detectar e utilizar os recursos hídricos existentes, o que implica o apetrechamento urgente dos GAT's (Gabinetes de Apoio Técnico), em vez da quase destruição para que caminham por falta de abertura de concursos pelo Governo;

— que sejam começadas ou continuadas urgentemente as obras que permitam a utilização de águas superficiais, através da construção ou aproveitamento das diversas barragens previstas, e em particular, o plano de Alqueva, única forma de solucionar o problema em termos de futuro.

As Câmaras subscritoras do comunicado responsabilizam o Governo «AD» **pelas consequências surgidas por não terem sido tomadas em devido tempo as medidas agora novamente reivindicadas».**

Assim o Governo esteja virado para a resolução do problema da seca como tem estado para os malabarismos políticos que ocorrem no seio da «AD». Se assim fosse em vez do caudal de notícias nos órgãos de Informação, talvez a falta de água no Alentejo não fosse tão dramática.

Uso anárquico dos solos e especulação hipotecam o futuro da Madeira

Governo Regional consente e estimula

Os problemas do ordenamento do território na ilha da Madeira suscitaram recentemente uma intervenção, no período «antes da ordem do dia», do camarada Mário de Aguiar, deputado eleito pela lista da Aliança Povo Unido (APU), à Assembleia Regional desta Região Autónoma.

Analisando os diversos aspectos decorrentes daquele problema, questões tão importantes para a região, tanto mais que existem limitações óbvias de espaço na ilha, o nosso camarada manifestou as dúvidas e preocupações da APU quanto ao «**uso imoderado**» que de há anos a esta parte tem sido feito na «**utilização dos solos, nomeadamente o poder de efectuar a expropriação de terrenos**».

E isto porque, como sublinhou, as expropriações declaradas pelo Governo Regional desde que este detém essa atribuição têm um traço comum: «**todas foram feitas com carácter de urgência e posse administrativa imediata**».

Ora a lei prevê a utilização do processo de expropriação urgente apenas em casos muito restritos como sejam a execução de empreendimentos habitacionais da iniciativa do Estado, do Fundo de Fomento da Habitação ou autarquias, ou ainda em acções de recuperação de zonas degradadas.

«**Como é evidente** – denunciou o deputado comunista – **não foi este o caso, e, a maior parte das expropriações efectuadas não correspondiam ao critério da lei**».

«**Chegou-se por exemplo ao cúmulo de decretar o carácter urgente da expropriação de terrenos para aumentar as dimensões do Campo de Golfe do Santo da Serra**».

Prepotência do Governo

Ao contrário do que possa parecer, não se trata apenas de uma questão legal mas, sobretudo, de uma questão com fortes implicações políticas que demonstram, por um lado, «**a tendência do Governo Regional para desrespeitar e infringir as leis do país**», e, por outro, «**põem a nu uma política totalmente arbitrária, sem qualquer planificação, em que as decisões surgem de forma anárquica e ocasional**».

Tão anárquica que houve muitos casos de expropriações declaradas com carácter de urgência que um ano depois ainda não haviam recebido qualquer obra, e casos mesmo em que a declaração de «**utilidade pública**» se veio afinal a descobrir não existir.

Exemplos desta situação verificaram-se com o caso da «**Resolução n.º 651/80, publicada no Jornal Oficial de 9 de Outubro, que anulou uma expropriação com carácter de urgência e posse administrativa imediata, declarada em 16 de Novembro do ano anterior; ou da Resolução n.º 156/81, publicada em 9 de Abril, que anula uma expropriação, com iguais características, efectuada em 15 de Fevereiro de 1980**».

Como explicou o nosso camarada «**isto foi decidido como tendo carácter de urgência**», pelo que «**a entidade expropriante**», dado que havia tomado posse dos terrenos, se viu obrigada depois a reconhecer o seu engano e de que não era afinal aquilo que queria.

«**Tudo isto seria apenas ridículo, caso não fosse** – como reafirmou – **ilegal e caso a ilha não tivesse umas características especiais**». Mas mais: «**a utilização destes métodos demonstra, sobretudo, a prepotência deste Governo**».

O eleito da APU desfiou depois o novelo de ilegalidades ao afirmar que, «**se o processo de urgência diminui os direitos dos particulares, e daí que a lei apenas o autorize em casos limitados, a sua utilização generalizada apenas significa que, com tal abuso, o Governo ou distribui favores para calar a boca aos lesados, ou então, está deliberadamente a usar um processo de expropriação como forma de pressão sobre quem não lhe agrada**».

Citando vários exemplos, Mário de Aguiar fundamentou a sua acusação:

Política de compadrio

«**Em Câmara de Lobos, no sítio da Ribeira de Alforra e Fonte Garcia, desde 1977 que se tentava conseguir autorização da Câmara Municipal para a construção de um armazém para uma cooperativa local. Com pretextos que variavam sucessivamente, tal autorização foi sendo recusada até que, no ano passado, a pedido da Câmara, o Governo Regional expropriou esses terrenos, então alegadamente destinados para a construção de uma escola**». O que é estranho é o facto da construção dessa escola, nem sequer estar prevista no plano de actividades da Câmara e, mais estranho ainda, é que os terrenos expropriados, situados ligeiramente fora da estrada, pertencem a um eleito da APU para a Assembleia Municipal, enquanto outros terrenos confinantes com a estrada e pertencentes a outros vizinhos não foram incluídos na expropriação. «**A questão arrasta-se nos tribunais e a tal escola ainda não se sabe quando começará a ser feita**».

Outro exemplo passa-se na Câmara de Santa Cruz, onde, segundo afirmações do próprio presidente, o complexo turístico dos Reis Magos teria os seus terrenos ameaçados de expropriação. Mas, imagine-se, o objectivo desta medida era a construção de uma estrada que melhorasse o acesso ao restaurante de uma amigo do presidente da edilidade. «**Aí, dada a importância dos possíveis lesados tal não passou de pressões e ameaças**».

Outro exemplo ainda, talvez mais escandaloso, ocorreu com a Câmara Municipal do Funchal que se preparava para adquirir uma série de terrenos que, embora necessários ao desenvolvimento da cidade, seriam pagos a preços elevadíssimos. Após os eleitos da APU terem levantado a questão na Assembleia Municipal, e dado o escândalo dos preços, o PSD decidiu estudar novamente esses valores, sem que, no entanto, até ao momento, e já lá vai um ano, tenha adiantado o que quer que seja a esse respeito.

Pergunta o deputado comunista: «**Será porque aos donos desses terrenos, todos grandes senhores da ilha, lhes desagrada qualquer outro preço diferente do que tinham combinado inicialmente com a Câmara?**».

E conclui: «**uma Câmara e um Governo que agem clandestinamente, à margem da lei, eis aquilo a que, por vezes, assistimos na nossa terra**».

Depois de enunciar outros exemplos, como sejam os casos de algumas zonas do campo em que os direitos dos colonos, rendeiros e pequenos agricultores, devido à sua falta de informação, não são devidamente respeitados, e de referir as preocupações levantadas pelo caso das expropriações para a construção do aeroporto, designadamente quanto ao futuro da escola secundária de Santa Cruz e quanto ao alojamento provisório dos expropriados, o deputado Mário de Aguiar acentuou que «**para além de todos estes atropelos, o mais grave na actual situação é que os terrenos adequados à actividade agrícola escasseiam na nossa ilha**».

Já na parte final, desenvolvendo esta preocupação, o nosso camarada sublinhou:

«**Com o actual uso anárquico dos solos com melhor aptidão agrícola dando-lhes outros fins, sobretudo para a construção e com a frenética especulação de terrenos a que assistimos, estamos a hipotecar e a pôr em perigo todo o futuro da região.**

O Governo Regional, em vez de tentar combater os abusos que se verificam é o primeiro a agravar a situação pela utilização indiscriminada de terrenos, sem ter em conta qualquer tipo de condicionalismos, quer os decorrentes dos interesses dos particulares, nomeadamente daqueles que vivem exclusivamente do cultivo das suas terras, quer dos interesses da Região e da necessidade de defendermos a melhor e mais correcta utilização do pequeno espaço de que dispomos».

«Verão 81», pequeno jornalinho de quatro páginas «de humor e calor para refrescar e fazer rir», desde há semanas já que circula por praias, termas e outros locais de veraneio do nosso país, à imagem e semelhança do que aconteceu há um ano com as edições de «Verão 80».

Pequenos textos, bonecos, passatempos estão incluídos no conteúdo de «Verão 81».

Entretanto, e como grande parte dos portugueses, incluindo muitos dos nosso leitores, ou não têm férias, ou as passam... em casa, decidimos reproduzir alguns materiais gráficos publicados no «Verão 81».

Trabalhadores

Na CNN, a «gestão» é assim:

Banquetes, altas remunerações viagens gratuitas para as esposas...

A marinha mercante é, sem dúvida, um sector particularmente em crise no quadro da economia portuguesa. É um facto que só por si fala da imperiosa necessidade de uma política global coerente e objectiva no plano governamental e uma gestão, em cada empresa, que tenha em conta os problemas fundamentais e que funcione com dinamismo e correcção.

No entanto, é o contrário de tudo isto que continua a assinalar a vida do sector, perante a passividade de uns e a denúncia vigorosa de outros — os trabalhadores.

Ainda recentemente, a CT da Companhia Nacional de Navegação (CNN) comprovou o que acabámos de referir.

Na CNN, empresa pública dada como tecnicamente falida pelo Governo de Balsemão (este sim, realmente "falido" do ponto de vista político), assim, como todo o conjunto da marinha mercante nacional, os trabalhadores apontam os "porquês" de uma crise que existe de facto mas que corresponde, ao fim ao cabo, à orientação e aos desejos de quem a dirige "no local" (o conselho de gestão) e nas secretarias governamentais (o secretário de Estado dos Transportes Exteriores, para não ir mais longe...).

Ambos os lados dizem que a actual crise da marinha mercante se deve aos trabalhadores. Acusar, assim, é fácil.

Os trabalhadores, por seu turno, demonstram com elementos, com números, com factos, enfim, com verdades, que a crise, ou melhor o prolongamento dessa crise, tem a ver com a orientação política e administrativa.

Vejamos:

● Quem tem a responsabilidade por não se ter assinado o acordo de saneamento económico e financeiro?

● Porque é que não foram construídos três graneleiros, de acordo com um plano de 1977?

● É ou não verdade que os encargos com o pessoal (salários, subsídios, pensões de reforma, etc.) representam apenas cerca de 14 por cento dos custos totais da empresa?

● É ou não verdade que a não efectivação do saneamento financeiro origina encargos financeiros na ordem dos 7 por cento?

O panorama apresentado pela Comissão de Trabalhadores não fica por aqui.

Em vez de se dedicar aos problemas da empresa, o Conselho de Gerência da CNN achou melhor preocupar-se, primeiro que tudo, com a compra de boas viaturas para uso próprio, com a atribuição de altos salários ("só" o grau máximo de remuneração na gestão pública), com diversificados e dispendiosos almoços e banquetes (atingiu-se, como salienta a CT, "um nível recorde de despesas de representação e de ajudas de custo") e também com as viagens gratuitas (ou melhor: pagas pela CNN) das respectivas esposas.

Mas falando ainda da "gestão" praticada na CNN, a Comissão de Trabalhadores denuncia, além de se não ter negociado com o Governo o acordo de saneamento económico e financeiro, a falta de interesse e de empenho nas oportunidades comerciais ou acordos de cooperação que a CNN teve, nomeadamente com empresas da Jugoslávia, China, Angola e Moçambique.

A compra de navios graneleiros em segunda mão (um negócio muito discutível) e as indefinições quanto a uma política de pessoal são igualmente aspectos que também caracterizam a deficiente orientação seguida pelo CG da Companhia.

A decisão mais sensata dos gestores — talvez a primeira — seria a demissão. Sem um novo Conselho de Gestão e uma nova política para o importante sector da marinha mercante pensam os trabalhadores ser impossível regularizar e desenvolver essa componente da economia nacional. Os trabalhadores, como já o demonstraram diversas vezes, estão prontos a dar o melhor da sua iniciativa e do seu esforço.

Trabalhadores dos CTT: a luta continua!

Os secretários de Estado do Trabalho e das Comunicações marcam audiências com as estruturas sindicais após a greve geral de três dias; a administração pretende a todo o custo impor um acordo cozinhado com uma organização divisionista com escassas dezenas de trabalhadores inscritos, numa empresa que emprega cerca de 30 mil pessoas — estes dois aspectos (outros mais poderíamos referir) assinalam, sem margem para dúvidas, as manobras que envolvem a situação criada nos CTT, onde a adesão às formas de luta decretadas pela Federação sindical atingiu forte participação, ao contrário do que os administradores tentaram fazer crer.

A Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT) reivindica aumentos de 24,5 por cento e o aumento de 50 escudos no subsídio de refeição, além do pagamento de um subsídio de trabalho nocturno.

No acordo cozinhado com o «Sindetel», a administração impôs aumentos de 22 por cento, subordinando o subsídio de refeição a descontos. Na prática, tal como as organizações representativas dos trabalhadores têm denunciado, trata-se de uma manobra tendente a impedir a contratação colectiva representativamente negociada e acordada.

Na reunião efectuada na segunda-feira, a administração manteve a sua habitual intransigência, tendo contudo avançado com uma nova proposta: a dotação de um subsídio de assiduidade anual no montante de seis mil escudos. Os representantes dos trabalhadores não aceitaram tal proposta, uma vez que, de acordo com as características actuais dos serviços, seria um benefício para apenas cerca de 50 por cento dos empregados da empresa.

As consequências das paralisações, cuja responsabilidade cabe por inteiro à intransigência dos administradores em conluio com o Governo, e que a administração tentou esconder (milhares de objectos postais foram acumulados «discretamente» em instalações da empresa, como sucedeu na Avenida 24 de Julho, em Lisboa), essas consequências, dizíamos, relacionam-se directamente com a normalização dos serviços prestados pelos CTT ao público, e que só em Outubro poderão, pensa-se, ser normalizados na totalidade.

Congresso metalúrgico

Encontra-se já numa adiantada fase de preparação, o II Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, marcado para os dias 5, 6 e 7 do próximo mês de Dezembro.

Como sublinha a organização do Congresso, este «vai congregar em seu redor todas as atenções da classe e dos respectivos sectores e permitir, uma vez mais, um grande debate dos problemas que nos são inerentes».

Afinal, os professores têm razão!

Há dias, o Ministério da Educação deu a entender que, a verificarem-se problemas na colocação dos alunos do Preparatório e Secundário, no próximo ano lectivo, as responsabilidades seriam pedidas aos Conselhos Directivos das unidades escolares, por não acatarem as ordens ministeriais recebidas, que em síntese apontam para transformar cada escola numa «lata de conservas»...

As organizações representativas dos docentes (caso do Sindicato da Grande de Lisboa) protestaram e junto da opinião pública alguma Imprensa salientou a chantagem e a pressão do Ministério sobre os Conselhos Directivos dos estabelecimentos de ensino.

Posteriormente, o Ministério autodenunciou a manobra. O director-geral do Equipamento Escolar, em declarações prestadas à Comunicação Social, «confessou» que de acordo com estudos do MEC são necessárias 407 novas escolas. E acrescentou ainda que na presente situação **«só temos duas hipóteses: ou colocamos todos os jovens, mesmo que em más condições, ou uma parte deles** (na região de Lisboa são 10 mil os que estão «a mais»...) **fica irremediavelmente sem lugar nas escolas, e esta última hipótese não tenho conhecimento que seja defendida por alguém».**

O que há já muito tempo é defendido pelas organizações representativas dos professores e pela opinião pública em geral, é a planificação e a preparação com antecedência dos anos lectivos. Mas tal não tem sido a política seguida pelos Governos «AD». O ministro Víctor Crespo – há dois anos no MEC – não aprendeu a lição. Deixa acumular os problemas e depois grita «ó da guarda»! Assim, não pode ser.

E quanto à responsabilização dos Conselhos Directivos das escolas as coisas também já estão (cremos que definitivamente) esclarecidas: a culpa é do MEC, a culpa é da sua política de improviso e de inoperância, e não dos professores que, enfrentando grandes problemas, asseguram a vida e o funcionamento das escolas deste país.

Lutas

Num período em que a luta dos trabalhadores dos CTT é notícia destacada, registam-se também outras acções e tomadas de posição do mundo do trabalho.

É o caso, por exemplo, do ***Sindicato do Comércio do Distrito de Setúbal,*** *que denuncia o facto dos trabalhadores dos postos de venda de carburante, estações de serviço e revenda e distribuição de gás terem os mesmos salários de há dois anos. O referido sindicato revela o seu empenhamento na preparação do plenário de sindicatos que, a nível nacional, tomará importantes posições quanto à luta pela revisão do contrato colectivo de trabalho vertical.*

Na Empresa Pública das Águas de Lisboa ***(EPAL),*** *os representantes dos trabalhadores exigem aumentos salariais de 27 por cento, número diferente da administração que não quer ir além de 21,46. Há 18 meses que vigora o actual acordo colectivo.*

Os trabalhadores da ***SRN*** *(Sociedade de Reparação de Navios) alertam para a situação em que se encontra esta empresa nacionalizada, que necessita urgentemente de uma nova orientação no plano administrativo e no plano da política geral para o sector. A SRN emprega 430 pessoas.*

Na ***Icesa*** *foram pagos na passada semana os três meses de salários em atraso aos seus 800 trabalhadores, a quem a administração devia ainda dois subsídios de férias. Os pagamentos foram concretizados com uma verba especialmente concedida pela Secretaria de Estado do Emprego. A viabilização da empresa e a consequente garantia dos postos de trabalho não são ainda assuntos resolvidos. No dia 1 de Setembro haverá uma assembleia geral extraordinária dos accionistas da Icesa, com o objectivo de eleger os novos corpos sociais. Miguel Quina, conhecido capitalista, está na jogada e, segundo os trabalhadores, a referida assembleia poderá desempenhar um papel importante para o reforço da sua influência na empresa.*

Além de se referir ao actual panorama da Banca Nacionalizada (sem contar com o Banco de Portugal, os resultados globais em 1980 atingiram os 23,2 milhões de contos) e às manobras das forças monopolistas, a Comissão Nacional de Trabalhadores (CNT) do ***Banco Totta e Açores (BTA)*** *lamenta o facto desta instituição bancária fazer parte do conjunto de bancos que recentemente financiou um empréstimo ao Chile de Pinochet, numa operação bancária, sem dúvida lucrativa, mas inaceitável: trata-se de um banco nacionalizado de um país democrático a apoiar uma ditadura que reprime o Povo trabalhador – alerta a CNT do Totta e Açores.*

Em comunicado conjunto, representantes da CGTP-IN, União dos Sindicatos de Lisboa (USL), Sindicato dos Vidreiros e órgãos representativos da empresa, denunciam a política que está a ser seguida pela administração da ***Covina****, a qual não promove o desenvolvimento desta unidade industrial, que com uma boa gestão poderia alcançar uma situação muito mais sólida.*

Festa do Emigrante em Vieira de Leiria

Promovida pela União dos Sindicatos de Leiria e CGTP-IN, com a colaboração da Câmara Municipal da Marinha Grande, decorreu recentemente em Vieira de Leiria a Festa do Emigrante, iniciativa que contou com a participação de milhares de pessoas.

Vivida de princípio a fim com grande entusiasmo, num ambiente de amizade entre os trabalhadores emigrados e as populações locais, a Festa do Emigrante teve três momentos de especial significado: a manhã infantil, o espectáculo (com aplausos calorosos para o fadista Fernando Farinha) e as intervenções de Lenine Moreira (emigrado na República Federal Alemã há 11 anos) e Saúl Fragata, em representação da União dos Sindicatos.

Lenine Moreira (irmão do saudoso resistente antifascista vieirense José Moreira) saudou a CGTP-IN e salientou a sua vasta actividade em defesa dos trabalhadores, detendo-se no caso dos emigrantes. Referiu-se,a propósito, ao Encontro realizado há pouco tempo na cidade do Porto, em contraste com a farsa do «Congresso das Comunidades», cozinhado pela «AD», com os dinheiros do Povo português.

Saúl Fragata fez um balanço das iniciativas realizadas pela grande Central unitária em prol dos interesses dos portugueses emigrados e sublinhou a luta da CGTP-IN para a criação de condições que proporcionem o regresso a Portugal, em bases sólidas, de todos os trabalhadores portugueses que o desejem.

Vestuário do distrito do Porto

Uma direcção de braços cruzados

Quarenta e três trabalhadores de 24 empresas importantes do sector de vestuário, sendo 19 delegados ou ex-delegados sindicais, 5 dirigentes e 2 ex-dirigentes, lançaram um manifesto de alerta e mobilização da classe, propondo-se dar uma contribuição activa e empenhada para a constituição de uma lista unitária que seja «alternativa à actual direcção que funciona como um grupo fechado onde muitas vezes os choques pessoais se sobrepõem à defesa dos interesses da classe». Em Outubro haverá eleições.

Refere-se nesse manifesto a necessidade dos trabalhadores das grandes e médias empresas estarem directamente representados nos corpos gerentes do Sindicato e em especial na Direcção. Mais adiante, diz-se que apenas em cerca de 30 empresas de vestuário estão metade dos trabalhadores abrangidos pelo Sindicato e que dessas empresas não há actualmente qualquer elemento na Direcção, o que dificulta a ligação à classe e aos problemas concretos dos trabalhadores dessas empresas, onde laboram a maioria dos associados. Diz-se ainda que se encontram nestas empresas os melhores activistas no plano da luta e do prestígio na classe.

A direcção do Sindicato vem sendo contestada por atitudes assumidas perante certas lutas dos trabalhadores.

Há dias, o Sindicato negou apoio a uma paralisação de dois dias dos trabalhadore da «Mantex», que lutavam contra aumentos discriminatórios alegando um dirigente que o Sindicato não havia sido avisado previamente e que os trabalhadores não haviam cumprido o pré-aviso de greve.

Relativamente à «Corfams», o Sindicato não quis meter em tribunal o processo dos trabalhadores, alegando falta de dinheiro e argumentando que noutros casos os processo têm sido metidos e o problema posteriormente resolvidos por acordos entre as partes. Recorda-se que a «Corfams» cessou a actividade e declarou falência tendo os trabalhadores necessidade de fazer accionar os meios para fazer valer os seus direitos.

O movimento sindical unitário «não aceitará que os jogos de poder entre o senhores da AD venham a ser pagos pelos trabalhadores», como sublinha a CGTP-IN em comunicado recente

A CGTP-IN analisa a *manobra Balsemão*

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN) sublinha em comunicado recente que "não aceitará que os jogos de poder entre os senhores da 'AD' venham a ser pagos pelos trabalhadores".

A grande central unitária reafirma ainda a sua posição de continuar a lutar "para que seja posto fim à permanência da 'AD' no Governo" e, detendo-se concretamente no problema da "sucessão" do chefe do Executivo, afirma:

"Depois da generalidade da opinião pública, incluindo vastos sectores da 'AD', ter concluído que o dr. Balsemão e a sua equipa vinham produzindo um péssimo serviço ao Povo e ao País, depois do ex-Primeiro-Ministro se haver demitido face ao seu isolamento, eis que reaparece o dr. Balsemão como candidato a futuro Primeiro-Ministro".

"A 'AD' brinca com o Povo", salienta a CGTP-IN, cujo comunicado refere noutra passagem: "Mercê da política que a 'AD' tem tentado impor, Portugal atravessa uma grave crise económica e financeira", com consequências e problemas de carácter social que "os trabalhadores vêm sentindo".

"Com a recondução do dr. Balsemão e da sua equipa ou qualquer outra idêntica e com política igual ou semelhante", refere a «Inter», não serão encontradas as soluções necessárias para a resolução da crise que o País atravessa.

O caderno reivindicativo do movimento sindical na Região dos Açores

Aprovado em recente plenário de sindicatos, com a participação de 21 estruturas representativas dos trabalhadores, e posteriormente entregue ao Governo Regional, acompanhado de 7 mil assinaturas, o **caderno reivindicativo** do movimento sindical da Região Autónoma dos Açores constitui um importante instrumento de luta dos trabalhadores do arquipélago e da população em geral.

Detendo-se em particular nas consequências da carestia da vida e nos direitos dos trabalhadores, **o caderno** salienta na sua nota introdutória os seguintes aspectos:

● No ano corrente, os aumentos de preços têm sido uma constante, com valores muito acima dos verificados em anos anteriores, retirando gradualmente aos trabalhadores o poder de compra;

● Têm-se vindo a agravar muitos problemas no campo laboral, com recurso sistemático a contratos a prazo e à discriminação das mulheres no emprego e nos salários, por parte do patronato, em desrespeito da Constituição da República;

● Existem sectores onde não há actualização salarial há quase dois anos por culpa do Governo Regional (exemplo dos trabalhadores rurais) e zonas brancas onde não há actualização salarial desde 1976 (exemplos: trabalhadores dos Serviços Sociais e Pescas);

● Sectores como o dos reformados e pensionistas e também dos que procuram o 1.º emprego passam por situações verdadeiramente aflitivas com o brutal aumento do custo de vida.

É tendo em conta aqueles aspectos que as estruturas representativas dos trabalhadores elaboraram o **caderno reivindicativo** pelo qual estão dispostos a lutar, em unidade, com firmeza e coragem.

O documento divide-se em três partes: as reivindicações para o combate ao aumento do custo de vida e por salários que assegurem a melhoria das condições de vida de quem trabalha; pelo direito ao trabalho; e pelos direitos sindicais e políticos dos trabalhadores consagrados na Constituição.

Quanto à primeira parte exige-se:

1. Desenvolvimento de medidas que permitam a contenção dos preços, em particular dos produtos de primeira necessidade;

2. Controlo efectivo dos preços e da qualidade dos produtos, por parte da Fiscalização Económica;

3. Actualização do salário mínimo nacional e abolição dos artigos 6 e 7 do Decreto-Lei 440/79;

4. Actualização de todas as pensões de reforma e sobrevivência;

5. Atribuição de subsídio de desemprego a todos os desempregados incluindo os que, com encargos familiares, procuram primeiro emprego;

6. Aplicação imediata das convenções de trabalho publicadas no Continente e que requeiram portarias de extensão que aqui tenham âmbito;

7. Publicação de uma portaria regulamentadora de trabalho para o sector rural e pescas;

8. Anulação do despacho normativo 54/81 e da resolução 69/80 que impõem limites de 16 por cento nos aumentos salariais nas empresas nacionalizadas e no sector público;

9. Construção de bairros para habitação social na Região e combate efectivo à especulação desenfreada nas rendas;

10. Pagamento imediato das dívidas do patronato à Segurança Social e melhoria da assistência aos trabalhadores neste campo.

Na luta pelo direito ao trabalho, o movimento sindical unitário dos Açores reclama "uma política que assegure a diminuição do desemprego e a criação de postos de trabalho, especialmente para quem procura o 1.º emprego; o fim dos contratos a prazo e passagem à efectividade dos trabalhadores, com alargamento de quadros; o fim à discriminação da mulher trabalhadora; e o controlo efectivo por parte das estruturas sindicais nas admissões de pessoal para o sector público e nacionalizado, onde se verificam grandes injustiças sociais".

Por último (capítulo dos direitos sindicais e políticos), exige-se o cumprimento da legislação relativa à actividade dos dirigentes e delegados sindicais e comissões de trabalhadores e o cumprimento da legislação relativa à sua protecção; a salvaguarda das disposições constitucionais a favor dos trabalhadores; o funcionamento imediato dos tribunais de trabalho, o rápido julgamento dos processos pendentes e entrada em funções dos juízes sociais, cuja eleição já se deveria ter processado, conforme o estipulado na lei; o funcionamento eficiente da Inspecção do Trabalho; e a participação e audição das estruturas sindicais regionais nos organismos e nas situações previstas na Constituição e restante legislação.

Brasil
Conferência Nacional dos trabalhadores

Parte hoje para o Brasil o dirigente sindical Álvaro Rana, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, com o objectivo de representar a Central unitária e os trabalhadores portugueses na 1.ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), "acontecimento da mais alta importância para os trabalhadores e para a vida sindical brasileira", como refere em comunicado de Imprensa a CGTP-IN.

A Conferência inicia-se amanhã, prolongando-se até domingo, na cidade de S. Paulo, com a participação de 5 mil delegados, "em representação dos 45 milhões de trabalhadores brasileiros".

Função Pública

O Governo Balsemão recusa-se a aumentar este ano o quantitativo das diuturnidades e manteve a proposta de um aumento de apenas dez escudos no subsídio de refeição para os trabalhadores da Função Pública.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) da Frente Comum dos Sindicatos da FP acusa o Governo de pretender "distanciar cada vez mais os trabalhadores da Função Pública dos restantes trabalhadores, em particular das empresas públicas e nacionalizadas" e de insistir na degradação do "já tão abalado poder de compra" dos que trabalham.

"Em defesa dos seus legítimos direitos e das suas justas reivindicações", os trabalhadores da FP, assegura a CNS, estão dispostos a lutar com firmeza recorrendo aos processos que acharem mais convenientes. Nos contactos com os representantes sindicais tem participado uma comissão governamental mandatada pelo secretário de Estado da Reforma Administrativa.

Realizou-se o 2.º sorteio das EP's

Efectuou-se na Voz do Operário, em Lisboa, no passado sábado, uma sessão com vista ao 2.º sorteio da EP (Entrada Permanente) para a Festa do "Avante!" na qual participaram os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e Director do "Avante!" que proferiu uma intervenção sobre a situação política, e o camarada Hipólito Santos, do CC, da DORL e da Comissão Central da Festa, que abordou diversos aspectos relacionados com a preparação e realização da grande Festa do Portugal de Abril.

"**Festa é a vida real e concreta do Povo e a luta pela sua transformação**", assim se dirigiu Rui Pedro às centenas de pessoas presentes numa breve alocução de apresentação em que chamaria para a mesa diversos camaradas ligados às comissões nacional e executiva da Festa.

Dá-se então início ao sorteio. Retirados individualmente da tômbola, por crianças entretanto chamadas ao palco, os cupons com os números das EP's premiadas eram anunciados por Rui Pedro, num ambiente de expectativa, em jeito de pregoeiro da Lotaria. E assim se completou rapidamente a lista dos 25 números e respectivos prémios de quantos haviam já adquirido a sua EP para a Festa.

De seguida, ainda antes da intervenção do camarada Dias Lourenço, que referimos noutro local, atentamente escutada e suscitando momentos de grande combatividade expressos nas constantes interrupções com palmas e vozes gritando em uníssono palavras de ordem, interveio o camarada Hipólito Santos que, respondendo a uma certa curiosidade sobre o andamento dos trabalhos preparatórios e sobre aspectos porventura desconhecidos da Festa, afirmou ser ela **a maior realização cultural e política do nosso país, cujo conteúdo estético e cultural tem vindo a melhorar de ano para ano**.

Referindo ser difícil descrever ali todo o programa que preencherá os três dias, o nosso camarada realçou, contudo, algumas das iniciativas de carácter político, cultural e recreativo que terão lugar na Festa. Assim, no plano desportivo, e no recinto expressamente construído para o efeito, decorrerão provas que incluem, entre outras, jogos de futebol de salão (este ano participaram no campeonato mais de 300 equipas), futebol feminino e infantil, basquetebol, andebol, voleibol, e exibição de judo ginástica, etc.

No campo artístico, para além da presença de numerosos e consagrados artistas e grupos nacionais ao nível da música de expressão popular, do "rock", etc., foi confirmada a presença de excelentes executantes e intérpretes vindos de diversos países.

Abordando ainda a parte artística o camarada Hipólito sublinhoua importância da realização da 3.ª Bienal de Artes Plásticas que conta com o contributo de mais de 200 artistas e na qual se fará "**uma sentida e significativa homenagem ao grande desenhador e gravador Cipriano Dourado**" e a montagem das exposições dedicadas ao 60.º aniversário do PCP e ao 50.º aniversário do "Avante!", que disporão de 600 painéis, numa extensão de 550 metros.

"**Um estúdio de Rádio e Televisão ao vivo, onde serão tratados temas de actualidade, informação e análise da situação actual**"; "**uma exposição sobre as armas nucleares e o perigo que estas representam para a Humanidade**"; um ciclo de cinema dedicado "**à luta dos Povos das antigas colónias portuguesas contra o colonial-fascismo**"; a Cidade Internacional, possibilitando aos visitantes um contacto com a "**vida e as realizações do socialismo e com a luta dos povos e partidos irmãos**"; as dezenas de colóquios sobre os mais diversos temas, "**dando a conhecer a acção dos comunistas**" em todos os sectores da vida nacional, foram outras tantas iniciativas reveladas na intervenção do nosso camarada.

Depois de se referir ao ponto alto da Festa que constituirá o "**grande comício**" de domingo onde intervirá o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, o camarada Hipólito, lembrando que só faltam "**cerca de 15 dias para o grande empreendimento**", reafirmou, a concluir a sua intervenção, a necessidade de aumentar rapidamente a venda de EP's, e o número de pessoal especializado no terreno (carpinteiros, electricistas, canalizadores e outros) bem como a propaganda, de forma a que esta venha "**mais audaciosamente para a rua**", e a Festa do "Avante!" deste ano "**adquira uma projecção e uma importância ainda maiores que as anteriores**".

EP's premiados

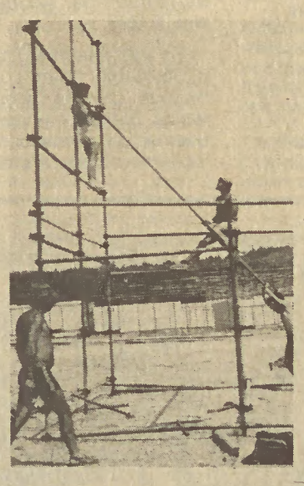
No segundo sorteio das EP's, realizado na Voz do Operário, foram apurados os seguintes números:

1.º	Prémio	– Frigorífico com congelador extra	173 510
2.º	»	– Fogão de cozinha	238 194
3.º	»	– Fritadeira eléctrica	040 805
4.º	»	– Ferro eléctrico	037 157
5.º	»	– Iogurteira	075 334
6.º	»	– Relógio eléctrico de cozinha	162 174
7.º	»	– Fritadeira	241 126
8.º	»	– Livros da Editorial «Caminho» no valor de mil escudos	110 879
9.º	»	– Livros da Editorial «Caminho» no valor de mil escudos	237 588
10.º	»	– Livros da Editorial «Caminho» no valor de mil escudos	075 111
11.º	»	– Livros da Editorial «Caminho» no valor de mil escudos	090 821
12.º	»	– Livros da Editorial «Avante!» no valor de mil escudos	017 777
13.º	»	– Livros da Editorial «Avante!» no valor de mil escudos	167 416
14.º	»	– Livros da Editorial «Avante!» no valor de mil escudos	218 280
15.º	»	– Livros da Editorial «Avante!» no valor de mil escudos	234 849
16.º	»	– Assinatura da revista «Mulheres» por um ano	028 245
17.º	»	– Assinatura da revista «Mulheres» por um ano	122 817
18.º	»	– Assinatura da revista «Mulheres» por um ano	175 006
19.º	»	– Assinatura da revista «Poder Local» encadernada	088 917
20.º	»	– Assinatura da «Revista Internacional» encadernada	088 916
21.º	»	– Assinatura da revista «Prisma» por um ano	230 449
22.º	»	– Assinatura da revista «Prisma» por um ano	035 481
23.º	»	– Assinatura da revista «Economia» por um ano	058 757
24.º	»	– Assinatura da revista «Economia» por um ano	119 544
25.º	»	– Assinatura da revista «Professor» por um ano	095 040

Todos os possuidores de EPs premiadas devem entrar em contacto com a organização da Festa através do telefone 64 80 63/4

festa do Avante!

O trabalho no Mobilização as «frente



Nesta altura, quão pouco que nos separam do dia da Festa!», a pergunta surge inevitavelmente por todo o lado: «**Então, como as coisas lá na Ajuda? Aquilo anda ou adiantado?**»

Ora bem: trata-se uma pensamos, não menos que tempo com ela.

A Festa do «Avante!» é um de tubos, de madeira, pavilhões e palcos, construídos a vontade nistas, não esquecendo a solidariedade muitos outros portugueses. Que há um gigantesco activo humano da maior realização artística e cultural

Por isso, a imagem do Alto da -se muito depressa. De hoje a tar muito atrasado, apenas um jogo lho de fim-de-semana, modificado mente e já a ideia que fica é mento dos trabalhos para a

Quem hoje passa na Aj mente ficar com a ideia que a implantação da Festa não a ano passado se poderia fazer o

No entanto, consideravelmens (em 4, 5 e 6 de Setembro irá queno...), contra a complexidade das tarefas, o Partido, os camaradas simpatizantes do Partido, muitos vens, avançam com determinação a sua vontade, com energia batividade, característica vida Partido da classe operária.

Quem passou pela Ajuda na -feira, por exemplo, terá de ter «Ó diabo, isto está cheio!...

A presença d'«O Militante»

● Questões de organização em debate na Festa

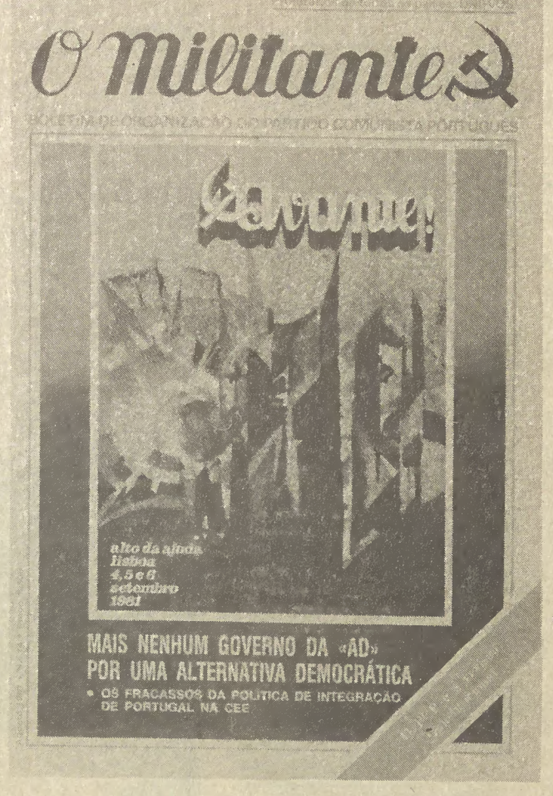
Mais uma vez, «O Militante», Boletim da Organização do Partido, volta a estar presente na Festa do «Avante!» e neste ano de 1981, ano do 60.º Aniversário do PCP e ano de campanha organizativa, com uma iniciativa que, estamos certos, mobilizará grande interesse entre os visitantes.

No pavilhão de «O Militante» teremos, em permanência, camaradas da CCO (Comissão Central da Organização) para debater, com camaradas, simpatizantes e amigos do Partido, ou outros visitantes, questões relacionadas com a organização do PCP, as suas características actuais, as suas deficiências, as perspectivas e objectivos futuros.

A realização destes debates constituirá um contributo destacado para a campanha de organização em curso.

Aproveitando o contacto com milhares de pessoas, decorrerá também a promoção do Boletim, designadamente quanto a vendas e assinaturas.

A presença de «O Militante» na maior Festa do Portugal de Abril contribuirá, sem dúvida, para um melhor conhecimento sobre a organização e para o seu próprio reforço, condição fundamental para a concretização de tarefas e para o desenvolvimento da actividade.



No número 74, de Agosto, destacamos:

- ● O PCP e a revisão constitucional
- ● Os fracassos da política de integração de Portugal na CEE
- ● Alguns artigos sobre a campanha organizativa

Pavilhão dos Reformados

● Vamos dar uma ajuda!

A partir do próximo fim-de-semana, o pavilhão dos reformados na Festa do «Avante!» vai necessitar, numa nova fase de trabalho, da ajuda e da colaboração de todos os camaradas e amigos reformados, que se possam deslocar ao Alto da Ajuda.

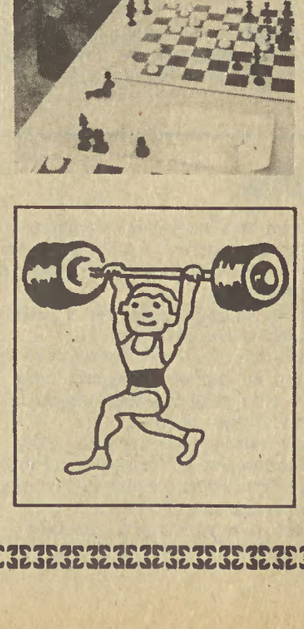
O apelo da organização aqui fica. Vamos participar nesta jornada. Os trabalhadores na reforma vão estar condignamente representados no maior convívio popular do nosso país! Quem tem dúvidas?

O 50.º aniversário da Revolta da Madeira

A Revolta da Madeira, importante acontecimento da história contemporânea portuguesa, no quadro da resistência e da luta contra o fascismo, vai ser evocada na Festa do «Avante!».

Para o efeito, haverá uma exposição documental com fotografias, textos, desenhos e outros materiais, que funcionará na representação da Região Autónoma da Madeira, na «cidade» do Alto da Ajuda.

A Revolta da Madeira ocorreu em 1931, passando este ano o seu 50.º aniversário, pelo que esta iniciativa dos camaradas madeirenses surge como muito oportuna.



O desporto na

● Um programa ar

Embora haja ainda algo por menorizar mente possam vir a ser feitos, o p da Festa do «Avante!» está guinte maneira:

● Actividades no recinto polide

Sexta-feira, dia 4

20 horas – basquetebol com equip deficientes; 21.00 – parada de c lares (ginástica e outras modalidades

Sábado, dia 5

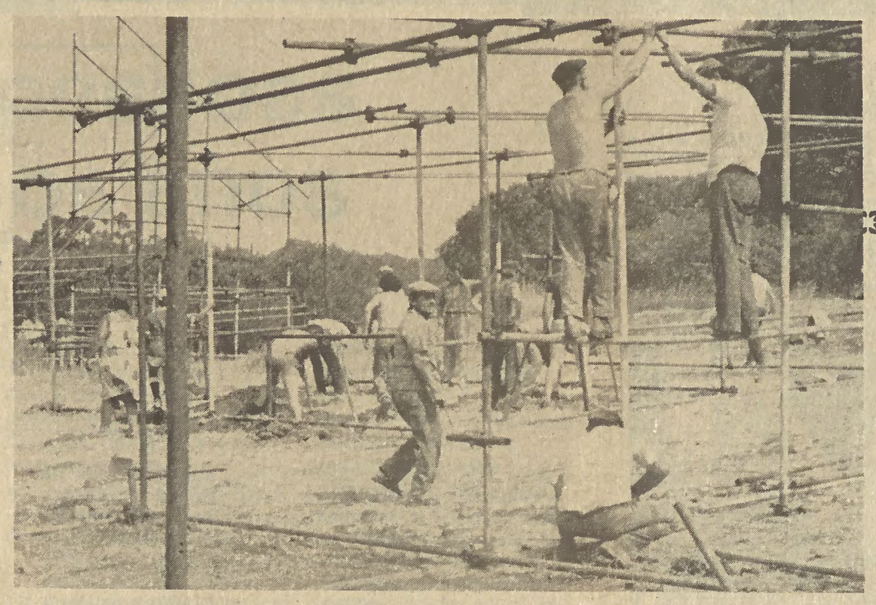
9 horas – quartos de final do tor Pioneiros; 14.00 – judo (Montij masculino (equipas de Lisboa e Setúb feminino (equipas de Lisboa e Setúb feminino (equipas de Lisboa e Setúb -finais do torneio de futebol de salão início do Festival Internacional de G

da participação de um grupo folclóri deste Festival está prevista para as

Domingo, dia 6

9 horas – meias-finais do torneio neiros; 11.00 – Festival de Ginás cluindo como iniciativa o Encontro de Jogo do Pau (Setúbal, Lisboa, Portal e Setúbal); 15.00 – final do torneio 16.00 – final do torneio de futebol de 17.00 – final do torneio de basquetebol Pau (Setúbal); 19.30 – basquetebol com equipas de Leiria, Lisboa e Setú pação de colectividades de Lisboa, Ares c des; 21.30 – basquetebol

...do Avante!



...lto da Ajuda

...ação geral para todas ...tes de ataque»

...quapucos são os dias ...do i...a Festa do «Avan...urge...avelmente um pou... «E como é que estão ...judpuilo está atrasado

...a-s...uma questão que, ...here...e percamos muito

...vantuma bela «cidade» ...eira...avilhões, de *stands* ...da...ontade dos comu... ...ece...solidariedade de ...ugu...Quer isto dizer que ...co...humano em torno ...o ar...e cultural do País. ...gen...to da Ajuda altera... ...a. O...oje nos parece es... ...apa...jornada de traba... ...han...difica-se completa... ...co...ficamos do anda... ...os é.

...ssa...Ajuda pode real... ...a i...que a construção e ...estão atrasadas. Já o ...pode...er o mesmo. ...intra...ensidão do recinto ...eterá parecer-nos pe... ...a c...idade e vastidão ...do,...maradas, amigos e ...PCP...ens, mulheres e jo... ...m...determinação, com ...n a...nergia e a sua com... ...rísti...vida e da acção do ...ope...

...pela na última sexta... ..., p...er ficado a pensar: ...atri...».

Essa mesma pessoa, caso tivesse ido ao Alto da Ajuda na passada segunda-feira, depressa alteraria a sua ideia. E isto porque dois grandes dias de trabalho (sábado e domingo) proporcionaram um significativo avanço nas tarefas.

Segundo cálculos da Comissão da Festa, contactada pela nossa reportagem, foram cerca de 1400 os camaradas e amigos que no último fim-de-semana (cerca de 600 no sábado e à volta de 800 no domingo) participaram na jornada de trabalho, na qual se incorporaram também comunistas e simpatizantes do PCP oriundos de Vendas Novas (Alentejo).

Foram, na verdade, dois dias de intensa actividade. Em quase todos os pontos do vasto recinto se deram bons avanços, quer na conclusão da limpeza do terreno, quer nos trabalhos de carpintaria, montagem de tubos, pintura, etc.

Os vários camaradas e amigos que ouvimos na ocasião foram unânimes em salientar, por um lado a vontade e o prazer com que estavam ali a colaborar na construção da Festa; por outro lado, o desejo de fazermos este ano uma Festa ainda melhor que as outras; e finalmente a certeza de que o Partido tem forças e espírito de iniciativa para erguer o maior convívio do Portugal de Abril, realçando a ideia que se todos dermos uma ajuda a Festa será um êxito.

Neste momento cabe às organizações do Partido uma responsabilidade muito especial: a rápida concretização das tarefas relacionadas com a composição dos respectivos stands e pavilhões. A preparação e mobilização para as jornadas de trabalho, levando à prática as ideias e as iniciativas que se pensaram, é uma preocupação que deve estar na ordem do dia, no âmbito da actividade das organizações.

No plano geral, as atenções vão para as jornadas de trabalho dos dois fins-de-semana que restam: o de 22 e 23 (o próximo) e o de 29 e 30.

Temos que aproveitar em pleno estes quatro dias. Há que divulgar este apelo: a colaboração de todos é fundamental nessas jornadas de trabalho voluntário. Trata-se de uma mobilização geral para todas as frentes de ataque no Alto da Ajuda. Carpinteiros, pedreiros, montadores de andaimes, electricistas, pintores, empregados de escritório, estudantes, operários, empregados, trabalhadores intelectuais, homens e mulheres, jovens de todas as idades – todos não seremos de mais!

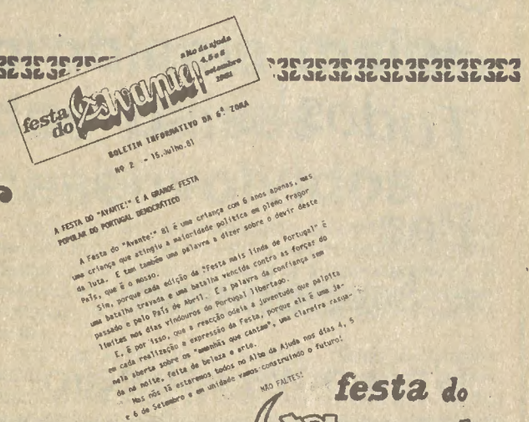
Além dos próximos fins-de-semana, podemos ainda dar a nossa colaboração nos dias úteis, após o emprego, no caso dos camaradas e amigos que não estão de férias.

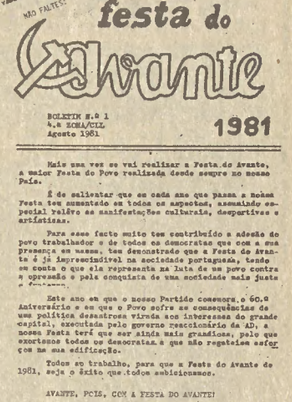
Se a Festa está atrasada ou adiantada é uma dúvida que não nos deve preocupar. Vamos, isso sim, trabalhar para que ela seja um êxito. Porque essa questão do atraso ou do adiantamento somos nós que decidimos. Tudo depende da mobilização para as jornadas de trabalho.

Nestes dias, em que a temperatura já não é tão alta, tudo avança mais depressa no Alto da Ajuda. Com a colaboração de todos, a Festa será uma realidade à altura das potencialidades do Partido da classe operária.

Contamos contigo!

Divulgar a Festa!


festa do Avante!
BOLETIM INFORMATIVO DA 6.ª ZONA
Nº 2 - 15.Julho.81
A FESTA DO "AVANTE!" É A GRANDE FESTA POPULAR DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO
NÃO FALTES!


festa do Avante!
BOLETIM Nº 1
4.ª ZONA/CLL
Agosto 1981
1981

Divulgar a Festa do «Avante!» é uma forma de contribuir para o seu pleno êxito. Já aqui tivémos oportunidade de salientar a importância desses trabalho, referindo, nomeadamente, o importante papel que cabe às organizações. Há que levar a Festa ao conhecimento de todo o Portugal de Abril e para isso temos que aproveitar todos os meios de divulgação, ao nosso alcance: pintura de murais, colagem do cartaz, publicação de folhas informativas (como fizeram, por exemplo, os camaradas da 6.ª e da 4.ª Zonas do Comité Local de Lisboa, CLL), publicação de informações nos boletins de célula, etc.. Há ainda iniciativas de contacto público como a que fez há dias a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que de forma alegre e barulhenta (com tambores e tudo!) distribuíu propaganda diversa sobre a Festa do «Avante!» em ruas de Lisboa. No Rossio, alguns artistas juntaram-se aos jovens comunistas.

Distrito do Porto

50 excursões, 2 comboios especiais e muitas iniciativas na «manga»

Para ir à Festa do «Avante!» há duas coisas muito importantes: ter EP e transporte. Pois, camarada e amigo do Porto as várias organizações têm já asseguradas 50 excursões de autocarro e dois comboios especiais. Um, que já é habitual, parte dia 5 às 2 da manhã, da estação de S. Bento e regressa dia 6 às 22 horas de Santa Apolónia. O comboio faz paragem em Campanhã, V. N. de Gaia, Espinho, Aveiro e Coimbra e a passagem só custa 550 escudos, ida e volta. O outro comboio aparece pela primeira vez este ano com um horário especial: parte dia 5, sábado, às 7 horas de Contumil e regressa às 14 e 30 do dia 7, segunda-feira. Este só pára em Campanhã e Gaia; custa 570 escudos ida e volta. Estando assim o problema do transporte resolvido, não te esqueças de marcar bilhete com antecedência. Há que levar a EP, já no bolso, antes de entrar na camioneta ou no comboio: assim podes partir descansado para o Alto da Ajuda.

Ir à Festa sem participar numa equipa de trabalho não sabe tão bem. Para ajudar na realização da imensa maravilha que é a Festa do «Avante!» basta pedir um cartão de participante na tua organização. Desse modo contribuirás de forma decisiva para assegurar o pleno funcionamento e êxito total das inúmeras iniciativas que a ORP levará a cabo nesta edição da Festa, como sejam 7 bares e restaurantes que servirão a magnífica cozinha da região do Porto, os 10 *stands* onde estarão à venda um sem número de artigos regionais, a exposição documental e o diaporama da DORP além de outras actividades.

Atenção à Bienal de Artes Plásticas: 37 artistas da cidade aí apresentarão mais de 60 obras representativas da tradição democrática e revolucionária que desde longa data marca a actividade dos artistas plásticos do Porto.

...a Festa

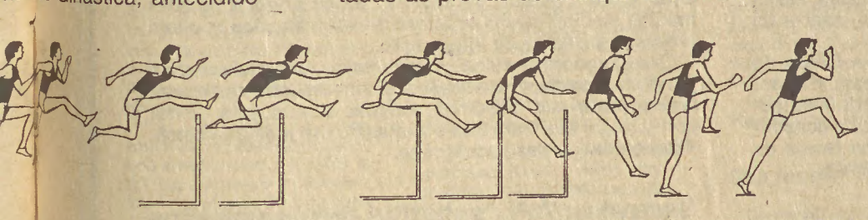
...riado

...algumenores que eventual... ...r alte...o programa desportivo ... – ...stá organizado da se...

...ecin...desportivo

...ebol...quipas constituídas por ...rticip...e colectividades popu... ...s m...des).

...de f...torneio de futebol dos ...infa...ontijo); 15.00 – andebol ...Leir...etúbal); 16.00 – andebol ...Lisb...etúbal); 17.00 – futebol ...Leir...etúbal); 18.00 – meias... ...tebo...alão «Avante!»; 20.30 – ...rna...de Ginástica, antecidido



...ran...clórico (o encerramento ...vist...as 23 horas).

...ais...neio de futebol dos Pio... ...al In...cional de Ginástica, in... ...a co...mentar, demonstrações ...bal); ... – Jogo da Ronda (Sei... ...final...neio de futebol da JCP; ...de f...de salão «Avante!» 81; ...o do...neiros; 19.00 – Jogo do ... – v... masculino e feminino ...Lisb...Setúbal; 20.30 – partici... ...s po...es com várias modalida... ...bol.

● Actividades fora do polidesportivo

Sexta-feira, dia 4

20 horas – simultâneas de xadrez; 21.30 – Festival Internacional de Ginástica no Palco 1.

Sábado, dia 5

10 horas – torneio de xadrez (rápidas); à tarde – torneio de damas; 21.00 – continuação das provas de xadrez e damas.

Domingo, dia 6

10 horas – torneio de xadrez (rápidas); 15, 18 e 21 horas – torneio de damas.

●

Sábado e domingo, durante todo o dia, serão disputadas as provas de chinquilho e malha.

4.ª Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria no próximo domingo

Em **Lisboa, Porto, Beira Litoral, Santarém, Alentejo** e em oito localidades do distrito de **Setúbal (Almada, Alcochete, Montijo, Sines, Barreiro, Moita, Seixal** e **Setúbal)** realizam-se no próximo domingo, dia 23, provas de atletismo integradas na 4.ª edição da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria da Festa do "Avante!".

Está prevista a participação de milhares de atletas. Os interessados que ainda não se inscreveram devem contactar os Centros de Trabalho do PCP ou, então, chegar mais cedo, no domingo, aos locais das provas.

A 4.ª Corrida e Marcha, tal como as edições anteriores, tem como objectivo principal a divulgação da Festa do "Avante!" e o apoio a uma dinâmica popular no desporto.

Podem participar todos os interessados, a título individual ou colectivo, nomeadamente colectividades populares, clubes, grupos, associações, comissões de moradores, etc..

Em **Lisboa**, as provas decorrerão na zona de Belém (junto à Torre), com o seguinte horário:

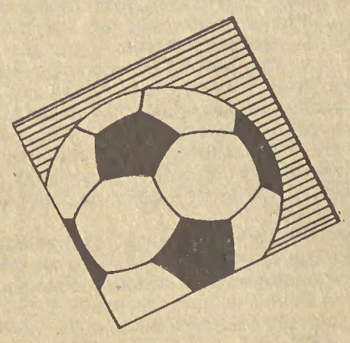
Às **10 horas**, atletas dos 9 aos 12, masculinos e femininos, 2 mil metros; às **10 e 20**, atletas dos 13 aos 16, masculinos e femininos, 3 mil metros; às **10 e 40**, atletas dos 17 anos em diante, só masculinos, 5 mil metros; a prova de marcha, para atletas dos 9 anos em diante, masculinos e femininos, decorrerá a partir das **11 horas**.

Serão entregues taças até ao terceiro lugar por equipas no conjunto de todas as provas, contando para o efeito de pontuação os primeiros cinco atletas de cada equipa em cada prova.

Haverá medalhas até ao quinto classificado em cada prova e prémios de participação para todos os atletas.

A ginástica ocupará um lugar de grande relevo na Festa do "Avante!". Este ano, teremos entre nós equipas da URSS, RDA e Hungria, nas modalidades de ginástica desportiva, acrobática e rítmica-desportiva. Estas equipas, constituídas por atletas de elevado nível internacional, participarão em três Festivais no Alto da Ajuda, conforme referimos noutro artigo dedicado ao programa desportivo da Festa. Os atletas da URSS, RDA e Hungria que agora teremos oportunidade de apreciar já participaram nas mais importantes competições internacionais, nomeadamente Campeonatos do Mundo e Jogos Olímpicos.

Torneio de futebol



A equipa apurada na zona centro do país, e que, portanto, estará presente no Alto da Ajuda, é a "Frente Internacional dos Apanhados da Conchava" (Coimbra), que no jogo derradeiro bateu a turma d'"O Caldinho" (Caldas da Rainha) por 6-2. Esta vencera anteriormente a equipa dos "Estúdios Europa" (Marinha Grande) por 3-2, tornando-se vencedora no distrito de Leiria.

Na zona centro o torneio foi disputado por dezenas de formações. Parabéns aos rapazes da "Frente Internacional dos Apanhados da Conchava".

Entretanto, na zona sul já está apurada a equipa representativa: é o Sesimbra. Nesta zona, houve 180 equipas em acção.

No próximo fim-de-semana será encontrado o "team" que representará a zona norte na final da Ajuda, estando marcado para 3 de Setembro o jogo que decidirá o apuramento da equipa representante do grupo Lisboa, Açores, Madeira e Emigração. As turmas das duas primeiras regiões disputarão esse encontro.

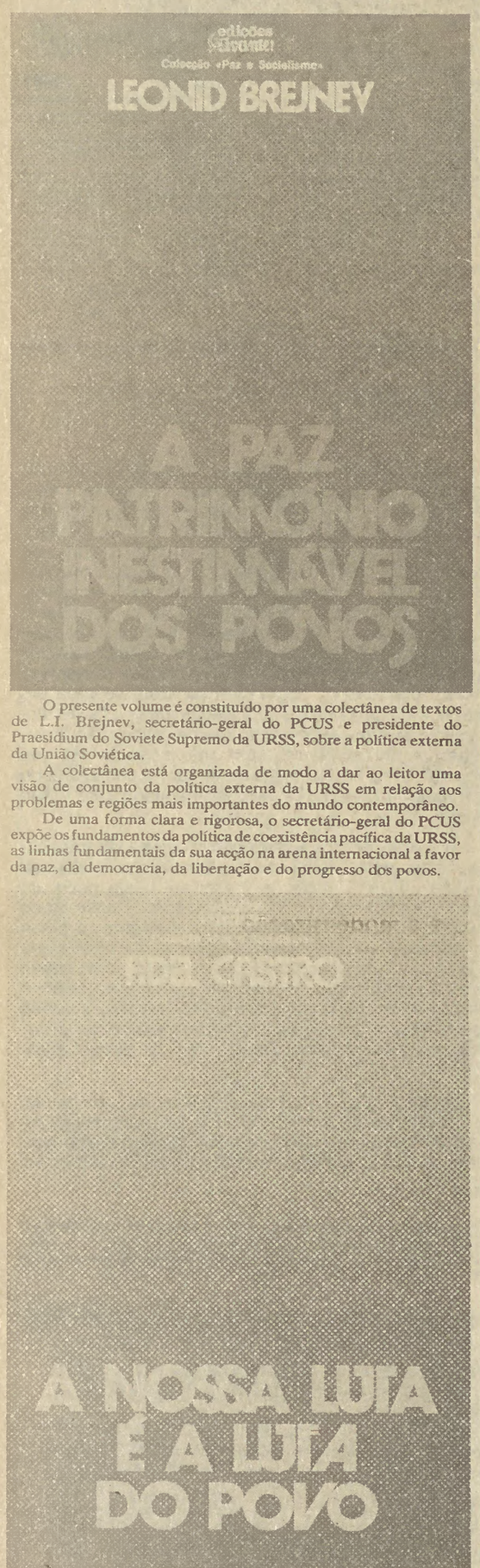
Em relação a uma notícia que demos na última semana, devemos rectificar que o encontro realizado no Magalhães Lima para apuramento da equipa do distrito de Lisboa terminou com o resultado de 4-1 favorável à turma "Fórmula-8" (que bateu o "Juventude e Desporto", de Mira-Sintra) e não 4-0 como por lapso referimos.

edições Avante!

Um Combate de Todos!

Paz e Socialismo

Uma nova colecção



O presente volume é constituído por uma colectânea de textos de L.I. Brejnev, secretário-geral do PCUS e presidente do Praesidium do Soviete Supremo da URSS, sobre a política externa da União Soviética.

A colectânea está organizada de modo a dar ao leitor uma visão de conjunto da política externa da URSS em relação aos problemas e regiões mais importantes do mundo contemporâneo.

De uma forma clara e rigorosa, o secretário-geral do PCUS expõe os fundamentos da política de coexistência pacífica da URSS, as linhas fundamentais da sua acção na arena internacional a favor da paz, da democracia, da libertação e do progresso dos povos.

A presente antologia inclui alguns dos mais importantes discursos proferidos por Fidel Castro desde o I Congresso do Partido Comunista de Cuba (1975) até à última Assembleia Geral da ONU (1979).

Num estilo vibrante e entusiástico, Fidel Castro evoca nestes seus discursos alguns dos momentos mais gloriosos da história de Cuba e algumas das questões mais importantes da construção do socialismo na Ilha da Liberdade.

Com a Arte para transformar a Vida

edições Avante!

UM IMPORTANTE CONTRIBUTO E PROPOSTA SÉRIA E RESPONSÁVEL DE ESCRITORES E ARTISTAS COMUNISTAS PARA A DISCUSSÃO E ACÇÃO COMUM COM TODOS OS OUTROS ESCRITORES E ARTISTAS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PORTUGUESES

CDL a distribuição

Poder local

Fajã Grande (Açores): APU sobe, PSD desce

Nas eleições realizadas no domingo passado para a Assembleia de Freguesia de Fajã Grande, concelho de Lajes das Flores, Açores, o PSD perdeu a hegemonia absoluta que detinha, não conseguindo a sua lista mais do que 20 votos em relação à opositora, da APU.

Dos 223 eleitores inscritos participaram no acto eleitoral 139, tendo 72 votado no PSD e 52 na APU, registando-se ainda 13 votos nulos e 2 brancos.

Os resultados obtidos pela APU traduzem, especialmente se confrontados com os do PSD, uma importante alteração da relação de forças a nível local, dado que, nas anteriores eleições para a Assembleia de Freguesia, a APU não tinha concorrido, e nas eleições para a Câmara alcançara apenas 6 votos.

Belém: APU à frente...

No primeiro dia do período para entrega de candidaturas concorrentes às eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém, a realizar em 25 de Outubro próximo, apenas uma lista deu entrada nos serviços competentes: a da APU.

Recorda-se que estas eleições na freguesia lisboeta resultam dos problemas surgidos na direita com a controversa questão da Feira de Belém. A AD detinha então a maioia dos mandatos (10) enquanto a APU tinha 5 e o PS 4. A Mesa da Assembleia e o Executivo eram exclusivamente compostos por elementos da AD.

A lista da APU é encabeçada pelo Prof. de Educação Física João Luís Kjolner Worm, seguindo-se-lhe na lista Joaquim da Conceição Sousa, empregado de escritório, e Maria de Fátima Almeida da Nova, trabalhadora da Função Pública. A lista integra oito intelectuais, oito operários, dois feirantes e duas domésticas. A média de idades é de 46 anos.

Santo Ildefonso (Porto): a «AD», o costume...

A APU de Santo Ildefonso, denunciou muito recentemente, em comunicado à população, as razões que provocaram uma profunda crise neste órgão autárquico de maioria AD.

Se inicialmente nada se sabia de concreto, apesar de desde muito cedo a APU ter denunciado o desinteresse e a incompetência da «AD» e dos seus membros, alguns factos foram sendo conhecidos.

Que o Ministério dos Assuntos Sociais reclama esclarecimentos sobre uma verba de 700 contos que não aparecem no orçamento da Junta de Freguesia.

Que são admitidas pessoas, por compadrio, sem qualquer concurso público.

Que ninguém controla milhares de contos de subsídios que são atribuidos pelo MAS e MEC ao sector social e que são depositados numa conta bancária movimentada apenas pelo demissionário presidente da Assembleia de Freguesia.

Que a JF destina verba de subsídios do MAS para creches a outros fins.

Que ninguêm do Executivo é capaz de responder quanto recebe a Junta de Freguesia de subsídios.

Que o Executivo não reúne.

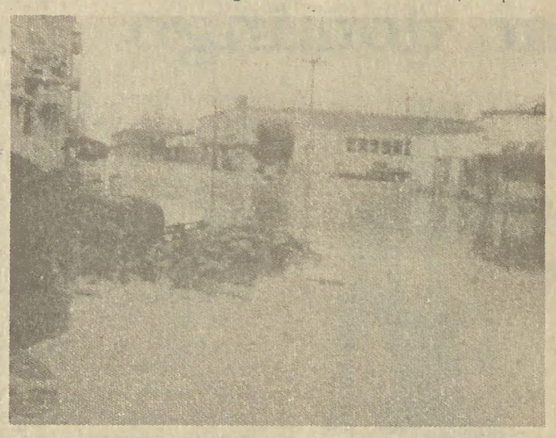
Com todos estes factos é claro que existe incompetência e corrupção na JF de Santo Ildefonso e que a responsável é a AD. Assim, algumas posições públicas do CDS, mais não são do que a tentativa de se salvarem de uma situação para a qual contribuiram e com a qual pactuaram.

Perante a situação e a gravidade dos factos a APU aponta como única solução a dissolução da Junta de Freguesia e a nomeação de uma comissão administrativa fora do âmbito da «AD», que terá como objectivo pôr em funcionamento a autarquia e pomover dentro do prazo legalmente estabelecido uma sindicância à gestão ruinosa e corrupta da actual maioria.

Coruche: e os planos do Tejo e do Sorraia?

«Dá um cidadão voltas à cachimónia e parece-lhe impossível haver falta de água onde há bem pouco tempo se tinha de andar de barco» — espanta-se, e com razão, o «Aurora do Ribatejo», conhecido quinzenário regionalista recentemente adquirido pela Câmara Municipal de Coruche, e cujo primeiro número da nova fase da sua vida acaba de surgir precisamente este mês. Na primeira página, naturalmente, especial destaque para as Festas Populares de Coruche, que decorreram entre os passados dias 14 e 18.

Toda a última página, entretanto, é dedicado ao importante problema da água. No artigo que abre com a frase acima transcrita, pode ainda ler-se: «Vem a invernia — aqui del rei que me afogo! Chega o soalheiro — ai Jesus que morro à sede! E a água a destruir livremente, desperdiçando-se na bocarra salgada do oceano. Até parece que a abastança é tanta que é preciso preservar estas calamidades? Ilustríssimos cavalheiros da governação: aonde se encontram os Planos Regularizadores dos Vales do Tejo e do Sorraia?»



Recordando que os referidos planos são uma promessa que os governos desde há muito vêm fazendo, mas que urge concretizar de uma vez por todas, afima o jornal:

«Exigir das entidades governamentais responsáveis informação sobre tudo o que se passa com as referidas obras e exigir que os estudos não sejam apenas de defesa e enxugo, mas incluam igualmente planos de rega e ordenamento territorial, são duas preocupações dos habitantes desta região, além da exigência da participação das autarquias locais — legítimas representantes das populações — como membros activos em todo o processo».

«Num ano em que todos sofremos o efeito terrível da seca convém recordar que tal flagelo era perfeitamente evitável caso as obras já estivessem prontas. Que oportunas seriam, este ano, as barragens que o projecto prevê!».

Almada: apoio a deficientes

O Catálogo Informativo e Bibliográfico dedicado ao Ano Internacional do Deficiente e editado pela Câmara e a Biblioteca Municipal de Almada anuncia para breve a criação de um sector na Biblioteca Municipal exclusivamente destinado ao deficiente, com acesso apropriado e apetrechado com equipamento sonoro, «cassettes», publicações e obras em Braille; o material permitirá consultas locais e leituras domiciliárias, estas também sem quaisquer encargos.

O Catálogo, lançado pela Câmara e a Biblioteca durante o mês de Julho, analisa ao longo de 140 páginas a problemática do deficiente e revela algumas das medidas de apoio previstas pelo Município e dedicadas especialmente a este estrato social, fazendo notar que «a cidade de Almada, aliás como todas as outras, não está preparada para solucionar a maior parte dos problemas dos deficientes proporcionando-lhes a vida normal a que têm direito», pelo que a edilidade se debruçará «com especial atenção, sobre os vários perigos que a circulação dos deficientes, nas zonas urbanas, encerra. Procurará evitar a proliferação de obstáculos e introduzir adaptações que minimizem os efeitos dos existentes. Contrariará frontalmente a marginalização a que o deficiente tem sido votado».

A Câmara Municipal de Almada anuncia ainda que promoverá até ao final deste ano um conjunto de iniciativas com o objectivo de sensibilizar a opinião pública do concelho para os problemas dos deficientes, nomeadamente a realização de conferências, colóquios e exposições.

Vila Real de Santo António: um dinamismo ameaçado por dívidas do Governo

Os trabalhos para a instalação das redes de água e esgotos de Vila Nova de Cacela e Manta Rota, no concelho de Vila Real de Santo António, terão início dentro de poucas semanas, constituindo o maior investimento do Município durante a gestão de maioria APU.

Esta iniciativa — e outras já concretizadas — arrancam pela primeira vez do esquecimento Vila Nova de Cacela Manta Rôta, Corte António Martins e outras localidades do concelho, ignoradas por anteriores gestões da Câmara.

Entretanto as obras já concluídas revelam uma situação profundamente alterada: foram construídos lavadouros públicos, dezenas de quilómetros de caminhos rurais nas zonas da serra e do litoral, electrificaram-se muitos lugares (Corte António Martins está na «calha», tendo luz antes do fim do próximo ano, tendo já arrancado as obras de alargamento da estrada que serve esta localidade).

Iniciar-se-ão também em breve as obras de urbanização do sítio da Fábrica (com a construção de ruas) e o parque desportivo de Vila Nova de Cacela vai ter iluminação; vários auto-tanques têm abastecido diversas localidades e a Câmara concedeu mais de 600 contos por ano à Freguesia de Vila Nova de Cacela, facto inédito.

O total destas obras ronda os cem mil contos, pese embora o corte de verbas resultante da não aplicação integral da Lei das Finanças Locais. Todavia, em virtude de o Governo não ter liquidado em tempo uma dívida de 60 milhões de escudos respeitante a obras já realizadas que provinham de compromissos assumidos antes da entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, a Câmara de Vila Real de Santo António está a ver ameaçada a conclusão de vários empreendimentos, nomeadamente a construção de 112 fogos para habitação social.

Porto: transportes trepam, mas nos preços...

Os transportes colectivos na área do Grande Porto vão sofrer um aumento a partir de 1 de Setembro que oscila entre os 16% para os passes sociais e mais de 28% para os bilhetes simples. Dois exemplos: os bilhetes simples (uma zona) sobem de sete para nove escudos enquanto o passe tipo A (cidade) pula de 440 para 510 escudos.

Entretanto a União dos Sindicatos do Porto (USP) divulgou um comunicado onde salienta o facto de estes aumentos surgirem já depois de o Governo «AD»/Balsemão ter pedido a demissão, tendo ainda decidido convocar para breve uma reunião de Associações e Comissões de Moradores e trabalhadores, Associações de Reformados e Deficientes, assim como organizações e colectividades populares (estando aberta igualmente aos deputados e conselheiros municipais do Grande Porto), com o objectivo de discutir e tomar posição sobre o problema.

Évora e Beja: desemprego não se combate assim!

As Assembleias Distritais de Beja e Évora discordaram recentemente do plano de «combate ao desemprego» preconizado pela Secretaria de Estado do Emprego e sublinham que os números indicados por este departamento governamental são manifestamente inferiores ao total de desempregados em ambos os distritos.

Em relação às autarquias de Beja o plano não contempla os problemas de fundo, como a política de atribuição de reservas — a qual constitui uma fonte de desemprego. Entretanto a Assembleia Distrital de Évora convidou as suas congéneres de todo o Alentejo para analisarem em conjunto o plano da Secretaria de Estado, de forma a prepararem uma contraproposta.

Um comunicado desta Assembleia Distrital, presidida pela governadora civil de Évora, Mariana Calhau Perdigão, denuncia ainda o plano governamental como «uma tentativa de fazer depender a resolução do problema do desemprego de acções das autarquias», quando estas se encontram em difícil situação financeira devido à não aplicação da Lei das Finanças Locais.

Seixal: Câmara apoia o desporto

A Câmara Municipal do Seixal decidiu por unanimidade fornecer os materiais necessários à reconstrução do muro do lado da bancada lateral do campo de jogos do Amora Futebol Clube e ainda adquirir 60 equipamentos completos para as classes infantis do Seixal Futebol Clube, assim como adjudicar a substituição de 14 portas e janelas da sede social do Paio Pires Futebol Clube.

Foram também tomadas outras medidas. a Cargo da Câmara, que apoiam colectividades do concelho, nomeadamente a beneficiação da sede da Sociedade Filarmónica União Arrentelense, enquanto se aguarda a construção da nova sede, e obras de reparação dos tectos da sede da Sociedade Filarmónica União Seixalense.

Marinha Grande: defesa do património artístico-cultural

Em recente reunião, a Câmara Municipal da Marinha Grande deliberou ser urgente e necessário defender o património artístico-cultural da região, pelo que determinou a organização de um concurso para feitura de uma monografia de artistas marinhenses, especialmente do sector vidreiro, a aquisição das obras mais significativas da arte da região a encomenda de algumas peças a artistas novos com a indicação de serem feitas para ficarem expostas no Município e, finalmente, a construção de uma vitrine no Salão Nobre da Câmara Municipal com a devida dignidade para expor essas obras.

Estas decisões foram tomadas pelo Município para obstar ao esquecimento a que têm estado votados os artistas da zona — cujos trabalhos ao longo dos tempos sempre têm podido ombrear com o que de melhor se faz no mundo no género — e iniciar finalmente a perservação de algumas obras de arte que testemunham o nível artístico dos operários marinhenses.

Estarreja: a Câmara assalta Centro Recreativo...

No passado dia 13 um funcionário da Câmara Municipal de Estarreja (perto de Aveiro), seguido por um contigente de 20 soldados da GNR e viaturas de transporte de carga, penetrou no Centro Recreativo de Estarreja através de uma janela, rebentando a porta principal com um pé-de-cabra, posto o que fez transportar todo o recheio do edifício para um armazém da Câmara.

Esta acção, classificada pela direcção do Centro como «um autêntico assalto, pois nem sequer foi contactado nenhum director para lhe pedir as chaves», culmina um longo processo e surge na sequência do corte, por parte do presidente da Câmara, das negociações entre o Município e o referido Centro Recreativo, a mais antiga colectividade de Estarreja, com 71 anos de existência e instalada num velho solar há 46 anos. E surgiu a ordem de despejo, considerada ilegal pelo Centro.

Até há poucos meses, edifício onde se encontrava instalado o Centro Recreativo pertenceu à viscondessa de Valmouro. O sector onde estava instalada a colectividade foi avaliado, em 1971, em 520 contos, dado o seu adiantado estado de ruína. Dois anos depois um grupo de sócios investiu 1200 contos na restauração do edifício o que permitiu que, em 1980, lhe fosse atribuído o valor de 5800 contos na sequência de uma avaliação encomendada pela Câmara, interessada em adquirir o edifício.

Começaram entretanto as negociações com vista ao abandono do prédio por todos os inquilinos — incluindo o Centro — mas a Câmara, embora já tivesse adquirido o primeiro andar, onde está a sede do Centro, conseguiu que o Governo expropriasse o solar, como utilidade pública. O Centro iniciou então diligências junto de organismos governamentais e autoridades regionais com o objectivo de conseguir alojamento noutro local, em condições idênticas, ao que a Câmara contrapropôs instalar o Centro noutros locais, todos sem as condições indispensáveis, o que sempre foi recusado. A ordem de despejo não foi entretanto acatada pelo simpes facto de não haver outras instalações.

A organização de Estarreja do PCP manifestou-se de imediato contra o assalto realizado às instalações do Centro Recreativo, afirmando-se solidária com a direcção do Centro e com a população de Estarreja, privada agora da sua colectividade, já com 71 anos de existência e aue promovia actividades para as suas centenas de sócios, crianças e jovens.

Oeiras: a incompetência de um presidente

Um comunicado da Organização do PCP em Oeiras refere que o presidente «AD» da Câmara Municipal de Oeiras resolveu esconder a sua incompetência atribuindo às forças democráticas da vereação — APU e PS — uma acção de «boicote político» ao (seu) trabalho da Câmara, no que, dada a flagrante falsidade da acusação, nem sequer é apoiado pelos elementos «AD» na Câmara e na Assembleia Municipal.

«É uma acusação programática com que o presidente pretende esconder a sua incompetência e incapacidade para resolver os problemas do Concelho e vem no seguimento de toda a gestão «AD» inspirada na acção governativa», considera o documento.

Ora donde vem esta peregrina ideia do presidente «AD»? Será por, ao ter apresentado recentemente à vereação a necessidade de se contrair um empréstimo bancário (com o qual pretendia cobrir erros próprios de gestão financeira), e como não justificasse as razões desta medida nem o destino do empréstimo, os vereadores da APU e do PS não se haverem considerado suficientemente esclarecidos para tomar posições sobre o assunto? Entretanto poucos dias depois, em sessão pública da Câmara, o mesmo presidente viria declarar que o empréstimo não era, afinal, necessário...

Por outro lado, prossegue o comunicado dos camaradas de Oeiras, «o plano da CMO para 1981 no sector das Escolas, cujo pelouro é da responsabilidade de um vereador da APU, foi um dos poucos textos aprovados por unanimidade pela Assembleia Municipal. Hoje este plano está seriamente comprometido no que diz respeito a grandes reparações que era urgente realizar, por negligência do presidente da CMO, pois o lançamento de projectos, unanimémente aprovados pela Câmara, foram por ele retardados, impossibilitando a sua conclusão antes do início do próximo ano lectivo».

Boicote político? Sim, mas aplicando-se exclusivamente ao presidente da Câmara.

Também a poluição das três ribeiras que atravessam o concelho (verdadeiros esgotos a céu aberto) e a poluição das praias são dois problemas que muito preocupam e prejudicam a população do Concelho. Já se avançou na resolução destes problemas, principalmente graças ao trabalho do vereador da APU, Presidente dos Serviços Municipalizados e, apesar dos enormes obstáculos a superar (alguns transcendendo mesmo a capacidade do Concelho), as praias de Caxias, Santo Amaro e Paço de Arcos, graças a um programa de emergência, já melhoraram sensivelmente.

Neste caso já o presidente da Câmara «AD» não fala em boicote político, antes se procura apresentar como dinamizador destas iniciativas, procurando arrecadar méritos alheios (como se infere das declarações que tem prestado a órgãos de informação).

O documento termina considerando que cada vez se torna mais evidente a necessidade da unidade dos democratas para, nas próximas eleições autárquicas, correr com a «AD» das Câmaras e Juntas de Freguesia e colocá-las ao serviço das populações.

Sacavém: APU substitui demissionários do PS

Dois eleitos do PS e representantes deste partido na Junta de Freguesia de Sacavém demitiram-se dos seus cargos por não conseguirem forçar a Junta a tomar a posição por eles defendida e contrária à que a autarquia assumira numa reunião de Juntas em Loures. Foram substituídos por dois elementos da APU eleitos durante uma reunião da Assembleia de Freguesia. O PS deixa assim de estar representado nesta Junta pois o terceiro elemento deste Partido ali representado, o tesoureiro Pedro Manuel Gomes de Sousa, decidiu passar a independente.

A anterior Junta tinha três elementos do PS, um do PPD/PSD e apenas um da APU, o presidente, apesar de esta força ter ganho as eleições. Esta situação tornou-se possível devido a uma aliança PS/PSD na eleição da Junta, quando nas eleições de 1979 a APU obtivera 6020 votos, o PS 4817, o PPD/PSD 2793 e o CDS 982.

Internacional

50 milhões de pessoas morrem todos os anos devido à fome

Um bilião é o número de pessoas no mundo que, segundo a Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), passam fome. Anualmente, esta é a causa directa da morte de perto de 50 milhões de seres humanos, dos quais 12 milhões são crianças.

Em África, as estatísticas apontam para uma percentagem de subalimentados na ordem dos 25 por cento, na Ásia (sem contar com a China) de 28 por cento e na América Latina de 13 por cento. A má nutrição repercute-se na diminuição da esperança média de vida, que no continente africano mal ultrapassa os 45 anos e na Ásia não chega aos 55.

Das razões sobre estes números impressionantes falam várias teorias. Para umas as causas radicam na grande densidade populacional dos países em desenvolvimento, para outras são sobretudo as condições climáticas desfavoráveis que contam, para outras é o fraco desenvolvimento económico.

A verdade é que, no actual panorama económico desses Estados, nenhum desses factores pode ser autonomizado em termos de causa principal, concorrendo todos em conjunto para agravar uma situação que tem muito a ver com as condições do comércio internacional.

> A sede de lucro dos monopólios e as manobras do imperialismo agravam a situação.

É sabido que, neste âmbito, grande parte dos países em desenvolvimento se viram remetidos para uma situação de fornecedores de recursos naturais e humanos, matérias-primas e produtos industriais não acabados. O seu atraso em matéria de desenvolvimento económico resulta regra geral do carácter subordinado das suas economias em relação aos grandes centros, apenas interessados numa política de desenvolvimento unilateral.

Cava-se assim un fosso cada vez mais profundo entre os preços demasiados baixos de muitas matérias-primas de exportação (fundamentalmente agrícolas) e o custo crescente dos bens de equipamento e outros, importados pelos países em desenvolvimento.

Obrigados pelo imperialismo a importar cada vez mais, inclusive produtos agrícolas, os países do chamado Terceiro Mundo subiram verticalmente as suas compras de cereais ao estrangeiro: de 16 milhões de toneladas por ano no início da década de setenta passou-se para 75 milhões em 1979, prevendo-se 90 milhões em 1985. A fome persiste e o endividamento ao imperialismo aumenta

Subida vertical

Obrigados a importar cada vez mais, inclusive produtos agrícolas, estes países subiram verticalmente as suas compras de cereais ao estrangeiro: de 16 milhões de toneladas de cereais por ano no início de 1970, passou-se para 75 em 1979, e prevê-se que atinjam os 90 milhões de toneladas em 1985.

Perante a sede do lucro, os monopólios não olham a meios nem à situação concreta em que o país se encontra. Recorde-se o exemplo do Bangladesh, devastado pela fome em 1974. Os monopólios enviaram para o país enormes quantidades de trigo, que bastariam para dar de comer a toda a população. No entanto, dados os preços exorbitantes, nem aqueles que tinham trabalho estavam em condições de o comprar. Quatro milhões de toneladas de trigo ficaram assim guardadas em depósito até que apodreceram, enquanto milhares de pessoas morriam de fome.

Este e outros exemplos servem de base aos países em vias de desenvolvimento para condenar os jogos e manobras do imperialismo no campo internacional que visam perpetuar o seu atraso e miséria.

Reivindicam melhores condições, integradas numa Nova Ordem Económica Internacional, que lhes permita aumentar o seu potencial industrial geral, assim como garantir um desenvolvimento estável de todos os ramos, incluindo os alimentares.

As estatísticas apontam para uma percentagem de subalimentados de 25 por cento em África, de 28 por cento na Ásia e de 13 por cento na América Latina

Economia

Intensificação da produção: problema maior dos países desenvolvidos

Os problemas da intensificação da produção são hoje dos mais importantes para os países de economia desenvolvida. A viragem decisiva para os factores intensivos do desenvolvimento determina em grande parte o progresso económico do país e a sua competitividade no mercado mundial.

A União Soviética, por exemplo, iniciou já no último decénio a via do desenvolvimento económico intensivo. Desde então, o país progrediu sensivelmente em todos os sectores de edificação da base material e técnica de uma nova sociedade, e ocupa o primeiro lugar no mundo quanto à produção de numerosos artigos, como o petróleo, o aço, o cimento, os adubos minerais, o algodão e as locomotivas.

Durante os anos setenta, a eficácia da produção social cresceu, com realce para a produtividade do trabalho, que aumentou cerca de 50 por cento. Este aumento ultrapassa de longe o dos principais países capitalistas ocidentais.

● A redução dos gastos

Em relação à intensificação da produção social, os economistas soviéticos indicam três orientações decisivas. Em primeiro lugar, a redução do gasto de materiais na produção, um consumo mais económico das matérias primas, combustíveis, energia eléctrica e metais, e uma utilização mais eficaz de todos os materiais e eliminação das perdas na economia nacional, sem excluir a agricultura.

Os especialistas estabeleceram que será possível economizar, no decurso do 11.º quinquénio (1981-85), entre 160 e 170 milhões de toneladas de combustíveis e de recursos energéticos equivalentes. Tal resultado será cerca de quatro vezes mais importante que o aumento da própria extracção de petróleo prevista para o quinquénio.

Em relação a outros sectores, como nas construções mecânicas e no tratamento de metais, prevê-se reduzir o gasto de laminados ferrosos pelo menos em 18-20 por cento, o de tubos de aço em 10-12 por cento e o de laminados não-ferrosos em 9-11 por cento.

● Os fundo fixos

A segunda orientação importante da intensificação é a utilização mais eficaz dos fundos fixos de produção e o melhoramento da organização da produção e do trabalho. Na URSS, existem actualmente mais de 44 mil empresas industriais dotadas de técnicas e tecnologias modernas, mas nem sempre os equipamentos instalados funcionam a pleno rendimento.

Na agricultura, uma utilização mais racional dos fundos fixos permitirá realizar um volume maior de trabalhos com o mesmo parque de máquinas e tractores. Segundo os cálculos elaborados, só a supressão dos tempos mortos dos tractores por razões organizativas e técnicas é equivalente ao fornecimento suplementar de 300 mil novos tractores.

● O reequipamento e a modernização

Finalmente, a terceira orientação, que já comprovou, aliás, a sua eficácia: a modernização e aceleração do reequipamento técnico da produção, na base da ciência e da técnica modernas. A experiência demonstra que os créditos destinados à reconstrução e reequipamento mecânico das empresas existentes são em média reembolsados três vezes mais depressa do que quando se criam capacidades de produção análogas empreendendo uma nova construção.

Neste sentido, serão aceleradas durante o quinquénio as cadências de renovação das técnicas. As máquinas e bens de equipamento fabricados visam melhorar as condições de trabalho, elevar a produtividade e economizar os recursos materiais, assim como aperfeiçoar-se as técnicas de ponta. As construções mecânicas receberão assim um impulso efectivo, que as farão desenvolver mais rapidamente que os outros ramos.

Aspecto importante: a viragem da economia socialista para os factores intensivos do desenvolvimento, que assegura um crescimento contínuo da produtividade do trabalho na produção social, difere fundamentalmente do processo análogo que ocorre na produção capitalista.

Com efeito, e para além de outros aspectos importantes, na União Soviética a intensificação desenrola-se nas condições de pleno emprego e não traz como consequência o desemprego massivo como actualmente acontece nos países capitalistas. A intensificação é realizada fundamentalmente graças às máquinas, no objectivo de reduzir e eliminar o trabalho manual penoso.

Desporto

Para ser campeão não basta treinar muito

Há cerca de meio século, os fisiólogos tentaram determinar o "limite das capacidades humanas" no desporto. Actualmente, os recordes mundiais ultrapassam, de longe, esse "limite".

Os matemáticos também tentaram prever máximos no desporto, mas a realidade ultrapassou, em muito, as previsões mais optimistas.

A meio da década de sessenta, o professor soviético Vladimir Zatssiorski publicou uma monografia, "A Cibernética, a Matemática e o Desporto", na qual elaborou os prognósticos dos resultados desportivos para os anos 70 e 80, que, na sua maior parte, foram já superados.

No que se refere à natação, o "recorde mais provável" nos 1500 metros-livres era de 16 minutos, mas já na Olimpíada de 1976, em Montreal, o vencedor alcançou 15.02,4 e os tempos obtidos pelos nadadores, nas finais, foram todos muito superiores aos prognósticos avançados para 1980.

Isto para já não se falar da proeza do soviético Vladimir Salnikov, nos Jogos Olímpicos de Moscovo, que baixou, pela primeira vez, da casa dos 15 minutos, com 14.58,27.

Porquê e como?

Porque e como caem os recordes?

Cada vez mais a ciência — as diversas ciências — influi no desporto. Um exemplo: nos Jogos de Moscovo, o grupo de trabalho ligado aos «sprinters» e aos corredores de barreiras soviéticos englobava um bioquímico, um fisiólogo, um psicólogo, um médico e um engenheiro electrotécnico...

A resposta só pode ser dada, com seriedade, através da análise dos factores que favorecem tal progresso.

As capacidades físicas do atleta desempenham um papel importante, mas a verdade é que não se trata apenas disso, pois os métodos de treino modernos diferem substancialmente dos mais antigos, facto que tem sido determinante para uma evolução mais rápida.

● A queda de recordes passa pela cibernética, bioquímica, psicologia...

Não é menos importante a técnica do movimento, principalmente nos lançamentos e nos saltos: no peso, por exemplo, o recorde mundial foi deslocado dos 16 para os 21 metros e, mais tarde, o soviético Alexandre Baryshnikov elevou-o para 22, graças ao novo método de "lançamento rotativo".

Para além da técnica, um outro papel significativo começou a ser desempenhado pela tecnologia, uma vez que as pistas de tartan são mais "velozes" do que as de cinza e que as varas de fibra são mais flexíveis do que as de bambú.

O papel da ciência

Um outro factor, talvez o mais decisivo, é a influência da ciência no desporto, cujas fases múltiplas só começaram a ser estruturadas em fins do século passado.

Depois, foi a vez da aplicação da fisiologia, da psicologia, da biomecânica e, ano após ano, tem vindo a ser cada vez mais estreita, também, a ligação da matemática e da cibernética às questões relacionadas com a cultura física.

No que diz respeito às vitórias dos atletas soviéticos nos Jogos Olímpicos de Moscovo, a verdade é que elas foram forjadas na cooperação criadora dos melhores treinadores do seu país com grupos de cientistas especializados em diversas modalidades desportivas.

O grupo de trabalho ligado aos "sprinters" e aos corredores de barreiras, por exemplo, englobava um bioquímico, um fisiólogo, um psicólogo, um médico, um engenheiro-electrotécnico.

É, pois, natural que um treinador de alta-competição seja, cada vez mais, um investigador e o próprio atleta deva, também ele, colaborar nesses estudos o mais profundamente possível.

É preciso força e... inteligência

Na Olimpíada de 1960, em Roma, perguntaram ao atleta (de salto em altura) John Thomas se tinha conhecimento de um livro sobre técnica de salto, da autoria do professor soviético Vladimir Diatchkov, ao que ele responderia:

"Um livro? Para quê?! Saltar é tão simples!".

Afinal, a medalha de ouro, que Thomas tanto ambicionava conquistar, foi ganha pelo atleta soviético Robert Shavakadze.

No entanto, veio a descobrir-se que as possibilidades de aplicação da ciência ao desporto nem sequer haviam sido utilizadas em pleno por Shavakadze.

Um estudo rigoroso demonstraria que ele usou deficientemente os músculos das ancas, que constituem uma das "pedras" essenciais na disciplina.

Registe-se que Robert Shavakadze tinha 27 anos quando começou a treinar, especialmente, esses músculos e com 30 anos (a idade com que, de um modo geral, os saltadores abandonam a competição) superou o seu próprio recorde.

São as previsões desportivas um tema pouco "seguro", mas pode assegurar-se que os recordes mundiais pertencerão, sempre, não só aos mais dotados fisicamente como aos mais inteligentes, àqueles que possuam um conhecimento global do seu organismo e que saibam controlá-lo.

Os rècordes representam um indicador muito curioso do grau de conhecimento que o Homem possui de si próprio, das suas potencialidades, das suas reservas.

A década de 80 vai ser pobre em recordes?

"Como será o atletismo, a nível mundial, na década de 80?". As previsões já elaboradas não são muito positivas. Na opinião de reputados especialistas, os anos 80 vão ser pobres em recordes.

Para se chegar a esta conclusão analisaram-se dados estatísticos: de 1930 a 39, superaram-se 108 máximos mundiais (96 masculinos e 12 femininos); de 1950 a 59, 197 (121 e 76); de 1960 a 69, 251 (156 e 95). Como se verifica, houve uma evolução nítida e regular.

Na década de 70, porém, registou-se um retrocesso: 214 recordes (96 masculinos e 118 femininos). Os estudiosos do fenómeno crêem que tal retrocesso se agudizará durante os anos 80, esclarecendo que estabelecer novos máximos será cada vez mais raro.

Mais alto? Mais forte? Mais rápido?

As surpresas começaram na Primavera de 1980: em 23 de Abril, o lançador de dardo húngaro Ferenc Paragi atirou o engenho a 96,72 metros; cinco dias volvidos, a bicampeã olímpica Ruth Fuchs, da RDA, fez 69,96; depois, bateram-se treze recordes em Maio, sete em Junho e oito em Julho.

Mas, enquanto os atletas europeus desenvolviam uma ofensiva pré-olímpica em todas as frentes, os seus companheiros norte-americanos permaneciam na sombra. No ano passado, os representantes dos EUA só conseguiram superar um único máximo mundial: Edwin Moses, nos 400 metros-barreiras, com 47,13 segundos.

Nas vésperas dos Jogos Olímpicos de Moscovo, a revista norte-americana "Track & Field News" escrevia: "Hoje em dia, o atletismo tem o seu epicentro na Europa. O atletismo dos EUA sofreu um colapso. Mesmo que os atletas norte-americanos pudessm competir em Moscovo, não seriam muitas as suas vitórias".

Depois da Olimpíada-80, apenas dois novos recordes mundiais foram estabelecidos: a soviética Tatiana Kazankina, nos 1500 metros, com 3.52,5, e o britânico Steve Ovett, na mesma distância, com 3.31,4.

Mais alto? Mais forte? Mais rápido? Até quando?

Que futuro?

Quem são os novos heróis do atletismo mundial, nos quais os especialistas depositam esperanças? Que pode esperar-se, realmente, da década de 80? Que futuro?

A idade média dos campeões nos Jogos Olímpicos de Moscovo é de 24,4 anos e um pouco mais, a das campeãs, 24,7. Como se vê, a maioria dos líderes do atletismo mundial, é constituída por desportistas muito jovens, o que permite acalentar algumas esperanças de que, pelo menos nestes primeiros anos da década, a queda de recordes não seja assim tão fraca.

Nas disciplinas de "sprint", em femininos, os 11 segundos nos 100 metros e os 22 nos 200 serão tempos acessíveis para muitas atletas. A curto prazo, é muito possível que se atinjam os resultados de 10,75 e 21,65, respectivamente. M. Gohr, M. Koch e B. Wockel, todas da RDA, são as principais candidatas à realização desses novos tempos. Em masculinos, cairão finalmente os máximos dos 100 e dos 200 metros, estabelecidos há doze anos.

Em "meio-fundo", é evidente a supremacia dos britânicos, em masculinos, e das soviéticas, em femininos. Em 1981, os 800 metros bem poderão baixar do 1,42 e 1,53, e os 1500 metros de 3,30 e 3,51, em masculinos e femininos, repectivamente. Coe, Ovett, Olizarenko e Kazankina não esgotaram, ainda, todas as suas reservas.

Em "fundo", o ano olímpico não proporcionou recordes. Os objectivos mais próximos a alcançar serão os 13 minutos nos 5000 metros e os 27,10 nos 10 000. As grandes distâncias, incluindo a maratona (42,195 metros), são agora propícias a que as mulheres estabeleçam novos recordes.

Em "barreiras", os líderes são os norte-americanos. R. Nehemiah e E. Moses; eles próprios afirmam que desejam fazer os 110 metros em 12,90 segundos e os 400 em 42. O máximo mundial feminino foi estabelecido no ano passado, pela polaca G. Rabsztyn, com 12,36, mas ela pensa estar em condições de, em breve, poder vir a melhorá-lo. Ainda em femininos, os 400 metros baixarão, nos próximos tempos, seguramente, dos 54 segundos.

Em "saltos", o maior número de recordes de todas as disciplinas do atletismo. Os próximos objectivos: altura, 2,40 (masculinos) e 2,05 (femininos); em comprimento, 7,20, e com vara, 5,58 (ambos femininos); no triplo, o máximo do brasileiro Oliveira também poderá ser melhorado.

Em "lançamentos", podem esperar-se igualmente boas marcas.

Aguardemos o que o futuro nos reserva.

Países socialistas

Em Leipzig (RDA) a Feira de Outono

É já entre 6 e 12 de Setembro próximo que se realiza em Leipzig, na RDA, a tradicional Feira de Outono, manifestação económica internacional de sólido prestígio em todo o mundo.

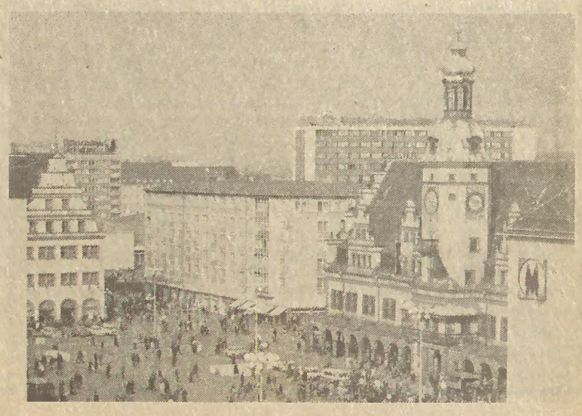
Os organizadores do certame esperam para este ano cerca de seis mil expositores provenientes de cinquenta países, e visitantes de cem países.

O essencial da Feira reside na exposição de bens de investimento e de consumo de alta qualidade, os quais ocuparão uma área de 290 mil metros quadrados.

Como nos outros anos, a principal característica da Feira será o seu largo âmbito internacional, a sua abertura ao mundo, de tal modo que, também como sempre, se pode desde já dizer que a Feira deste ano será um forte contributo para o alargamento do comércio e a colaboração económica à escala mundial.

Os países capitalistas desenvolvidos terão uma forte representação. De 22 deles, da Europa e de outros continentes, virão 1500 expositores.

Também mais uma vez, os visitantes de Leipzig por ocasião da Feira terão à sua disposição um vasto e variado programa cultural, abrangendo cerca de cem manifestações de vário tipo, incluindo ópera, teatro, música, cinema, etc.



Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

«Nova ordem económica internacional»

Que significa? Quem está contra? Quem está a favor?

A expressão «nova ordem económica internacional» foi lançada em 1974, na VI sessão especial da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York. Convocada por iniciativa dos países em vias de desenvolvimento, ela foi inteiramente consagrada aos problemas socioeconómicos e às relações económicas internacionais. Em nome do «grupo dos 77»(1), os países em vias de desenvolvimento apresentaram então colectivamente dois documentos: a «Declaração sobre a instauração de uma nova ordem económica internacional« e, como plano de concretização desta Declaração, um «Programa de acção para a instauração de uma nova ordem económica internacional»,

1. A necessidade de reestruturar as relações económicas internacionais

Segundo estes documentos, os traços integrantes da nova ordem económica internacional são: igualdade soberana dos Estados e autodeterminação de todos os povos; liberdade de escolha, por eles, do seu sistema económico e social; inadmissibilidade de tomada de territórios pela via da força; a integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados. Deve-se citar, ainda, uma vasta cooperação internacional com base equitativa e a igualdade absoluta de todas as partes em tudo o que diz respeito à solução dos problemas económicos mundiais, levando em consideração as necessidades específicas dos países em vias de desenvolvimento e, sobretudo, dos países «menos evoluídos»(2), bem como uma cooperação económica mútua dos países em vias de desenvolvimento cujo programa foi mais tarde elaborado sob a forma de uma chamada «autarcia colectiva« («coletive self-reliance«).

A Declaração de 1974 proclamou a soberania completa e inalienável de todos os países sobre os seus recursos naturais e a sua economia nacional, nomeadamente, o seu direito à nacionalização e à regularização da actividade das multinacionais, bem como o direito dos povos que estiveram sob o jugo colonial a controlarem os seus recursos naturais e a serem indemnizados plenamente pelas pilhagens de que foram alvo (o documento precisava que esses povos têm direito a contar com assistência externa).

As vias concretas essenciais para a materialização dos referidos princípios são: no comércio internacional — estabelecimento de preços justos e estabilização das receitas provenientes das exportações dos países em vias de desenvolvimento, quer dizer, estabelecimento de uma relação entre o preço das importações e exportações de forma a não lesar os seus interesses nacionais e a impedir que as potências evoluídas enriqueçam à sua custa. No domínio dos pagamentos internacionais, reforma do sistema monetário, levando em atenção as particularidades e os interesses dos países em vias de desenvolvimento e que lhes permita participar na direcção desse sistema. No domínio das outras formas de relações económicas internacionais, o alargamento da envergadura e a liberalização das modalidades de contribuição para o desenvolvimento, a redução do preço da transferência de tecnologias e a sua subtracção aos abusos cometidos pelas multinacionais, a elaboração de um sistema de «segurança em matéria de alimentação», e uma série de outras propostas.

O programa de uma nova ordem económica internacional traduz a necessidade objectiva de refazer a estrutura económica mundial estabelecida no período colonial. Mais de metade da população do globo vive em países em vias de desenvolvimento, que são a maioria dos países do mundo. Mas são atingidos pela desigualdade no seio da economia mundial, são explorados por um pequeno número de potências industriais do Ocidente e pelas multinacionais. Isto tem por efeito a exacerbação dos problemas económicos e sociais já penosos dos países em vias de desenvolvimento, que se vêem assim impedidos de desenvolver a sua independência, ao mesmo tempo que se aprofunda o fosso que os separa dos seus antigos patrões coloniais.

É justamente nos países em vias de desenvolvimento que se concentra a grande massa de desempregados, quase 450 milhões actualmente (desemprego parcial e total, segundo dados da OIT), de analfabetos (mais de 800 milhões), de famintos (cerca de 1 bilião de subalimentados) e de pobres (800 milhões de habitantes dos países em vias de desenvolvimento não têm registo de qualquer propriedade).

A apresentação do programa da nova ordem económica internacional traduz a coesão dos países em vias de desenvolvimento, assente na comunidade da sua situação desigual a título de parte explorada da economia capitalista mundial, coesão que permitiu uma acção comum tendente a reestruturar as relações económicas internacionais, apesar dos conflitos militares e políticos que rebentam, de tempos em tempos, entre certos países.

Todavia, assistimos à intensificação, nos últimos tempos, do processo de diferenciação dos países em vias de desenvolvimento e ao aumento da desigualdade do seu desenvolvimento económico. Vários grupos desses países conceberam interesses económicos específicos. Isto mina a unidade do mundo em vias de desenvolvimento e enfraquece a luta pela realização de uma nova ordem económica internacional.

2. Problemas-chave

● **Questão das matérias-primas.** A exportação de matérias-primas fornece a certos países em vias de desenvolvimento até 90% das suas receitas em divisas. A situação económica, as possibilidades do desenvolvimento e as condições de vida da população de numerosos países em vias de desenvolvimento depende, portanto, do volume das exportações de matérias-primas e das flutuações dos preços no mercado mundial.

Ao mesmo tempo, o volume das compras de matérias-primas pelos países ocidentais e o preço dessas matérias acusaram acentuadas flutuações. Por exemplo, no espaço de um só ano, o preço do cobre oscilou entre 4500 dólares e 1200 dólares a tonelada. Existe, além disso, uma margem entre o preço das mercadorias exportadas e importadas pelos países em vias de desenvolvimento. Esta margem, dita «modalidades de comércio», cresce continuamente em detrimento dos últimos. Foi calculado que as modalidades de comércio se agravam em média 2% ao ano para esses países, agravamento que vai até 5% para alguns. As riquezas naturais de que dispõem os países em vias de desenvolvimento são uma base importante capaz de facilitar o seu progresso económico. Todavia, nos últimos tempos, os ideólogos das multinacionais puseram a circular a concepção da «herança universal» segundo a qual as fontes das matérias-primas situadas nos territórios dos países em vias de desenvolvimento deveriam ser consideradas herança universal da humanidade ao alcance de todo o mundo, em primeiro lugar, das multinacionais, e não como propriedade exclusiva dos Estados em cujo território se encontra.

Depois de uma discussão prolongada e uma luta aguda, a Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento, cuja 5.ª sessão decorreu em Manila, em 1979, aprovou a criação, a partir de 1981, de um Fundo Comum para o financiamento das reservas «amortecedoras»(3), dos principais tipos de matérias primas(4). Mas isto não significa, no entanto, que os interesses dos países em vias de desenvolvimento tenham encontrado a sua expressão adequada. Muito dependerá da importância do Fundo Comum (por enquanto, os meios de que disporá não ultrapassam o 1% do tráfico comercial total das matérias-primas, o que limita o eventual efeito sobre o mercado mundial), bem como do carácter da sua actividade. Não se pode admitir que a direcção desse Fundo esteja nas mãos das multinacionais, e que a sua actividade se processe em detrimento dos interesses legítimos dos países em vias de desenvolvimento. Não se pode aceitar, igualmente, que esse Fundo consagre o papel dos países em vias de desenvolvimento como fornecedores de matérias-primas: aqueles devem organizar a tranformação das matérias-primas nos seus países e alargar a exportação de produtos tratados. Contudo, o Ocidente cria sérios obstáculos a tal orientação. Deste modo, os países em vias de desenvolvimento podem exportar arroz não refinado para a América do Norte e para a Europa Ocidental sem pagar direitos, enquanto que para o arroz refinado esses direitos são de 13-15%. A madeira em toros está isenta de direitos enquanto os direitos para a madeira serrada sofreram recentemente um aumento de 7 para 14%. É notório, contudo, que as perdas nas expotações de matérias transformadas são particularmente acentuadas. A política do Ocidente entrava, pois, o esforço dos países em vias de desenvolvimento visando utilizar as suas matérias-primas para o fomento da indústria nacional.

● **Industrialização.** As questões relativas à industrialização ocupam um lugar importante no programa da nova ordem económica internacional. Actualmente, a parte dos países em vias de desenvolvimento na indústria mundial não ultrapassa os 10%. Ora, propõe-se elevá-la para 25% até ao ano 2000. No entanto, os países em vias de desenvolvimento enfrentam sérias dificuldades na industrialização levantadas pelos Estados ocidentais e as multinacionais.

Em primeiro lugar, os países ocidentais multiplicam os direitos de entrada e as restrições extra tarifas sobre a importação dos artigos industriais dos países em vias de desenvolvimento(5).

Estes últimos exigem que lhes sejam concedidos regimes preferenciais, isto é, tarifas aduaneiras vantajosas(6).

Os países ocidentais utilizam o sistema aduaneiro como um instrumento da sua política neocolonialista, e como um meio para cindir os países em vias de desenvolvimento. Assim, nos termos da segunda convenção de Lomé, assinada nos fins de 1979 pela CEE com 58 países em vias de desenvolvimento da África, da bacia das Caraíbas e do Pacífico, estes países adquiriram certos privilégios, preferências aduaneiras que não são aplicadas aos outros países em vias de desenvolvimento, inclusive, aos que dependem muito particularmente da exportação de artigos industriais.

Cumprindo as decisões da 1.ª sessão da Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento, realizada em Genebra, em 1964, a União Soviética suprimiu, a partir dos princípios de 1965, todos os direitos de entrada sobre os artigos importados dos Estados em vias de desenvolvimento, designadamente os artigos industriais.

Em segundo lugar, as multinacionais interferem activamente, nos últimos tempos, na industrialização dos países em vias de desenvolvimento procurando controlá-la, fazendo dela uma nova esfera extremamente vantajosa, utilizando o território desses países como uma cabeça de ponte da sua própria economia, bem como os recursos de mão-de-obra desses Estados como uma fonte de dividendos em permanente ascenção. A transferência de indústrias dos países ocidentais para os países em vias de desenvolvimento oferece apenas uma aparência de industrialização, quando praticada pelas multinacionais.

● **Transferências de tecnologias e de multinacionais.** As multinacionais utilizam o seu monopólio da ciência e da tecnologia no mundo capitalista como um meio de exploração particularmente engenhoso e camuflado dos países em vias de desenvolvimento, como uma base material da dependência tecnológica, uma nova forma de dependência dos povos libertados.

Os países em vias de desenvolvimento que têm necessidade de tecnologias modernas têm que pagá-las a tarifas e a preços excessivamente elevados. Os gastos suplementares foram avaliados em 9-12 biliões por ano, com tendência para aumentar.

Deste modo, a tranferência de tecnologia para os países em vias de desenvolvimento figura num capítulo especial no programa da nova ordem económica internacional. Foi elaborado um projecto do «Código de Atitude para com a Transferência de Tecnologia». Este projecto proíbe as práticas restritivas (por exemplo, os artigos de acordos de transferência de tecnologias poíbem aos países em vias de desenvolvimento que compram as tecnologias em questão, de produzir para exportação, de efectuarem alterações ou de utilizá-las com fins não previstos no acordo, quer dizer, restrições que privam de facto esses países de dispor livremente no seu interesse das tecnologias adquiridas); este projecto também prevê a renúncia às transferências de tecnologia sob a forma chamada de «pacote» em que a técnica e a tecnologia se apresentam como partes de um só mercado que compreende, também, outros elementos, nomeadamente, fornecimentos de mercadorias e materiais, serviços relativos à gestão da empresa, etc. O Código encerra, ainda, os critérios e a definição dos preços «justos» de tecnologias, e muitas outras coisas.

Durante muitos anos, as multinacionais e os governos ocidentais opuseram-se à eleboração desse Código. Hoje, quando o projecto está pronto, procurando evitar que seja lesada o menos possível a liberdade de acção das multinacionais, teimam em não reconhecer o carácter jurídico obrigatório do Código e esforçam-se por limitar o domínio da sua aplicação, reduzindo-o a simples recomendações.

Esta política ocidental nas questões relativas à transferência de tecnologia é uma causa importante do insucesso da realização do programa da nova ordem económica internacional.

● **«Segurança alimentar».** A longa dominação colonial comprometeu a capacidade de numerosos países da Ásia à autarcia alimentar. Apesar dos notáveis progressos no domínio da produção agrícola, muitos países aumentam sistematicamente as suas importações de géneros alimentares, sobretudo, os países menos evoluídos. Em 1960, essas importações ascenderam a 20 milhões de toneladas, em 1970 a 50 milhões e em 1979 a 80 milhões, podendo aumentar em 1990 até 145 milhões de toneladas.

A fome e a subalimentação nos países em vias de desenvolvimento agravam-se: só em 1978, mais de 12 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade sucumbiram à fome.

Este agravamento da situação alimentar no mundo em vias de desenvolvimento encerra graves consequências. Ela cria grandes dificuldades suplementares ao desenvolvimento económico, pois que obriga os países em vias de desenvolvimento a dispender as poucas divisas de que dispõem não na importação de equipamentos para a indústria nacional, mas em géneros alimentares, ou, então, aumenta consideravelmente o seu endividamento, o que implica igualmente despesas não-produtivas de divisas. Além disso, serve de base material à política de «chantagem pela fome« praticada pelas potências ocidentais, sobretudo pelos EUA: os fornecimentos de trigo são executados não contra apenas o reembolso em espécies, mas ainda contra concessões em termos de política interna e externa, por vezes contra o aceitamento da presença militar americana na região em questão, a concessão de bases militares, o apoio a acções agressivas, ou, ainda, contra a concessão de um regime favorável às multinacionais.

Tal como foram formuladas agora no programa da nova ordem económica internacional, as questões da «segurança alimentar» apresentam o cunho da influência americana. Os países em vias de desenvolvimento foram obrigados a aceitar o plano americano como uma plataforma: a criação de um fundo internacional de desenvolvimento agrícola com um capital inicial de 1 bilião de dólares e a instituição de um sistema internacional de segurança alimentar através da acumulação de *stocks* de trigo de, pelo menos, 30 milhões de toneladas. As principais malhas deste sistema estão praticamente sob o controlo dos EUA, o que dará a estes possibilidades suplementares para pôr em prática a política de «chantagem pela fome». Em vez de uma efectiva «segurança alimentar», assiste-se à formação de um sistema de «diktat» alimentar imposto pelos EUA.

O plano americano não prevê subvenções aos países em vias de desenvolvimento que lhes permitam alcançar a auto-suficiência no plano alimentar, o que necessitaria de: primeiro, radicais transformações agrárias que liquidassem não apenas as formas arcaicas de propriedade e emprego da terra, mas também libertem da exploração os próprios agricultores e que abrissem um vasto campo à utilização dos progressos da ciência e da técnica na agricultura; segundo, a segurança dos países em vias de desenvolvimento, a sua protecção contra os ataques armados são a causa essencial da penúria, da perda das colheitas, da destruição das forças produtivas da agricultura.

● **Problema das dívidas externas.** Ainda que a maior parte dos países em vias de desenvolvimento sejam jovens, estão já cravados de dívidas para com as potências ocidentais e as organizações financeiras internacionais dominadas por representantes do Ocidente.

Em 1960, o endividamento dos países em vias de desenvolvimento situava-se nos 70 biliões de dólares, no princípio de 1970 elevara-se para 180 biliões, tendo ultrapassado os 400 biliões de dólares em 1980. Os ritmos desta progressão são mais rápidos para os países que têm possibilidades limitadas de amortização das dívidas.

Consequentemente, crescem as despesas dos países em vias de desenvolvimento com os pagamentos dos juros anuais e a restituição dos consequentes empréstimos. Estas despesas não-produtivas absorvem uma parte cada vez maior das suas receitas de divisas provenientes da exportação, diminuindo ainda mais os fundos de acumulação e o volume dos meios aplicados no fomento económico nacional. Os novos créditos são solicitados cada vez com mais frequência apenas para amortizar os encargos decorrentes dos empréstimos anteriores.

O programa da nova ordem económica internacional prevê a redução da dívida externa dos países menos evoluídos que não estejam em condições nõo só de regular as dívidas como de pagar os juros; para outros Estados, prevê a suavização das amortizações, a redução das taxas de juros e outras vantagens.

No entanto, estas medidas não constituem uma solução radical para o problema do endividamento dos países em vias de desenvolvimento. Enquanto a sua dependência económica for mantida, são obrigados a pagar preços demasiado elevados pelas tecnologias e a comprar víveres a uma escala crescente. No entanto, a causa principal do endividamento progressivo desses Estados é a sua participação cada vez mais larga na corrida aos armamentos. Ao mesmo tempo que multiplicam os armamentos e aumentam as compras de armas ao Ocidente, as suas dívidas não deixarão de avolumar-se. A solução do problema do endividamento, assim como de muitos outros problemas económicos dos países em vias de desenvolvimento, está, pois, estreitamente ligada à reestruturação de todo o seu sistema socioeconómico, à alteração da situação política no mundo inteiro, ao fim da corrida aos armamentos e ao desarmamento.

A União Soviética avançou, na ONU, uma proposta de redução substancial das despesas militares, de 10% para começar, a fim que parte dos meios assim libertados fosse utilizada no desenvolvimento dos países da África, Ásia e América Latina. O novo orçamento da URSS prevê uma redução das despesas militares.

Entretanto, os Estados em vias de desenvolvimento vão à frente quanto ao ritmo de crescimento das suas despesas militares. Nos últimos 15 anos, as despesas militares no mundo triplicaram, enquanto que nos países em vias de desenvolvimento sextuplicaram. O primeiro mês de guerra entre o Irão e o Iraque causou um desgaste económico, só a estes dois países, de 9 biliões de dólares, soma equivalente ao conjunto da assistência a todos os países em vias de desenvolvimento concedida durante um ano.

O total de todas as despesas militares no mundo durante a metade de um dia bastaria para liquidar completamente o paludismo que afecta centenas de milhões de habitantes nos países em vias de desenvolvimento. 0,5% das despesas militares anuais à escala global seriam suficientes para pagar o material agrícola necessário para aumentar a produção de víveres ao ponto de os países carecidos de géneros alcançarem autonomia alimentar antes de 1990.

● **«Autarcia colectiva...».** O programa da nova ordem económica internacional reserva um lugar de destaque à extensão da cooperação económica entre os Estados em vias de desenvolvimento com base na concepção da «autarcia colectiva». A Conferência dos chefes de Estados e de governos dos Não-Alinhados, realizada em Havana, em 1979, ofereceu a esta concepção tanta consideração como a todos os outros princípios da nova ordem económica internacional. Isto explica-se pelo facto de a «autarcia colectiva» ser considerada como um meio de oposição à política neocolonialista das potências ocidentais e das multinacionais, como um instrumento que permite alcançar a independência económica face ao Ocidente, independência que nenhum país em vias de desenvolvimento conseguirá obter sozinho.

A resolução correspondente da Conferência de Havana aponta a criação de um Fundo de Desenvolvimento Económico de Solidariedade, a elaboração de um mecanismo de projectos de desenvolvimentos conjuntos, a fundação de um conselho de associações dos países em vias de desenvolvimento, de produtores e exportadores de matérias-primas, a criação de um centro de informação de não-alinhamento para as multinacionais, e outros órgãos colectivos. O programa de acção em matéria de «autarcia colectiva», aprovado em Havana, indica uma vintena de domínios concretos do desenvolvimento económico e social que devem ser campo de cooperação e da integração económica.

Os países ocidentais, bem como as multinacionais, empreendem acções enérgicas também contra o programa da «autarcia colectiva». Os seus esforços visam dividir o mundo em vias de desenvolvimento praticar uma política selectiva, e discriminatória, a fim de comprometer a unidade desses países em luta por uma nova ordem económica internacional e debilitar a sua resistência face ao inimigo comum.

Nestes últimos tempos, as potência ocidentais, desejosas de cindir o mundo em vias de desenvolvimento, recrutam energicamente aliados entre os países em vias de desenvolvimento, nomeadamente, nos países da Ásia. Elas apoiam igualmente os movimentos separatistas em muitos países, encorajando a formação de grupos de países asiáticos a fim de estabelecerem, com esses grupos, «relações particulares» e opô-los ao resto do mundo em vias de desenvolvimento. Elas apoiam em vários países as forças reaccionárias antigovernamentais, provocando conflitos políticos e desequilibrando a estabilidade económica. Por vezes, não hesitam em organizar uma intervenção directa armada nos assuntos internos dos países asiáticos, ameaçando estes com uma interveção militar não dissimulada.

Resultado: em vez de reforço da cooperação económica entre os Estados da Ásia, conforme estipulam os princípios da «Autarcia colectiva», assiste-se ao aumento da tensão nas regiões chave do continente asiático, à explosão de conflito militares, observando-se também que as fronteiras dividem cada vez mais os povos cujos interesses vitais exigem a aproximação e a cooperação.

3. Recrudesce a luta pela reestruturação das relações económicas internacionais.

Ripostando à tenacidade com que os países ocidentais e as multinacionais se opõem à realização de uma nova ordem económica internacional, os países em vias de desenvolvimento procuram constantemente novas formas de negociações, na esperança de encontrar soluções mutuamente aceitáveis para os problemas cruciais.

O diálogo «Norte-Sul» que se prolongou durante dois anos e meio, com a participação de um pequeno número de países em vias de desenvolvimento, apenas adiou essas soluções. O diálogo terminou praticamente com a derrota dos países em vias de desenvolvimento. Durante essas conversações, o Ocidente conseguiu «abrir a válvula de segurança», substituindo as decisões reais por discussões intermináveis sobre aspectos técnicos secundários de diferentes problemas, em conferências «fechadas a oito chaves» e de reduzida participação.

No entanto, os países em vias de desenvolvimento teriam preferido amplas discussões abertas no quadro da ONU e das suas comissões especiais, em que esses países disporiam da maioria de votos e beneficiariam do apoio da comunidade socialista e das simpatias da opinião progressista mundial.

Em 1980, durante a preparação e a discussão da estratégia do desenvolvimento económico para o III decénio (anos 80), os países em vias de desenvolvimento avançaram a nova ordem económica internacional como base de sua estratégia. Para a traduzir em actos propuseram o início de «conversações globais», cujo fim seria tomar decisões concretas e eficazes sobre as questões principais da reestruturação das relações económicas internacionais.

A sessão especial da ONU para os problemas económicos (Agosto – Setembro 1980) foi palco de uma luta aguda entre os países em vias de desenvolvimento e os países ocidentais a respeito das principais questões da reestruturação das relações económicas.

Os delegados dos países ocidentais à sessão especial da Assembleia Geral da ONU pronunciaram-se abertamente contra qualquer alteração substancial das relações económicas internacionais. Teimaram em rejeitar as legítimas exigências dos países em vias de desenvolvimento, tendo apenas concordado com modificações pouco importantes do sistema actual das relações monetárias, do comércio mundial, da transferência de tecnologia, etc., a fim de que essas modificações corroborem para o reforço do presente sistema de exploração neocolonialista.

Eles esforçaram-se por responsabilizar pelo agravamento das dificuldades económicas dos países em vias de desenvolvimento não as multinacionais nem os que beneficiam de lucros fabulosos provenientes da exploração da mão-de-obra e da utilização dos recursos naturais daqueles países, mas os países produtores de petróleo que elevam o preço deste produto.

O Ocidente procurou opor esses países a todos os outros Estados em vias de desenvolvimento e atrair os países que importam petróleo para o campo dos adversários da OPEP, tentando assim dividir o mundo em vias de desenvolvimento.

Na sessão especial da ONU, o governo dos Estados Unidos tomou uma nova decisão discriminatória elevando as taxas dos artigos importados da Índia. Não foi por acaso que este país foi escolhido como objecto de uma "punição exemplar", a Índia esteve à cabeça do "grupo dos 77" e desempenha um papel particularmente activo na elaboração dos princípios da posição dos Estados em vias de desenvolvimento na questão da reestruturação das relações económicas internacionais.

As potências ocidentais que conduzem tal política são responsáveis pelo permanente declínio da parte dos países em vias de desenvolvimento no comércio mundial, de 30%, nos meados dos anos 60, para 15%, actualmente.

Os países ocidentais rejeitaram, ainda, todas as tentativas dos países em vias de desenvolvimento para acabar com o domínio incontrolado das multinacionais sobre as duas economias. Segundo cálculos dos peritos do Centro da ONU para as Multinacionais, se nada se modificar na política destas últimas, de aqui até ao fim da década elas controlarão já mais de 40% da produção de todos os países fora do mundo socialista.

Durante aquela sessão, o Ocidente reafirmou o princípio inabalável do regime capitalista: a plenitude do poder e do direito da tomada de decisões deve pertencer a quem possui dinheiro, capital e as principais riquezas. Segundo os dirigentes ocidentais, são os credores que devem governar o mundo. O delegado do Japão na ONU, M. Nishibori, expressou esta ideia de maneira bastante cínica, ao recusar categoricamente, naquela sessão, "**as pretensões dos devedores a dirigir a banca**".

As potências ocidentais boicotaram, praticamente, naquela sessão especial, a nova ordem económica internacional, tendo impedido a aprovação de todas as decisões eficazes. Elas mostraram-se definitivamente inimigas da reestruturação das relações económicas internacionais.

As novas iniciativas dos países socialistas, que divulgaram uma declaração conjunta, suscitaram grande ressonância internacional, contrastando vivamente com a posição obstrucionista do Ocidente na sessão especial da Assembleia Geral. Nessa declaração, os países da comunidade socialista apoiaram a justa luta dos países em vias de desenvolvimento pela reestruturação radical das relações económicas internacionais. Com o apoio de factos reais, demonstraram a contribuição dos Estados socialistas para a realização dos objectivos do desenvolvimento mundial.

Enquanto que as multinacionais se opõem à nacionalização da economia nos países em vias de desenvolvimento, os Estados socialistas, muito pelo contrário, contribuem, sobretudo, através da cooperação económica com esses países, para o desenvolvimento e o reforço dos sectores público e cooperativo da sua economia nacional.

As empresas criadas nos países em vias de desenvolvimento pelas multinacionais são enclaves pouco ligados ao resto da economia desses países e, algumas, não servem de plataforma para o seu desenvolvimento independente. Quanto aos Estados socialistas, eles contribuem principalmente para a criação de ramos base da economia nacional, designadamente, para os ramos base da indústria de transformação, graças à qual os países em vias de desenvolvimento podem avançar pela via da independência económica.

Enquanto que as multinacionais proliferam nos países em vias de desenvolvimento, todas as empresas construídas com a assistência dos Estados socialistas são bem propriedade nacional desses países. Graças à assistência dos países socialistas, nos países em vias de desenvolvimento foram construídos ou estão em fase de construção ou de projecção 4500 unidades económicas de grande importância, que pertencem (ou virão a pertencer, depois de terminadas) aos Estados em cujo território se encontram.

Os países socialistas auxiliam os países da Ásia, África e América Latina a formar quadros nacionais altamente qualificados, excluindo totalmente a "fuga de cérebros" desses Estados para os países socialistas.

Estes últimos praticam uma política idêntica face a todos os países em vias de desenvolvimento, as suas relações são isentas de qualquer discriminação, não sendo condicionadas por exigências de ordem política ou outras.

Por outras palavras, a prática demonstrou já que as relações económicas entre os Estados socialistas e os países em vias de desenvolvimento encarnam, no fundo, os princípios essenciais da nova ordem económica internacional, contra os quais as potências ocidentais e as multinacionais prosseguem uma luta obstinada. Trata-se dos princípios da igualdade absoluta, vantagens mútuas, não ingerência nos assuntos internos, ausência de discriminação, respeito pela soberania, e promoção, por todos os meios, da cooperação entre todos os países, independentemente do seu regime social.

Na sua luta por uma nova ordem económica internacional, os países em vias de desenvolvimento têm a seu lado um aliado seguro: os países socialistas. O obstáculo principal na materialização dessa ordem está na teimosia com que o Ocidente batalha pela conservação dos seus privilégios, não admitindo a liquidação do antigo sistema de relações económicas internacionais criado pelos colonialistas a fim de explorarem a seu bel-prazer os povos da Ásia, África e América Latina.

---

(1) Na primeira sessão da Conferência da ONU para o comércio e o desenvolvimento (CNUCED), realizada em Genebra, em 1964, tomaram parte 77 países em vias de desenvolvimento que formaram o seu grupo e ocuparam uma posição unânime em todas as questões da ordem do dia. Este "grupo dos 77" manteve-se como associação permanente dos países em vias de desenvolvimento. Hoje, reúne cerca de 120 países.

(2) Do número total de cerca de 120 países em vias de desenvolvimento, a ONU distingue 32 ditos "menos evoluídos". São os países de mais baixas receitas por habitante, e de mais baixo nível industrial e de alfabetização.

(3) Reservas destinadas para equilibrar os preços de matérias-primas.

(4) Foram consideradas as seguintes matérias-primas principais: – cobre, estanho, minério de ferro, manganês, madeira, fosfatos, borracha, algodão, juta, açúcar, café, chá e outras.

(5) Os diferentes direitos aduaneiros que se integram no sistema do proteccionismo aduaneiro têm o nome de restrições tarifárias, e os limites qualitativos sobre as mercadorias importadas (quotas) – exigências particulares à qualidade das mercadorias importadas ou obrigação de observar os padrões estritos, o que muitas das vezes levanta dificuldades à indústria dos jovens Estados, as proibições directas sobre a exportação e importação dos artigos industriais e alguns outros métodos da regulação do comércio externo chamam-se restrições não tarifárias.

(6) Os países industrialmente desenvolvidos têm que eliminar ou diminuir consideravelmente os direitos sobre a importação dos artigos industriais destes países (em vias de desenvolvimento), oferecendo-lhes ao mesmo tempo a liberdade de actuar no sentido de defesa aduaneira da sua jovem indústria.

SEMANA Internacional

22
Quarta-feira

Oito dias depois do início da greve dos controladores aéreos norte-americanos, encontra-se seriamente comprometido o tráfego da Europa para os EUA; a situação agrava-se com a posição de solidariedade dos «agulheiros do céu» de um número crescente de países, nomeadamente europeus, que se recusam a assistir voos de e para os Estados Unidos da América.■ Num tribunal de Madrid a acusação militar pede penas de 30 anos de prisão para dois generais e um coronel da Guarda Civil espanhola, acusados de tentar derrubar o Governo em Fevereiro, num golpe fascista.■ O ministro da Economia da Polónia, Janusz Obodowski, no decorrer duma reunião do CC do POUP, acusa o «Solidariedade» de estar a impedir que as iniciativas do governo para resolver a crise sejam postas em prática e funcionem.■ Um segundo grupo de franceses deixa o Irão, numa altura em que recrudescem os actos de violência em diversas cidades iranianas.■ O jornal soviético «Pravda» afirma que a decisão dos EUA de produzir a ogiva de neutrões é um passo calculado para o desencadeamento de uma guerra de destruição massiva usando armas convencionais, biológicas e nucleares.■ O ministro racista sul-africano da Defesa, Owen Hoewood, anuncia cortes drásticos no orçamento geral do Estado para 1982 e um aumento de 40% com os gastos militares.■ A junta de comandantes militares bolivianos que derrubou recentemente o general fascista Garcia Meza anuncia que permanecerá no poder «o tempo estritamente necessário» para assegurar a institucionalização dos poderes públicos na Bolívia.

13
Quinta-feira

Contra a bomba

Guerrilheiros nacionalistas sul-africanos do Congresso Nacional Africano (ANC) atacam durante a madrugada um dos maiores quarteis militares do país, nos arredores de Pretória, utilizando «rokets», acção que vem na sequência de outras que têm atingido pontos vitais e afectado zonas industrializadas■ A agência soviética TASS critica fortemente um discurso do secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, afirmando que Washington prosseguia uma linha de confrontação com Moscovo.■ Continuam em todo o mundo a surgir fortes protestos pela decisão da administração Reagan em produzir a bomba de neutrões.

14
Sexta-feira

Armamento apreendido

Um comunicado do ministério da Defesa angolano informa que o exército racista da África do Sul e mercenários ao seu serviço, apoiados por força aérea e blindados, continuam a invadir o território angolano.■ Stanislaw Kania, primeiro-secretário do POUP, e Wojciech Jaruselski, primeiro-ministro da Polónia, encontram-se na Crimeia com o presidente soviético Leónidas Brejnev.■ A URSS pede à assembleia geral da ONU que discuta a conclusão de um tratado sobre proibição de instalação no espaço cósmico de qualquer tipo de armas.■ O governo de Ronald Reagan está a receber protestos de organizações de consumidores, ecologistas e de mulheres pelos seus ataques aos regulamentos que dirigem uma série de sectores da vida norte-americana, dando mão livre aos grandes industriais.■ Um porta-voz da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional de El Salvador (FMLN) denuncia a utilização de armas químicas pelas forças da junta militar fascista do seu país nas zonas controladas pela guerrilha.

15
Sábado

No bairro de Toxteh, na cidade britânica de Liverpool, um forte contingente policial que «acompanhava» uma manifestação contra o desemprego, provoca graves confrontações, com dezenas de feridos.■ Na sequência do encontro de ontem dos dois mais altos dirigentes polacos com o presidente soviético Leónidas Brejnev na Crimeia, a URSS autoriza a Polónia a adiar o pagamento de dívidas até ao fim de 1985, num importante esforço para aliviar os problemas económicos daquele país.

16
Domingo

O primeiro-ministro sionista Menahem Begin anuncia o fim do embargo militar dos EUA a Israel.■ Um décimo militante do IRA, na Irlanda, aproxima-se da morte na sua luta de greve da fome pelo reconhecimento da condição de presos políticos aos patriotas irlandeses presos.■ Os guerrilheiros que lutam em El Salvador contra a Junta fascista lançam uma nova e importante ofensiva contra as tropas que apoiam a Junta, estando a avançar, com grandes efectivos, sobre a capital provincial de São Francisco de Gotera.■ Dois destacados religiosos iranianos são assassinados por elementos «antigovernamentais», segundo a agência iraniana.

17
Segunda-feira

Dresden

É noticiado na imprensa que o presidente dos EUA, Ronald Reagan, após se reunir com o secretário de Estado Alexander Haig, inicia uma «semana de decisões» em que serão definidos novos passos na corrida aos armamentos.■ Os dirigentes do Yemen Democrático, Etiópia e Líbia reúnem-se em Aden para debaterem a ofensiva imperialista na região.■ O PSOE revela em Madrid que iniciará nos primeiros dias de Setembro uma campanha contra a entrada da Espanha na NATO.■ Segundo uma sondagem efectuada pela rádio holandesa, apenas 14% dos holandeses estão de acordo com o estacionamento no seu país de mísseis nucleares de médio alcance.■ Os 140 membros do Comité Central do Conselho Mundial das Igrejas iniciam um encontro de dez dias em Dresden, na RDA, o primeiro que se realiza num país socialista desde há 25 anos.

18
Terça-feira

Pilotos e controladores aéreos norte-americanos mostram-se preocupados com a insegurança que presentemente se vive (e aumenta) no espaço aéreo dos EUA.■ O governo francês anuncia medidas de regularização da situação de emigrantes que trabalham em França ilegalmente desde antes de Janeiro de 1981.■ A tripulação que apresou há dias uma vedeta iraniana portadora de mísseis e adquirida à França, rende-se às autoridades francesas ao largo do porto francês de Marselha; o governo iraniano afirma que os raptores são «mercenários a soldo dos EUA», responsabilizando este país e Marrocos pelo acto de pirataria.

Efeméride da semana — A 12 de Agosto de 1962, os astronautas soviéticos Andrian Nikolaiev e Pavel Papovitch, pilotando respectivamente as naves «Vostok-3» e «Vostok-4», efectuam um voo conjunto, o primeiro em grupo na história da cosmonáutica.

Internacional

Aumentam os protestos contra a bomba de neutrões

● *Governo «AD» ainda não tomou posição*

As reacções à decisão do presidente norte-americano Ronald Reagan de dar início à construção e armazenagem da bomba de neutrões não se fizeram esperar. Principalmente na Europa, um dos alvos visados pela política belicista norte-americana, essas manifestações por parte da opinião pública têm crescido.

Exemplos disso, as manifestações recentemente efectuadas tanto em Estugarda, na República Federal Alemã, frente ao consulado norte-americano, como em Roterdão, na Holanda, onde milhares de pessoas desfilaram no centro da cidade, respondendo a um apelo da organização «Fim à Bomba de Neutrões» e do Conselho para a Paz Inter-Igrejas.

Ainda na Holanda, após esta manifestação, iniciou-se uma jornada com o mesmo objectivo. E barcaças transportando manifestantes começaram uma viagem de 11 dias através dos canais holandeses, procurando os manifestantes deste modo atingir 18 cidades para aí protestarem contra a bomba de neutrões e os mísseis de cruzeiro que os EUA pretendem concentrar na Europa.

Mas tão importante como estas manifestações populares que desde já prometem ganhar a amplitude das que na altura levaram Carter a desistir da ideia da construção da nova bomba foi a posição assumida pela União Soviética, que numa proposta realista para a manutenção da coexistência pacífica defendeu perante o governo norte-americano a assinatura de um tratado em que as duas partes desistissem da construção da bomba.

Por aqui se vê quais as forças realmente interessadas em defender a paz.

Por seu turno, a administração Reagan, animada pelo seu belicismo descarado, tem um conceito muito especial de como criar o clima de tensão entre os países socialistas e o imperialismo. Com efeito, procurando criar um palco de guerra na Europa Ocidental, os Estados Unidos têm em vista escapar numa primeira fase a uma retaliação que uma provocação bélica poderia criar.

Interessados em manter a sua integridade territorial, os norte-americanos não acharam nada de melhor do que exportar para a Europa a guerra que pretendem, mas não no seu próprio país. E deste modo todos os esforços são feitos para transformar os países da NATO em verdadeiros Estados-casernas. Impõem a instalação de mísseis atómicos, pretendem o reforço das verbas com as despesas militares desses países e, por último, anunciam a construção da bomba de neutrões, cujo armazenamento, não tardaria muito, passaria a ser feito nos países europeus cujos governos ponham acima dos interesses nacionais os interesses norte-americanos.

As populações europeias, a continuarem os esforços norte-americanos da corrida aos armamentos e a manterem-se as condições criadas por estes nos países da NATO, poderão vir a ser as primeiras vítimas de um holocausto desencadeado pelo aventureirismo norte-americano.

Uma vaga de manifestações contra a bomba de neutrões começa a desencadear-se por toda a parte, especialmente na Europa Ocidental que não quer ser a «barricada» das intenções bélicas do imperialismo norte-americano

Importa pois lutar com todas as forças para que amanhã não seja a véspera de um confronto que fará morrer milhões e milhões de pessoas.

E a paz não se defende com a construção de mais e mais moderno armamento. Muito embora esse argumento seja constantemente utilizado, é completamente falso, como se verificou, quando Hitler argumentou com a paz para rearmar a Alemanha nazi, e quando falou da defesa da pazjustificar a invasão da Checoslováquia e da Polónia.

Sempre que se fala da paz para aumentar o potencial bélico estão-se a dar passos para a guerra.

O CPPC contra a bomba

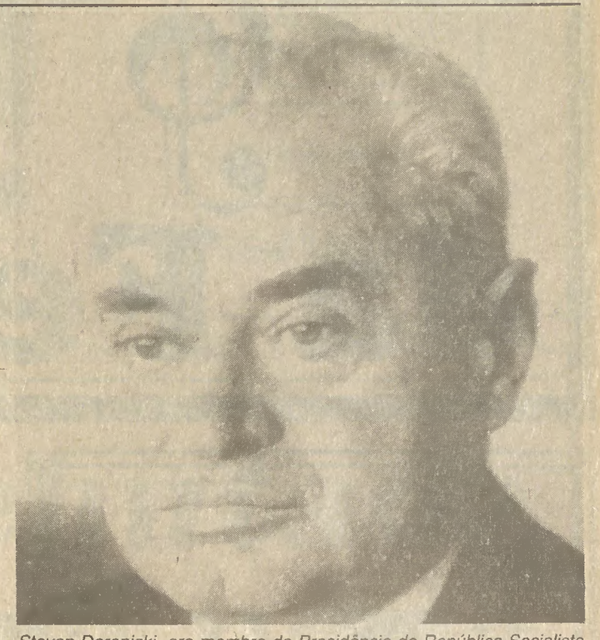
Por seu turno, o Conselho Português para a Paz e Cooperação junta a sua voz à de todos os cidadãos e organizações nacionais e internacionais, no protesto contra a decisão da administração Reagan de mandar construir a bomba da neutrões.

Um comunicado assinado pelo Secretariado Nacional do CPPC recorda que **já em Dezembro de 1977, o CPPC tornara pública uma declaração, que recolheu mais de cem mil assinaturas no nosso país, e que dizia: «um novo perigo ameaça a Humanidade e a paz: a decisão de produzir a bomba de neutrões, arma de destruição massiva, que aniquila os seres vivos pela radiação, deixando de pé cidades vazias».**

E mais adiante prossegue o comunicado: **Apresentada a bomba de neutrões como simples arma táctica e de efeitos menos gravosos que as outras armas nucleares as forças armadas de certas potências sentir-se-ão em condições de a usar como qualquer bomba convencional, assim baixando o limiar da guerra nuclear com o uso de todos os seus recursos e cujo teatro de operações será inevitavelmente a Europa onde vivemos.**

Não pode deixar de se assinalar o que representa de redobrado desprezo pela opinião pública mundial (incluindo a dos EUA) – que sempre se opôs vigorosamente à produção da bomba de neutrões – a escolha do aniversário do lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, para o anúncio de tal decisão.

A terminar e **associando-se à reprovação mundial** o comunicado do CPPC recorda que **as forças da paz do nosso país têm, perante decisão tão grave, um forte incentivo para novos esforços no sentido do alargamento e intensificação da sua acção, de múltiplas formas, para impedir a instalação da bomba de neutrões na Europa e contra a escalada nuclear e a corrida aos armamentos, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado. O Secretariado Nacional do CPPC reclama do Governo português que tome uma posição clara – como outros governos da Europa Ocidental e de países socialistas têm feito – contra esta decisão, em termos de interesse nacional e de defesa da paz.**


Stevan Doronjski, era membro da Presidência da República Socialista Federativa da Jugoslávia e da Presidência do CC da Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Faleceu o camarada Stevan Doronjski

● *Condolências do PCP*

Vítima de doença faleceu, na passada sexta-feira, o camarada Stevan Doronjski, membro da Presidência da República Socialista Federativa da Jugooslávia e da Presidência do Comité Central da Liga de Comunistas da Jugoslávia.

Nascido em 1919, em Krcedin, de nacionalidade sérvia, viria a aderir à União das Juventudes Comunistas da Jugoslávia, em 1937, e ao Partido Comunista da Jugoslávia dois anos mais tarde. Antes completara os seus estudos secundários em Sremski Karlovci e estudara medicina veterinária em Belgrado.

Após a ocupação fascista, participa na organização do levantamento popular nos arredores de Stara Pazova e, em Setembro de 1941, ocupa já o cargo de comissário político do destacamento de «partizans» do Danúbio.

Após a libertação e depois de ter desempenhado já diferentes cargos partidários tanto em Srem como em Vojvodina, o camarada Stevan Doronjski, para além das várias funções sociais responsáveis que assume, é igualmente Secretário de organização do Comité Central da União das Juventudes Comunistas da Jugoslávia, Secretário do Comité Provincial do Partido Comunista da Jugoslávia da Vojvodina, presidente da Assembleia da Província Autónoma da Vojvodina e vice-presidente do Conselho Executivo da República Socialista da Sérvia.

Foi igualmente membro do Comité Executivo do Comité Central da Liga de Comunistas da Sérvia, Secretário do Comité da Liga de Comunistas de Belgrado e Secretário do Comité Executivo do CC da Liga de Comunistas da Sérvia.

Nos VI, VII e VIII Congressos foi eleito para o Comité da Liga de Comunistas da Jugoslávia, ascendendo a membro da presidência da referida Liga no IX Congresso. Nos dois Congressos seguintes foi eleito membro da Presidência do Comité Central da Liga de Comunistas da Jugoslávia.

Em 1974, torna-se membro da Presidência da República Socialista Federativa da Jugoslávia, passando a assumir as funções de vice-presidente da Presidência da RSF da Jugoslávia, cargo que desempenhou desde Maio de 1977 até Maio do ano seguinte.

Viria a ocupar o lugar de Presidente da Presidência do CC da Liga de Comunistas da Jugoslávia desde Outubro de 1979 até e mesmo mês de 1980.

Entre as condecorações e medalhas, nacionais e estrangeiras, com que fora distinguido, contava-se a «Medalha dos Partizans de 1941».

Em nome do PCP e dos comunistas portugueses, o Secretariado do CC do PCP enviou ao CC da Liga dos Comunistas da Jugoslávia uma mensagem de «sentidas condolências».

Dia Nacional da Roménia

O povo romeno comemòra no próximo dia 23 de Agosto o seu Dia Nacional.

Esta data marcou o arranque final para a libertação do país da ocupação nazi. Desde 23 de Agosto de 1944 a 13 de Maio de 1945 o Exército romeno, lutando ao lado do Exército soviético, avançou numa onda de libertação desde o Mar Negro até ao planalto da Boémia na Checoslováquia.

Deste esforço levado a cabo por todo o povo romeno, tendo na vanguarda o Partido Comunista Romeno, nasceu a Roménia socialista, que passou de um país agrícola atrasado para uma industrialização crescente e avançada.

Hoje, a imagem da Roménia socialista nada tem a ver com a Roménia que existia antes da guerra. Grandes instalações fabris, avançadas explorações agrícolas, modernos e apetrechados bairros dão uma nova configuração ao país e ao seu povo.

Também no campo do ensino, da saúde e das regalias sociais muitos passos em frente foram dados, ajudando deste modo a transformar o país.

É tudo isto que o povo romeno comemora no próximo dia 23 e não apenas a libertação, sem a qual, é certo, esta nova situação não seria possível.

Aspectos do combinado petroquímico de Borzesti, onde se produz uma vasta gama de produtos, inclusive a borracha sintética.

O desemprego e a repressão instalam-se em Inglaterra

A violência regressou a Inglaterra. Na origem dos tumultos a difícil situação económica que o país atravessa, seguida de um desemprego galopante, sem que até agora o governo conservador de Margareth Thatcher tenha avançado medidas eficazes para minorar a situação e repor um aceitável nível de vida para as camadas laboriosas.

Liverpool, importante centro industrial britânico, foi novamente teatro de sérios confrontos no decorrer de uma manifestação autorizada. Segundo os promotores da manifestação os incidentes foram provocados pelos importantes efectivos policiais que seguiram os manifestantes e não os pouparam a provocações.

Os manifestantes exigiam empregos e melhores condições de vida – de recordar que a juventude é um dos sectores profundamente afectado pelo desemprego – e protestavam contra a «perseguição policial» que começa a fazer-se sentir indiscriminadamente.

O que se passa em Inglaterra é bem o exemplo do capitalismo perante a resolução dos problemas – quando não os consegue solucionar lança mão da única «solução» que conhece: a repressão.

Atolada na crise

A Grã-Bretanha afunda-se cada vez mais na crise económica que atravessa. O número de desempregados ultrapassou os dois milhões e meio, mas a subida do curso das acções na bolsa londrina testemunha o optimismo do grande «business», que aufere lucros suplementares à custa da diminuição do salário real dos trabalhadores.

O grande «business» levou à bancarrota milhares de pequenas companhias, mas os que sobreviveram à luta concorrencial crêem firmemente que a crise terminará em breve. Daí a corrida às acções em que participam essencialmente as companhias de créditos e seguros, assim como os bancos.

O aumento do desemprego até aos níveis de 1939 provocou no entanto graves problemas na Grã-Bretanha. A situação é agravada pela falta de casas com um mínimo de condições, de escolas e de estabelecimentos médicos. Trata-se de uma consequência directa do corte de verbas orçamentais para as necessidades sociais. As somas assim obtidas vão cobrir os crescentes gastos com o armamento.

Alarme em Londres

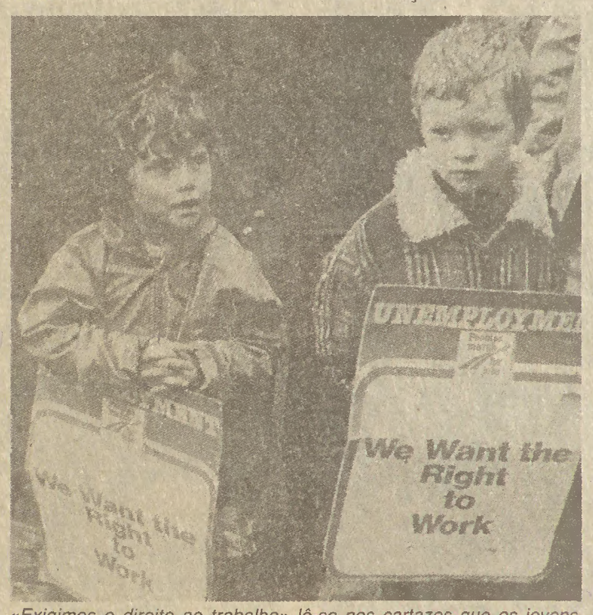
Os recentes incidentes de Brickston e Derry, onde o desemprego é especialmente sentido, alarmaram os círculos governantes. Automóveis incendiados, edifícios cobertos de cinza, vidros quebrados nos passeios – eis a imagem que nos apresentam as ruas do bairro londrino de Southall.

Os acontecimentos que aí tiveram lugar, devido às agressões policiais e da Frente Nacional neonazi que atacaram os emigrados das colónias britânicas residentes no bairro, foram qualificados de «sexta-feira sangrenta», «progrome» e de «noite da vergonha nacional» pela Imprensa inglesa. Várias noites duraram os incêndios em Liverpool, onde a juventude desempregrada se confrontou com a polícia.

As greves dos funcionários públicos em ramos-chave da economia, exigindo aumento de salários e a melhoria das condições de trabalho, preocupam também o governo. Numa situação destas, este apoia-se cada vez mais na polícia e no exército, pois foram essas categorias de profissionais que obtiveram o maior aumento de salários com a chegada ao poder do governo conservador.

Além disso, a polícia viu ampliados os seus poderes em matéria de prisões e buscas em relação aos funcionários públicos em greve, assim como o direito de consultar o governo quanto à proibição de manifestações e marchas de trabalhadores.

Essas medidas não conseguem porém reprimir o descontentamento dos jovens, desesperançados de encontrar emprego, especialmente as minorias nacionais que são a cada passo vítimas de discriminações.



«Exigimos o direito ao trabalho» lê-se nos cartazes que os jovens ingleses ostentam. Também eles, a não mudar a política socioeconómica do governo conservador, irão aumentar o exército de desempregados

Medidas repressivas

Actualmente, está em curso uma campanha de sensibilização da opinião pública relativamente à instauração do trabalho obrigatório do tipo nazi. No âmbito dessa campanha, o jornal «Observer» afirmou, com honras de primeira página: **A maioria dos ingleses saudariam o aparecimento de um «serviço público» de novo tipo, sem nada em comum com o serviço militar. Quase 50 por cento da população do país considera que esse serviço deveria ser obrigatório, pelo menos para a juventude desempregada.**

A principal justificação apresentada em defesa desse conceito é a afirmação, bastante perigosa aliás, de que isso contribuiria para eliminar a criminalidade. Muitos, porém, exprimem a preocupação de que se trate apenas de um método para o uso da juventude como mão-de-obra barata em trabalhos públicos, ou para a criação de um serviço militarizado repressivo.

Com o agravamento da crise económica na Grã-Bretanha, os ricos tornam-se cada vez mais ricos, e o seu número diminui; os pobres, entretanto, tornam-se cada vez mais pobres e o seu número aumenta. O abismo entre a riqueza e a pobreza é maior neste momento na Grã-Bretanha do que há cem anos.

O próprio governo é obrigado a reconhecer que um crescimento económico não influirá positivamente no número de desempregados. Quase ninguém tem esperanças de que o desemprego não alcance os 3 milhões no fim deste ano. Os observadores optimistas prevêem para 1985, pelo menos quatro milhões e meio de desempregados.

Se os cidadãos da Grã-Bretanha não conseguirem obter a instauração de um sistema social mais equilibrado, espera-os uma brusca restrição dos seus direitos e liberdades. E a Grã-Bretanha não escapará provavelmente de um regime mais autoritário.

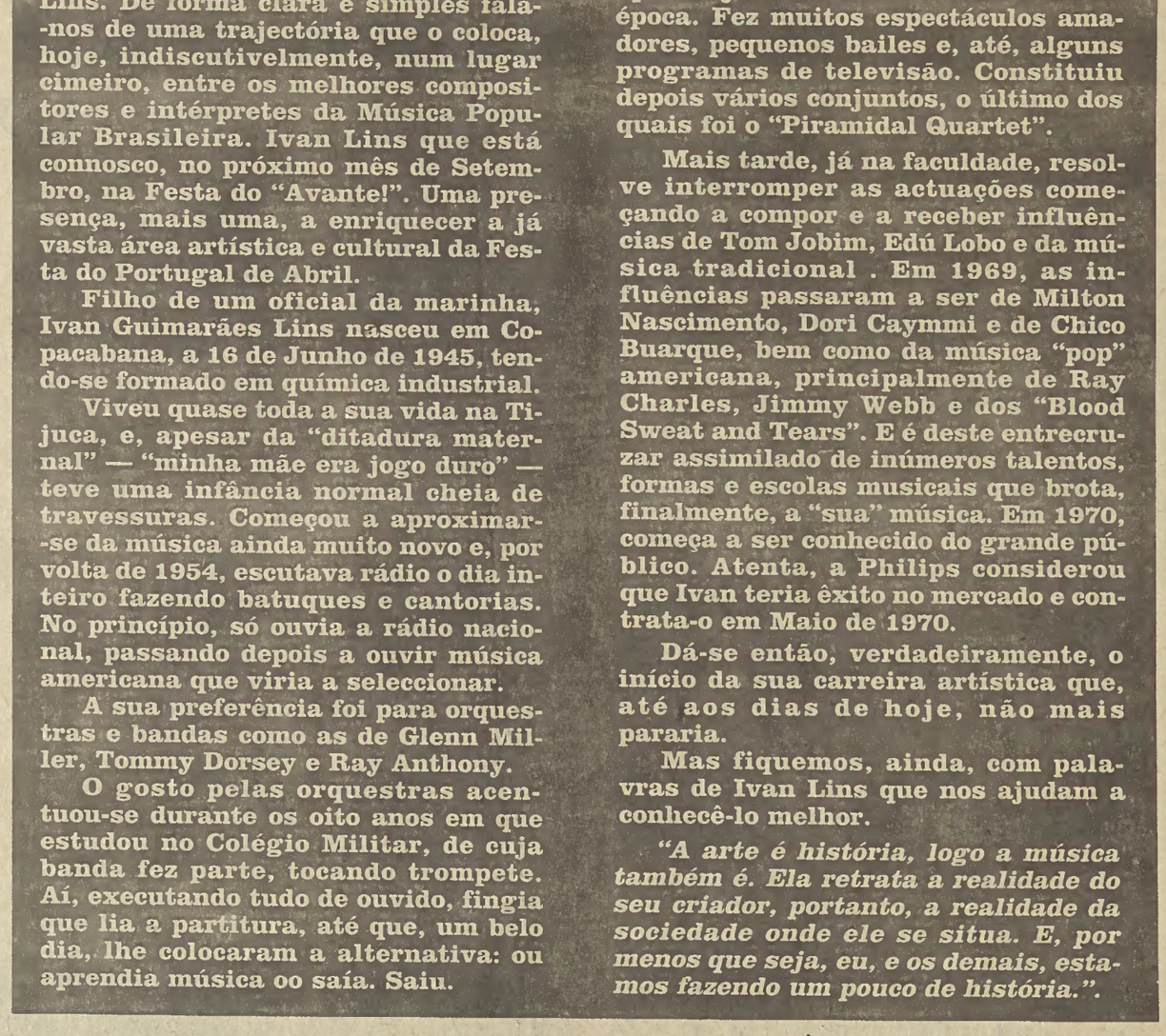
Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Os artistas da Festa do «Avante!»

5.º

Rui Veloso e a Banda Sonora

Carlos Alberto Moniz Maria do Amparo



Ivan Lins

"Divido a minha carreira em duas fases: a primeira, é a fase da ingenuidade, do purismo, da alienação, da superprodução. A fase da passagem pela máquina do sucesso rápido e da fuga. Um período tumultuoso, confuso, cheio de contradições mas que valeu a pena pela aprendizagem. Não há arrependimentos, apenas ressentimentos; a segunda fase é a da desalienação, da consciência, do 'pé-no-chão'. Uma fase de mais exigências, com uma linguagem nova, mais regionalista, crítica e realista. Menos contraditória e mais objectiva. De um Ivan mais maduro, menos comportado, mais incomodativo e dentro do que se consegue mais livre".

Assim se define, a si próprio, Ivan Lins. De forma clara e simples fala-nos de uma trajectória que o coloca, hoje, indiscutivelmente, num lugar cimeiro, entre os melhores compositores e intérpretes da Música Popular Brasileira. Ivan Lins que está connosco, no próximo mês de Setembro, na Festa do "Avante!". Uma presença, mais uma, a enriquecer a já vasta área artística e cultural da Festa do Portugal de Abril.

Filho de um oficial da marinha, Ivan Guimarães Lins nasceu em Copacabana, a 16 de Junho de 1945, tendo-se formado em química industrial.

Viveu quase toda a sua vida na Tijuca, e, apesar da "ditadura maternal" — "minha mãe era jogo duro" — teve uma infância normal cheia de travessuras. Começou a aproximar-se da música ainda muito novo e, por volta de 1954, escutava rádio o dia inteiro fazendo batuques e cantorias. No princípio, só ouvia a rádio nacional, passando depois a ouvir música americana que viria a seleccionar.

A sua preferência foi para orquestras e bandas como as de Glenn Miller, Tommy Dorsey e Ray Anthony.

O gosto pelas orquestras acentuou-se durante os oito anos em que estudou no Colégio Militar, de cuja banda fez parte, tocando trompete. Aí, executando tudo de ouvido, fingia que lia a partitura, até que, um belo dia, lhe colocaram a alternativa: ou aprendia música oo saía. Saiu.

Embora grande apreciador de desportos, como o futebol e o voleibol, e de gostar de desenhar e escrever crónicas, uma única coisa o apaixonava verdadeiramente: ouvir rádio e só música americana.

Quando ouviu pela primeira vez na vida o "Tamba Trio", na televisão, em Dezembro de 1962, tudo mudou. Aqueles acordes, o som, aquelas divisões e o ritmo caíram-lhe tão bem que o incentivaram a aprender piano, embora ainda de ouvido.

Só mais tarde, em 1973, veio a aprender por pauta,resolvendo-se a estudar oito horas por dia.

Em 1965, formou o seu primeiro trio com dois colegas de rua tocando apenas jazz e a música brasileira da época. Fez muitos espectáculos amadores, pequenos bailes e, até, alguns programas de televisão. Constituiu depois vários conjuntos, o último dos quais foi o "Piramidal Quartet".

Mais tarde, já na faculdade, resolve interromper as actuações começando a compor e a receber influências de Tom Jobim, Edú Lobo e da música tradicional . Em 1969, as influências passaram a ser de Milton Nascimento, Dori Caymmi e de Chico Buarque, bem como da música "pop" americana, principalmente de Ray Charles, Jimmy Webb e dos "Blood Sweat and Tears". E é deste entrecruzar assimilado de inúmeros talentos, formas e escolas musicais que brota, finalmente, a "sua" música. Em 1970, começa a ser conhecido do grande público. Atenta, a Philips considerou que Ivan teria êxito no mercado e contrata-o em Maio de 1970.

Dá-se então, verdadeiramente, o início da sua carreira artística que, até aos dias de hoje, não mais pararia.

Mas fiquemos, ainda, com palavras de Ivan Lins que nos ajudam a conhecê-lo melhor.

"A arte é história, logo a música também é. Ela retrata a realidade do seu criador, portanto, a realidade da sociedade onde ele se situa. E, por menos que seja, eu, e os demais, estamos fazendo um pouco de história.".

José Manuel Osório

Simeon Shterev Camélia Todorova e o Denev Jazz Trio

Simeon Shterev dedicou-se ao jazz ainda como aluno na Escola Musical. Termina os seus estudos de flauta em 1968, no Conservatório de Estado, em Sófia.

Apresenta-se pela primeira vez em público no concerto de jazz "Este-Oeste-1966" em Nurenberg, RFA. Conquista o prémio da crítica e da imprensa em 1967, na Suíça, com "Focus 65".

Desde 1968, participa nos mais célebres festivais de jazz da Europa: Francforte, Nurenberg, Praga, Munique, Montreux, Zurique, budapeste e ainda no festival europeu "Os Dias de Jazz de Berlim" com o trompetista Mainrad Ferguson.

Revistas da especialidade como "Jazz Forum" e "Down Beat" consideraram-no o melhor flautista da Europa nos anos 1968/69/70/71, continuando a ocupar lugares de primeiro plano quer em 1972, no festival de jazz em Francforte, quer nas sucessivas gravações que tem vindo a efectuar. Durante todo este período participou também em concertos ao lado de músicos de renome mundial como Douglas, Sourmann, Albert Mangelsdorf, Chick Corea, Jan Garbarek, etc. Com excelente técnica e com espantosa capacidade de improvisação, Shterev é, segundo a "Jazz Podium" um dos melhores flautistas de jazz de todos os tempos.

Camélia Todorova nasceu em 1954, na cidade de Sófia, Bulgária. Estudou na faculdade de arquitectura, tendo concluído o curso em 1972.

Aos 18 anos, Camelia assina um contrato por dois anos para actuar no palco do Café-Teatro de Sófia, onde tocou, dançou e cantou. É nessa altura que resolve inscrever-se no Conservatório e aí termina , em 1976, um curso de dois anos para cantores "pop".

Em 1977 decide tornar-se cantora de jazz após um trabalho com o famoso músico de jazz búlgaro, Ludmil Georgiev. Vindo a acumular sucessos e prémios desde 1979, em festivais de vários países (destaque-se o festival de jazz Yatra, em Bombaim, onde actuou acompanhada pela secção rítmica de Stan Getz's), Camelia Todorova tem recebido igualmente um acolhimento bastante favorável por parte dos críticos, tendo já sido comparada a Barbara Streisand.

Como solista participou também em festivais na Grécia, Dinamarca e Polónia e colaborou o ano passado em dois filmes e numa produção para a televisão.

O Trio de Jazz de Lyubomir Denev constitui o produto natural de uma feliz combinação: o interesse dos três jovens músicos pelo jazz e o clima propício para o desenvolvimento deste género musical na Bulgária.

O trio surgiu em 1977, actuando pela primeira vez para estudantes universitários, tendo sido favoravelmente acolhido pelos críticos.

Depois, tomaram contacto com o destacado flautista Petko Tomanov com quem actuaram num concerto em que conquistaram completamente a audiência, sendo considerado um importante acontecimento nos meios musicais búlgaros.

O grupo já participou em festivais internacionais em Praga, Debrecen e Varsóvia, tendo estado presente também no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Havana.

Um dos traços principais que caracterizará a apresentação deste trio é a junção harmoniosa da juventude dos seus elementos com a experiência e o talento de qualificados solistas como são Sineon Shterev e Camélia Todorova, com os quais actuarão no Festa do Œvante!».

O trio é formado por Lyubomir Denev (piano), Boris Dinev (bateria) e Danail Draganov (baixo).